



Diversidade, Acessibilidade e Direitos

Diálogos com a Comunicação

Larissa Pelúcio &
Clodoaldo Meneguello Cardoso
(Orgs.)

CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Diversidade, Acessibilidade e Direitos

Diversidade, Acessibilidade e Direitos:

diálogos com a Comunicação

Larissa Pelúcio &
Clodoaldo Meneguello Cardoso
(Orgs.)

**CULTURA
ACADÊMICA**

Editora

155.3 Diversidade, acessibilidade e direitos: diálogos com a comunicação /
D648 Larissa Pelúcio e Clodoaldo Meneguello Cardoso (organizadores).
– São Paulo : Cultura Acadêmica, 2017
157 p.

ISBN 978-85-7983-840-8
Inclui bibliografia

1. Mídias contemporâneas. 2. Direitos sociais. 3. Direitos sexuais.
4. Direitos civis. 5. Gênero. 6. Sexualidade. 7. Acessibilidade. I. Pelúcio,
Larissa. II. Cardoso, Clodoaldo Meneguello.

Copyright © Larissa Pelúcio & Clodoaldo Meneguello Cardoso, 2017

Cultura Acadêmica / Editora Unesp

Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo - SP
www.editoraunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

Sumário

Apresentação 7

— *Diversidade e mídia* —

**Geração Y: trajetórias de emancipação e
tecnossociabilidades** 15

Loriza Lacerda de Almeida e Leandro da Silva Freitas

**Às sombras do discurso:
a imagem de si da acompanhante sexual**..... 29

Érika de Moraes

**O pioneirismo da participação feminina no jornalismo
esportivo brasileiro: foi (e ainda é) preciso suar a camisa**...43

Noemi Correa Bueno e José Carlos Marques

**Metáforo dos gêneros nos discursos midiáticos:
notas sobre gêneros nas revistas *Trip* e *Tpm*** 59

Muriel Emídio P. do Amaral e Claudio Bertolli Filho

— *Questões de gênero, acessibilidade e direitos* —

Por que precisamos do debate sobre gênero nas escolas?	77
<i>Marcela Pastana</i>	
Simone de Beauvoir, entre o existencialismo e o feminismo	93
<i>Eli Vagner F. Rodrigues</i>	
Da sociedade celta à mídia atual: as questões de gênero e a abordagem do papel da mulher em diferentes épocas....	101
<i>Maria Angélica Seabra Rodrigues Martins, Betânia Vieira de Sousa Menardi, Carolina Soares Molina e Thais Gimenes Oliveira</i>	
Conceito e direitos da pessoa com deficiência no ordenamento jurídico brasileiro	131
<i>Wellington Anselmo Martins</i>	
Sobre os autores e autoras	153

Apresentação

As lutas por direitos civis, políticos, sociais, culturais e sexuais de segmentos sociais subalternizados marcam essas duas primeiras décadas deste século. Reivindicações por visibilidade positivada, ações reparatórias e demandas pelo reconhecimento das diferenças passaram a compor as agendas públicas como partes integrantes dos direitos humanos.

As discussões sobre diferenças e alteridade tencionaram a cena pública nacional, pautando discussões prementes no campo da Comunicação, num cenário no qual as mídias digitais passam a cumprir importante papel.

Sensíveis a esses debates, muitos pesquisadores e pesquisadoras têm dedicado seus estudos a pensar criticamente e de forma multi e interdisciplinar em questões relativas à *tríade que tematiza esta coletânea, fruto de comunicações apresentadas durante a XVII Jornada Multidisciplinar, evento anual do departamento de Ciências Humanas (FAAC/Unesp-Bauru)*.

A partir da temática “Diversidade, Acessibilidade e Direitos”, contamos com discussões profícuas sobre temas candentes para os quais ainda devemos respostas acadêmicas mais efetivas. Nosso objetivo foi reunir diferentes olhares sobre os temas que compuseram o tripé da *Jornada Multidisciplinar* de 2015, mas também preservar o compromisso histórico deste evento de ser um espaço de debates e trocas acadêmicas, proporcionando interlocuções para apresentação de pesquisas científicas tanto de Iniciação Científica quanto de mestrado e doutorado, além de trabalhos de extensão universitária.

ria. Sua realização é uma atividade acadêmica indispensável para que professores e alunos interajam suas pesquisas teóricas entre si e com intelectuais e profissionais de renome nacional e internacional, especialistas nos eixos temáticos do evento, vindos de outras destacadas instituições acadêmicas, públicas e culturais.

A coletânea *Diversidade, Acessibilidade e Direitos: Diálogos com a Comunicação* reúne artigos de pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas de estudos e pretende contribuir para a reflexão sobre os desafios contemporâneos no campo dos direitos humanos de grupos subalternizados ou excluídos. Os textos produzidos para o evento foram organizados em duas seções: *Diversidade e mídia* e *Questões de gênero, acessibilidade e direitos*, compondo uma preciosa amostra do que temos produzido no âmbito da Universidade Estadual Paulista (Unesp) para a troca e constante interlocução entre academia e sociedade.

A seção *Diversidade e mídia* abre com o artigo de Loriza Lacerda de Almeida e Leandro da Silva Freitas (*Geração Y: trajetórias de emancipação e tecnossociabilidades*). O objetivo do artigo é pensar como as gerações “nativas da internet” estão constituindo não só novas subjetividades como também outras possibilidades de usos, incluindo aquelas que trazem para dentro dos espaços educacionais seus usos nem sempre planejados por educadores e educadoras. O texto oferece dados de pesquisa quantitativa realizada entre estudantes universitários(as) e docentes a fim de responder a questão central que motiva a discussão apresentada por Almeida e Freitas: “Como os jovens utilizam as tecnologias de comunicação e de informação para o acesso, obtenção e consolidação do conhecimento acadêmico?”.

A partir de consistentes contribuições teóricas, Almeida e Freitas reconhecem o impacto e a importância das tecnologias comunicacionais digitais como ferramentas para o ensino e o aprendizado, horizontalizando muitas vezes esse processo. Docentes, nascidos em outras épocas, influenciados por outras mídias, podem por vezes se manter mais resistentes à forma como estudantes têm lidado com essas ferramentas. Por outro lado, a geração que está hoje em nossas salas de aula também demanda formas de aprender mais sobre o mundo digital no qual cresceram.

O borramento de fronteiras entre *on/offline* e *lazer/trabalho*, o acesso simultâneo a diferentes fontes de informação e estilos de vida, e comporta-

mentos proporcionados pela conectividade e portabilidade do presente somam-se à possibilidade de disseminação de conteúdos diversos. O antigo *broadcasting* foi perdendo espaço. Desde o advento da Web 2.0, temos tido o papel ativo na produção de conteúdos midiáticos, o que possibilita que diferentes sujeitos, inclusive aqueles e aquelas que tiveram historicamente suas expressões silenciadas, passem a informar e formar audiências.

Em *Às sombras do discurso: a imagem de si da acompanhante sexual*, Érika de Moraes nos mostra como as comunicações digitais do presente têm atualizado formas pretéritas de publicização de desejos, conferindo agência a segmentos sociais que raramente tinham a possibilidade de falar por si. A autora traz a fala de garotas de programa que se anunciam em um site específico para sexo pago, concentrando-se em um perfil específico para suas teorizações.

Moraes parte dos aportes da Análise do Discurso francesa a fim de desvelar o não dito, o proscrito, o silenciado pela comunicação hegemônica. Gênero, sexualidade e mídias digitais se entrelaçam na configuração do *ethos* da garota de programa e orientam o olhar da pesquisadora no tensionamento entre “pureza” e “prazer”, “prostituição” e “família”, “agência feminina” e “submissão patriarcal”.

O protagonismo na formulação e disseminação de imagens/discursos de si ainda parece ser um privilégio masculino. Em uma sociedade em que gênero é um elemento estrutural, não há campo da vida social que não seja atravessado por este marcador operador de desigualdades, exclusões e silenciamentos.

O terceiro artigo desta seção, escrito por Noemi Correa Bueno e José Carlos Marques, mostra como gênero tem sido crucial na configuração do campo jornalístico, sobretudo em editorias associadas aos interesses masculinos, como é o caso dos esportes. O pioneirismo da participação feminina no jornalismo esportivo brasileiro é remontado neste artigo. A linha do tempo que a autora e o autor remontam deixa claro que, para as jornalistas se manterem em campo, ainda é preciso suar a camisa.

O feminino ainda é, na estrutura androcêntrica do jornalismo nacional, algo simbólico e inferiorizado. O poder da enunciação e nomeação ainda é preponderantemente dado aos homens jornalistas. Embora, como o artigo mostra, estejamos diante de um cenário de questionamentos e algumas

transformações sejam flagrantes, ainda há permanências resistentes às mudanças relativas à maior simetria na relação entre os gêneros.

Mudanças, porém, estão em curso. Este é o fio condutor assumido por Muriel Emídio P. do Amaral e Cláudio Bertolli Filho em *Metáporo dos gêneros nos discursos midiáticos: notas sobre gêneros nas revistas Trip e Tpm*. Nessa trilha, traçam

caminhos e passagens que viabilizam outras possibilidades que não seja posicionar os gêneros em condições re-fratárias, mas de experimentar alternativas que fogem das garras das possibilidades pré-estabelecidas de discursos marmorizantes sobre o que pode (ou não pode) ser masculino e feminino.

Optam pelas disrupturas possíveis, valendo-se do conceito de metáporos, cunhado por Ciro Marcondes Filho, a fim de analisar os discursos de gênero em duas revistas da mesma editora: *Trip* e *Tpm*.

Na análise de Amaral e Bertolli Filho, essas revistas se estabelecem na porosidade da fronteira que divide rigidamente os gêneros e captura sexualidades. Terreno segmentado, é certo, mas fértil para os discursos mais prismáticos daquelas publicações.

A dimensão política de temas privados, como os abordados pelas revistas analisadas no artigo de Amaral e Bertolli Filho, ganhou grande relevância na cena acadêmica e nas agendas de movimentos sociais desde os anos de 1960. O bordão feminista “o pessoal é político” encontra-se potencializado no presente e, por isso mesmo, provocado contra discursos moralizantes.

Projetos de lei que sustentam propostas avessas às pautas dos direitos sexuais e de gênero baseadas em proposições como “ideologia de gênero”, nascida das discussões de Jorge Scala, advogado argentino, são exemplos eloquentes do recrudescimento conservador.

“Por que precisamos do debate sobre gênero nas escolas?” torna-se uma questão crucial diante do cenário exposto, no qual mudanças e permanências dividem a cena pública. É com essa interrogação que abrimos a segunda seção desta coletânea, *Questões de gênero*, com o artigo de Marcela Pastana (Idem).

A argumentação da autora se alicerça na “compreensão de que preconceitos e violências podem dificultar e até mesmo impedir o acesso, a permanência e o aprendizado no contexto escolar”. Respalhada por rico referencial proveniente do campo dos estudos de gênero, Pastana reúne farto material proveniente de ações estatais, sobretudo do Ministério da Educação (MEC), relativos às políticas inclusivas.

Raça, gênero e orientação sexual aparecem como assuntos de Estado antes de temas próprios da biologia, ou seja, sua espessura política se evidencia quando passamos a examinar o cotidiano das instituições de ensino. A escola, local de reiterações de padrões que essencializam temas como estes, pode ser também o campo fértil para o questionamento das diferenças, para que estas saiam do marco das desigualdades.

Os questionamentos relativos aos essencialismos, sobretudo aquele que engessa os gêneros em rígidas fronteiras “naturais”, foram pioneiramente acionados por Simone de Beauvoir em seu clássico *O Segundo Sexo*.

Eli Vagner F. Rodrigues reaviva o pensamento da filósofa francesa no segundo artigo desta seção, *Simone de Beauvoir, entre o existencialismo e o feminismo*. A polêmica gerada pela publicação dessa potente obra é retomada pelo autor, que segue seus argumentos assinalando a afinidade intelectual entre a proposta teórica do feminismo de Beauvoir e o existencialismo sartreano.

Os enfrentamentos femininos em relação a uma suposta essência do ser mulher podem ser acompanhados no artigo de Maria Angélica Seabra e colaboradoras¹, *Da sociedade celta à mídia atual: as questões de gênero e a abordagem do papel da mulher em diferentes épocas*.

Não há neutralidade na escrita que costura narrativas históricas, mostram as autoras. Ficcionais ou não, os textos carregam marcas que transbordam nas entrelinhas. Aquelas, que marcam o gênero de quem escreve, são flagrantes e interessam especialmente às autoras do artigo, que fecha esta segunda seção da presente coletânea. Dos celtas a Walt Disney, a leitura nos conduz por consistentes análises sustentadas em teorias da Linguística que passam por Eliade e Kristeva, brindando-nos com análises ricas para se pensar o nosso imaginário no presente.

1 Artigo produzido com a participação das estudantes de graduação Betânia Vieira de Sousa Menardi, Carolina Soares Molina e Thais Gimenes Oliveira.

Encerramos este livro com a discussão sobre acessibilidade e direitos trazidos por Wellington Anselmo Martins. Em *Conceito e direitos da pessoa com deficiência no ordenamento jurídico brasileiro*, o autor parte de sólido referencial do campo jurídico para discutir acessibilidade e direitos de pessoas com deficiências físicas no Brasil.

O artigo elenca e analisa as principais leis brasileiras e as normativas internacionais de direitos humanos a fim de pensar nos sujeitos em sua integridade, na qual a deficiência é um qualitativo que desafia mais a sociedade, seus valores e o processo de exclusão, por vezes silenciosos, do que as possíveis limitações destes mesmos sujeitos.

Pessoas com deficiência são, na definição oferecida por Martins, aquelas que têm dificuldade de participação cidadã plena em razão principalmente das deficiências da própria sociedade. Pensar criticamente sobre esse aparato jurídico e nos limites concretos de sua efetivação, bem como nos potentes silêncios que ainda enfrentamos dentro das instituições de ensino, mas não apenas nelas, é um desafio do qual não podemos mais nos esquivar.

Esperamos que a leitura dos artigos aqui reunidos seja inspiradora e nos ajude a construir universidades cada vez mais acessíveis e plurais, nas quais os direitos humanos se tornem mais que temas de estudos e pesquisas, mas argumentos e projetos para a transformação social em direção a uma sociedade democrática, igualitária e solidária. Nos primeiros passos desse caminho, está certamente o compromisso explícito com os princípios ético-políticos dos direitos humanos no Projeto Político Pedagógico da universidade e de cada um de seus cursos.

Larissa Pelúcio
Clodoaldo Meneguello Cardoso

Bauru, janeiro de 2017

Diversidade e mídia

Geração Y: trajetórias de emancipação e tecnossociabilidades

Loriza Lacerda de Almeida
Leandro da Silva Freitas

Introdução

Inicialmente, desejamos problematizar o significado do termo “juventude”, que frequentemente é utilizado em textos científicos, de difusão e jornalísticos, mas que nem sempre o limite conceitual é claro, certamente porque a ele está associada uma multiplicidade de variáveis, permitindo que o campo das ciências sociais se posicione ora complementarmente, ora de forma excludente. Muitas vezes, verificamos que há perspectivas antagônicas de definição, apontando os momentos de crise de identidade ou de radicalismos políticos ou culturais como elementos que caracterizam a juventude, mas se revelam insuficientes. À guisa desse debate, Rocha (2013) traz à baila o termo *outsider*, cunhado por Elias (2000) para identificar um grupo social estruturado e que se diferencia dos demais. Escreve Rocha (2013, p. 56) que “a juventude atual é simultaneamente centro das atenções da mídia e agente das novas negociações culturais. A cultura *ciber* atua de maneira significativa na construção de identidades dos jovens dos tempos de agora”. Este aspecto do uso, divulgação e domínio da cibercultura é, certamente, um diferencial que se observa contemporaneamente e que se dá de maneira cada vez mais frequente entre os jovens (e não apenas entre eles, obviamente), mas que, especialmente neste segmento, ganha ares de cultura, de uso intensivo e de identidade. As pesquisas de consumo de mídia e usos de tecnologia tem

demonstrado cabalmente o crescente uso e apropriação de linguagem e equipamentos. Escreve Rocha (2013, p. 58) que

a acessibilidade, a usabilidade às tecnologias digitais não são apenas espaços de comunicação, informação e entretenimento, mas, também, possibilidades de potencializar autoafirmação identitária. A juventude outsider emerge por meio das tecnologias digitais, passa a fazer parte do mundo tecnologicado e, por meio delas, ganha visibilidade na mídia.

Nessa perspectiva, há uma nova abordagem conceitual que se volta à juventude, buscando compreendê-la a partir dessas suas características mais contemporâneas, onde se destacam Prenski (2000), com os conceitos de imigrantes e nativos digitais, e White (2011), com residentes e nativos digitais, atualizando o debate e, em nossa perspectiva, mais alinhados com esta juventude tecnologicamente ativa.

Não há discordância quanto ao fato de que a inclusão da tecnologia na vida cotidiana se apresenta de maneira irrevogável e, por isso mesmo, insere-se como um tema para pesquisa e debate. No âmbito das instituições escolares, em seus diferentes níveis, o debate vem ganhando espaço, porque os estudantes têm amplo acesso às tecnologias de informação e comunicação e fazem uso de seus equipamentos por horas ao dia, inclusive (e cada vez mais) em sala de aula. Dessa forma, algumas perguntas são prioritárias para estruturar uma reflexão sobre tecnologia, juventude e educação: estamos preparados para a educação digital? Temos estrutura adequada nas escolas? A gestão dos sistemas é funcional? A manifestação dos professores é positiva frente aos desafios que se colocam? Os estudantes terão maturidade para migrar do entretenimento para o estudo, usando as redes e serviços disponíveis na internet? Quais as possibilidades reais de cumprimento do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014), no que se refere ao artigo 26, que embora ainda não regulamentado, aponta para grandes desafios para os professores, instituições e gestores, porque trata o tema como dever constitucional do Estado, indicando que na educação, em seus diferentes níveis, deve existir a capacitação, integrada a outras práticas educacionais, para o

uso pleno da internet como ferramenta para o exercício da cidadania, a promoção da cultura e o desenvolvimento tecnológico?

Essas questões estão inseridas em uma sociedade que está definitivamente imersa nas práticas digitais, utilizando ferramentas e serviços, muitos destes vitais ao desenvolvimento da humanidade. O computador pessoal entrou definitivamente para a sociedade brasileira, e neste momento muitos já podem adquirir equipamentos eletrônicos – computador, smartphones e/ou tablets – face à massificação com facilidades de aquisição e acesso à rede mundial. Embora muitas dificuldades ainda estejam em curso, por se tratar de algo muito novo – a internet no Brasil é da década de 90 (em 1995 foi criado o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) –, há muitas experiências relevantes disponíveis para a sociedade. O uso da internet se popularizou, e alguns autores entendem que houve uma profunda transformação na vida cotidiana. Graças a era digital, temos tido benefícios muito positivos, por exemplo, o grande volume de material disponível para pesquisa em todas as áreas de conhecimento, a democratização do conhecimento, a possibilidade de construção de conhecimento de forma coletiva, utilizando diferentes sistemas e programas. O modo de usar e as finalidades da vida *online* se constituem em uma das grandes questões a serem debatidas frente a esta avalanche de novidades que a internet nos entrega todos os dias, por meio de seus mais variados serviços. Os impactos da tecnologia são enormes – bons e ruins –, e talvez nem bem saibamos dimensionar seu tamanho. Kurzweil (1999 apud KANASHIRO, 2008), no livro *A era das máquinas espirituais*, indica que

computadores quânticos e moleculares, implantes de memória, escaneamento do cérebro, nano robôs, auto-replicação de máquinas, fusão entre corpo e máquina. A lista de temas tratados por Ray Kurzweil em *A era das máquinas espirituais* bem pode ser entendida como uma sequência de temas de ficção científica. Mas não para esse autor que parte do ângulo de alguém conectado à produção de tecnologia de ponta e imerso nas pesquisas de inteligência artificial para olhar o mundo e calcular tendências para o futuro. (...) a definição do que é humano e do que somos será a principal questão política e filosófica do século XXI.

Cabe à ciência em geral problematizar e analisar criticamente o desenvolvimento da tecnologia, suas possibilidades e tendências, de modo a torná-la coadjuvante no avanço da humanidade em seus setores mais sensíveis. Nesta perspectiva, que o mundo muda rapidamente, entendemos que a educação deve mudar também, uma vez que a escola já mudou. Sua estrutura física já não corresponde ao modelo clássico de paredes, mesas, cadeiras e confinamento, pois hoje há possibilidades muito interessantes de fomentar o conhecimento utilizando outros modelos. Além de mudanças prováveis na escola e na educação, há mudanças de ordem social e cultural, para as quais a tecnologia é um fator determinante, como apontam Levy (1993) e Carr (2011).

Juventude, tecnologia e educação

Tendo em vista questões relacionadas à juventude universitária e à educação, em 2015 aplicamos uma pesquisa para pensar questões neste tema, associadas a realidade do jovem universitário, que tem experiências de autonomia de vida e ao mesmo tempo de acesso a muitas tecnologias na universidade, embora as chances de acesso variem dependendo do tipo de curso de graduação que frequenta. Esses sujeitos guardam peculiaridades que devem ser levadas em conta, porque, apesar de estarem conectados e pertencerem à chamada geração Y, estes jovens têm exigências de criatividade, responsabilidade para as quais nem sempre estão preparados. Nesse aspecto, alguns autores são essenciais para a reflexão, como Tapscott (1999, 2010), Vilches (2003), Kerckhove (2009), Castells (2003) e Kenski (2003, 2014), que tratam do tema dando amplitude à discussão do papel das tecnologias na atualidade, como as gerações mais novas lidam com isso e de que forma as tecnologias propiciam uma nova forma de ver e pensar o mundo.

No mundo contemporâneo, a tecnologia constitui-se no novo totem, ocupando agora o lugar central, criando novos parâmetros definidores do próprio ser humano. Essa é, em grande síntese, a ideia articulada pelo sociólogo Derrick Kerckhove na sua teoria do “tecnototemismo”. Para ele, na

transposição para a sociedade tecnológica dos dias de hoje, o conceito do totemismo se traduz em um continuum entre a mente humana e a máquina, cujo resultado é uma profunda e decisiva alteração nas formas como se constituem e se constroem as novas identidades, sociabilidades e sensibilidades dos indivíduos na atualidade. (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA, 2014, p. 12)

Essas mudanças todas convergem para o smartphone, que está sempre nas mãos, ao lado da cabeceira da cama, nos shows; ele é uma extensão do corpo, reconfigurando as pessoas e suas relações, alterando a percepção da vida, da cultura. O telefone celular é preferencial no acesso à internet; é pequeno, leve, multifuncional e é ofertado em todos os preços. A conexão à internet via celular é intensamente utilizada por jovens de todas as classes socioeconômicas: A (86%), B (75%), C (69%) e D (54%) (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA, 2014, p. 42). Esses usos têm exigido um aumento de complexidade nas relações e na aprendizagem, pois os equipamentos têm novidades muito frequentes, exigindo mais capacidade cerebral e social. O paradigma é novo, e as pessoas estão se ajustando com diferentes graus de envolvimento e facilidade, mas há consenso entre os teóricos de que o processo é irreversível. A sobrecarga informacional que hoje se acumula traz maiores penas às gerações tidas como imigrantes digitais, mas os chamados nativos navegam com facilidade neste meio, embora não tenham uma formação crítica e não atentem para a filtragem total dos conteúdos.

Dos muitos desafios que se apresentam para o mundo contemporâneo na relação tecnologia, juventude e educação, indicamos quatro elementos centrais, que, bem tratados e refletidos, poderão sedimentar alguns de nossos passos:

1. Refletir sobre a contemporaneidade a partir de suas transformações tecnológicas, destacando as possibilidades e/ou necessidades de uso e aplicação na educação. Há uma profunda transformação no setor após o advento das tecnologias de informação e comunicação e a expansão e barateamento de seus equipamentos.

2. Dominar as tecnologias (TV, rádio, revistas, cinema, internet, *video game*, redes sociais) como ferramentas para o trabalho educacional, tendo em vista que podem ser coadjuvantes no processo e certamente ser bem aceitas pelos estudantes.
3. Verificar formas de utilização pedagógica das tecnologias, especialmente por meio de objetos educacionais (*e-books*, imagens, mapas, *softwares* educacionais, vídeos, infográficos interativos, áudios, vídeoaulas, textos, jogos virtuais, impressos), favorecendo o processo pedagógico.
4. Destacar a importância das tecnologias de informação e comunicação na educação, a partir de suas potencialidades pedagógicas e possibilidades de aplicação nos espaços pedagógicos.

O objetivo geral proposto inicialmente na pesquisa foi analisar e discutir o uso das tecnologias da comunicação e da informação na construção do saber acadêmico dos jovens universitários, para responder a questão central: “Como os jovens utilizam as tecnologias de comunicação e de informação para o acesso, obtenção e consolidação do conhecimento acadêmico?”. E mais particularmente a proposta foi: a) caracterizar as tecnologias de informação e comunicação, buscando compreender esse universo, e o uso efetivo que a juventude faz dessas ferramentas; e b) verificar quais são as reais contribuições oferecidas pelos meios, para possibilitar arranjos mais horizontalizados na construção de novos saberes e melhoria das relações e formas de atuação no meio acadêmico. Essa última questão ainda não foi verificada, uma vez que os questionários referentes aos docentes ainda será iniciado. As demais questões serão apresentadas no item resultados.

Metodologia

Esta pesquisa teve a finalidade de compreender um fenômeno ainda recente que diz respeito ao uso de tecnologias de informação e comunicação pela juventude em sala de aula. Esta foi a centralidade do problema colocado e, para buscar respostas a essa questão, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, na busca dos referenciais que poderiam embasar a discussão. Verificamos que há uma crescente bibliografia produzida, que trata o tema em seu sen-

tido mais geral, ou seja, versa sobre as relações da juventude com a tecnologia e a construção de novas sociabilidades, e se encontra fartamente disponibilizada em sites especializados e nas formas tradicionais de publicação, bem como se apresentam de forma sistemática nos eventos científicos e acadêmicos.

Além da pesquisa bibliográfica e o estudo sistemático deste material, elaboramos dois questionários – um para estudantes e outro para professores – para verificar de forma mais detalhada as relações que esses sujeitos estabelecem com as tecnologias. Um dos questionários foi aplicado para 80 estudantes universitários da Unesp e se constitui no material para análise inicial do tema. Estamos tratando como inicial porque os questionários foram encaminhados a um conjunto maior de estudantes da Unesp, por meio do GBD (Grupo de Banco de Dados) do Ibilce de São José do Rio Preto, visando ampliar a amostragem. A obtenção desse material possibilitará uma análise mais significativa do posicionamento desses sujeitos em relação ao uso de tecnologias no cotidiano da sala de aula. A possibilidade de aplicação do questionário para um conjunto maior de sujeitos será de grande valia, pois um perfil poderá ser traçado exatamente no momento em que a universidade investe na formação dos professores com o intuito de abrir possibilidades para conhecimento e habilidades para o uso de tecnologias, com a oferta de cursos específicos a distância com 100 horas de carga horária, um deles voltado à “Construção de materiais didático-pedagógicos para E-learning, M-learning e B-learning” e outro voltado a “Ambientes virtuais de aprendizagem e práticas pedagógicas inovadoras”. Não podemos prever o que acontecerá, mas como há oferta de 800 vagas, é bastante provável que tenhamos, na elaboração do perfil, um conjunto grande de professores envolvidos com o assunto. Neste momento, estamos trabalhando o perfil obtido pela aplicação do questionário aos 80 estudantes da Unesp, Campus de Bauru, nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Humanas Aplicadas e Ciências Exatas, e neste texto abordaremos especificamente a área de Ciências Humanas.

Resultados parciais

Os resultados parciais, obtidos na abordagem inicial realizada, corroboram com o que se lê sobre a atuação da geração digital na atualidade. Os

estudantes em questão se utilizam majoritariamente da internet (100%) e, mais especificamente, das redes sociais (73%) para acessar informação e, em menor proporção, utilizam a televisão (56%) para essa finalidade. Provavelmente a rápida atualização das notícias e a praticidade de poder ler/ouvir em qualquer lugar favorecem a escolha. Esses estudantes leem ao menos três livros ao ano (60%), e os estilos preferidos são romances, policial e ficção, que são lidos tanto no formato digital quanto impresso. Todos os estudantes possuem celular e praticamente a totalidade possui notebook, em menor número possuem cumulativamente desktops, tablets e e-reader. Dos equipamentos que possuem, a maior utilização se dá com os notebooks, sendo que 57% declararam utilizá-lo algumas vezes por hora, e 30% declararam usar o tempo todo. Quando se referem ao uso do celular, 40% declaram que usam algumas vezes por hora, e 57% dizem que fazem uso do equipamento o tempo todo. A portabilidade, a capacidade operacional e a diversidade de serviços oferecidos pelos celulares justificam sua utilização ampla. Quanto ao acesso a sites, blogs, jogos e redes sociais, esta última é a mais acessada, com alta frequência diária e sempre a partir de equipamentos privados e não públicos. A quantidade de horas dispendida na internet é alta: 37% das pessoas ficam conectados 10 horas ou mais por dia, 24% das pessoas ficam entre 4 a 7 horas ao dia e 33,4% das pessoas ficam até 3 horas. Indicando os usos que fazem da internet, em primeiro lugar apontam comunicar-se socialmente com a família e amigos e também para se divertir, em seguida usam para desenvolver trabalhos acadêmicos e depois para se informar sobre acontecimentos no país e no mundo, seguido de usos para complementar a formação em modalidades de cursos de línguas e outros. Perguntados sobre o uso de serviços/conteúdos acadêmicos, responderam que os acessos são realizados mais frequentemente algumas vezes por mês, e os sites mais visitados são Scielo e Google Acadêmico. As bibliotecas universitárias e bancos de dissertações e teses são visitadas uma vez a cada poucos meses, e os periódicos livres da Capes, o Academia Edu e o Portal de domínio público do MEC têm visitas muito esporádicas.

Mais especificamente na sala de aula, 74% dos estudantes disseram usar equipamentos para acessar e-mail, redes sociais e navegação dissociada do conteúdo da aula, mas apenas algumas vezes por hora, contra 24,4% dos estudantes que disseram nunca fazer isso, e 3% declararam fazer isso durante

toda a aula. Quanto a buscar suporte para o conteúdo da aula, 33% declararam fazer uso algumas vezes por hora, 47% nunca fizeram e 17% disseram fazer isso o tempo todo.

Em outra perspectiva, os alunos foram questionados sobre os usos que os professores fazem de equipamentos e tecnologias em sala de aula, como apoio pedagógico. Quanto à frequência de uso, 54% dos estudantes disseram que seus professores usam eventualmente e 46% disseram que a utilização se dá em todas as aulas. O computador é o equipamento mais utilizado para uso de apresentações e projeção de filmes e documentários.

As sugestões para melhoramento e aproveitamento das aulas se concentram na capacitação de professores para uso dos dispositivos tecnológicos (73%), melhora da infraestrutura (73%), acesso à internet de maior qualidade (57%), disponibilização prévia de material (57%) e interação entre professores e alunos utilizando dispositivos tecnológicos (37%).

Conclusões

Diante do que foi apresentado, verificamos que os estudantes universitários pesquisados realmente estão conectados de várias formas e por longo tempo, sem que aparentemente essa prática os conduza a um melhor aproveitamento dos conteúdos apresentados em sala de aula. Segundo esses estudantes, os professores estão buscando a utilização dos meios digitais, entretanto, ainda faltam alguns elementos para que a prática pedagógica esteja plenamente articulada com as tecnologias possíveis. Novas exigências estão se colocando e as respostas virão a seu tempo.

A atuação de qualidade do professor brasileiro na sociedade da informação vai depender de toda uma organização estrutural do sistema educacional, da valorização profissional da carreira docente e da melhoria significativa de sua formação, adaptando-o às novas exigências sociais e oferecendo-lhe condições de permanente aperfeiçoamento e constante atualização (KENSKI, 2004, p. 81).

Bem sabemos que é um processo ainda novo, com carências, algumas dificuldades, mas também com forte potencial de mudança, à medida que as novas gerações vão se formando e ocupando lugares na educação, com novas perspectivas e valores, para atender os desafios do mundo contemporâneo.

Castells (2003) ressalta que a revolução tecnológica trouxe transformações nas formas de comunicação, nas relações interpessoais, possibilitou novos arranjos associativos, trouxe mudança nos modos de vida, e tudo isso reflete no comportamento da juventude. Certamente essas mudanças são sentidas em todos os setores da sociedade, e na educação não poderia ser diferente. Entretanto, esse setor ainda se ressentido de estratégias para se apropriar das tecnologias e fazer uso direto, como apoio pedagógico. As razões são inúmeras: falta de interesse, falta de formação/aperfeiçoamento para lidar com as ferramentas, falta de equipamentos e estrutura específica, mas todas essas dificuldades devem ser superadas em prol da melhor articulação com os novos tempos, como escreve Kenski (2003, p. 25): “As velozes transformações tecnológicas da atualidade impõem novos ritmos e dimensões à tarefa de ensinar e aprender. É preciso estar em permanente estado de aprendizagem e de adaptação ao novo”.

Sabemos que, no uso das tecnologias digitais, muitas vezes há discrepância entre professor e alunos universitários – nascidos no final dos anos noventa, a chamada geração digital detém um domínio maior, com facilidades na interação “homem/máquina”, uma vez que a ascensão do computador, da internet e de outras tecnologias digitais se desenvolveram ao mesmo tempo em que estes sujeitos cresciam, socializavam-se e frequentavam a escola. É um perfil bastante específico que se nota, e que Tapscott bem assinala

(...) o fato de terem ficado imersos em um ambiente digital interativo os tornou mais inteligentes do que o típico espectador passivo de televisão. Eles talvez leiam menos obras literárias, mas dedicam muito mais tempo à leitura e à redação on-line. (...) Em vez de apenas receber informações passivamente, eles as estão coletando rapidamente em todo o planeta. (...) A geração Internet teve a chance de satisfazer seu potencial intelectual inerente como nenhuma outra. (TAPSCOTT, 2010, p. 122).

Esses estudantes, cercados de tecnologias, criam expectativas e exigências nas suas interações sociais e culturais, e a escola não escapa disso. Quando solicitamos sugerir melhorias no desenvolvimento das aulas, apontam que há necessidade de melhorar a infraestrutura das salas, o que inclui a manutenção e/ou troca de aparelhos tecnológicos, atualização das tecnologias e sua disponibilização em todas as turmas. O professor deveria ser capacitado para manusear de forma satisfatória os aparatos tecnológicos que ele for utilizar, assim como propor em aula uma melhor interação com seus alunos, integrando a matéria com dispositivos tecnológicos. Para melhorar o desenvolvimento de conteúdos em sala de aula, a sugestão dos alunos é a utilização de programas de rádio, revistas e jornais, plataformas virtuais, materiais tecnológicos novos e de melhor qualidade, documentários e aplicativos de celular.

Referências

- ALMEIDA, Loriza Lacerda. **O jovem estudante universitário**: um estudo sobre o comportamento sócio-político. 1999. 288 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
- BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CALLIARI, Marcos; MOTTA, Alfredo. **Código Y**: decifrando a geração que está mudando o país. São Paulo: Évora, 2012.
- CARR, Nicholas. **A geração superficial**: o que a internet está fazendo como nossos cérebros. Rio de Janeiro: Agir, 2011.
- CASTELLS, Manoel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. **Comunicación móvil y sociedade**: uma perspectiva global. Barcelona: Ariel – Fundación Telefonica, 2007.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artemed, 2000.

CUNHA, Maria Izabel da. (Org.). **Qualidade da graduação**: a relação entre ensino, pesquisa e extensão e o desenvolvimento profissional docente. São Paulo: Junqueira&Marin, 2012.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Juventude conectada**. São Paulo: Fundação Telefônica, 2014.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2003.

_____. **Educação e tecnologias**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2014.

KERCKHOVE, Derrick. **A pele da cultura**. São Paulo: Annablume, 2009.

LÈVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: 34, 1993.

MASSETO, Marcos Tarciso. **O professor na hora da verdade**: a prática docente no ensino superior. São Paulo: Avercamp, 2010.

MIRANDA, Melissa de. **Inércia**: a geração Y no limite do tédio. São Paulo: Idéias & Letras, 2011.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Distrito Federal: Unesco, 2000.

OLIVEIRA, Sidnei. **Geração Y**: ser potencial ou ser talento? Faça por merecer. São Paulo: Integrare, 2011.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, 1997.

RIBEIRO, Eliane et al. **Juventude e Integração Sul-americana**: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis. Rio de Janeiro: Ibase; São Paulo: Pólis, 2008.

ROCHA, José Damião T. Juventude outsider e suas plásticas contemporâneas. In: COUTO, Edvaldo; SILVA, Valdirene Cassia da.; TEIXEIRA, Ire-

nides. (Orgs.). **Cultura e Comunicação Visual**. Canoas-RS: Editora da ULBRA, 2013. v. 01. p. 50-63.

SALEM, Tânia. Filhos do milagre. **Ciência Hoje**, SBPC, v. 5, n. 25, p. 30-36, jul./ago. 1997.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação**: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SPOSITO, Marília. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**, São Paulo, v. 5, n. 1/2, p. 161-178, 1993.

TAPSCOTT, Dan. **A hora da geração digital**: como os jovens que crescerem usando internet estão mudando tudo, das empresas aos governos. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010.

VILCHES, Lorenzo. **A migração digital**. São Paulo: Loyola, 2003.

Documentos e páginas eletrônicas consultadas:

FERNANDES, Priscila. Regina Novaes: Juventude em formação. **Acesso**, 2007. Disponível em: <<http://www.blogacesso.com.br/?p=75>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

GENARO, Ednei de. Juventude e Novas Tecnologias. **Maelström Life**, 2010. Disponível em: <<http://maelstromlife.wordpress.com/2010/09/26/juventude-e-novas-tecnologias/>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

GLOBO Universidade realiza seminário 'Juventudes: novas conexões'. **Globo Universidade**, 2013. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2013/12/globo-universidade-realiza-seminario-juventudes-novas-conexoes.html>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

HENRIQUES, Ricardo; NOVAES, Regina. Apresentação. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154580por.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

KANASHIRO, Marta. Prever o futuro como guia para colonizá-lo. **Ciência e Cultura**, São Paulo, vol. 60, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://cienciaecul>

tura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252008000100018&script=sci_arttext>. Acesso em: 5 dez. 2015.

PRENSKI, Marc. Nativos Digitais, Imigrantes Digitais. **Colégio Nova Geração**, 2001. Disponível em: <http://www.colegiongeracao.com.br/novageracao/2_intencoes/nativos.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2014.

WHITE, David S.; LE COMU, Alison. Visitors and Residents: a new typology for online engagement. **First Monday**, vol. 16, n. 9, september set. 2011. Disponível em: <<http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/3171/3049>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

Às sombras do discurso: a imagem de si da acompanhante sexual

Érika de Moraes

Introdução

O desenvolvimento da Análise do Discurso francesa (AD) tem levado pesquisadores contemporâneos a se perguntarem sobre “as sombras do discurso”, ou seja, a pertinência de a teoria enfrentar discursos até então marginais. A questão apontada por estudiosos franceses, como Maingueneau e Paveau, ecoa no Brasil, país que tem contribuído significativamente para a atualização constante dessa linha teórica¹. Neste trabalho, pretende-se uma contribuição nesse sentido, ao olhar para tais lados obscuros da discursividade.

Consideramos que, à margem da comunicação dita familiar, estão as vozes das prostitutas, as quais, por sua vez, podem ser acessadas também pela internet, desde que sejam procuradas. Optamos pela pesquisa “site de acompanhantes” no buscador do Google, observando que esta varia de acordo com a leitura que o motor de pesquisa faz da localização do usuário. Seleccionamos o site *Cartão Rosa* por reunir “anunciantes” de diversas cidades do Estado de São Paulo. A análise será concentrada em um anúncio desse

1 Faço parte do Centro de Pesquisa FEStA – Fórmulas e Estereótipos, Teoria e Análise, sediado no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, coordenado pelo Prof. Dr. Sírio Possenti, um dos grupos brasileiros dedicados ao estudo da AD na contemporaneidade.

site, tomado como representativo de um estilo de construção de identidade discursiva da acompanhante sexual.

Por meio deste *corpus*, é possível investigar a constituição da imagem de si, especialmente em relação à identidade de gênero e sexualidade, da mulher que se situa à margem da “sociedade familiar”, a garota de programa – que é uma categoria de classificação e reconhecimentos entre outras acionadas por pessoas que se prostituem. Como seu *ethos* emerge no espaço midiático da internet, compreendido como democratizador de vozes, ao menos em certa medida, enquanto “o livro pornográfico ocupa as estantes inferiores das bibliotecas” (MAINGUENEAU, 2010, p. 24).

Em relação à escolha desse *corpus* de pesquisa, esclarecemos não haver qualquer intenção de ultrapassar os limites da intimidade da pessoa relacionada à personagem da qual se propõe uma análise da imagem. Este estudo se concentra estritamente na representação apresentada no site, baseando-se em informações disponíveis para qualquer usuário que venha a acessar a internet. O trabalho leva em conta exclusivamente os dados que são disponibilizados a qualquer internauta, e não o “indivíduo no mundo” que corresponda a essa personagem (à AD, interessa o sujeito, que assume uma posição discursiva, não o indivíduo). Tal representação poderia, aliás, ser bem diferente se tivéssemos acesso a dados sobre o indivíduo. Trata-se, portanto, de dados públicos. De qualquer forma, opta-se por não divulgar nesta pesquisa as imagens do site, por respeito ao uso dessas imagens, ainda que a finalidade seja acadêmica e não comercial, mas apenas descrevê-las a fim de possibilitar a análise do *ethos* discursivo.

O *ethos* deve ser aqui compreendido conforme propõe Maingueneau (2000, entre outros), que o reformula em termos discursivos a partir da concepção da retórica. Todo e qualquer discurso é dotado de um caráter e de uma corporalidade, em outras palavras, é sustentado por um tom que garante a sua legitimidade não só por meio do que diz, mas pelo modo de dizer. As marcas que caracterizam determinado *ethos* não são necessariamente explícitas, mas constituem indícios a partir de uma “cena de enunciação”, dito de maneira simples, um modo de comunicar. O leitor reconstitui a cenografia de um discurso a partir de certas pistas, apoiado em seu conhecimento de mundo, do gênero discursivo, da língua e, inclusive, dos conteúdos explícitos (MAINGUENEAU, 2005).

Estudar o *ethos* da garota de programa, por meio de um anúncio de acompanhante sexual, é uma forma de “compreender a lógica do agenciamento da corporalidade dessas garotas na prostituição”, conforme propõe Pasini (2000, p. 183), que entende a corporalidade como “um espaço social, do qual fazem parte elementos socioculturais, que comunicam significados e simbologias do grupo” (ibid.).

A análise do discurso e o discurso pornográfico

A proposta é discutir tal tema à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso francesa, tendo em vista a aproximação com os discursos que estão à margem e o que eles dizem a respeito da sociedade contemporânea.

Como argumenta Paveau (2015), enquanto alguns pesquisadores se perguntam sobre a possibilidade de legitimação desses “objetos sensíveis”, Maingueneau pode ser reconhecido como pioneiro no enfrentamento dos discursos à margem, assumindo-os “com sua parte de sombra”. Essa postura, entre outros aspectos, envolve a atenção à voz de quem está à margem, não somente daquele que fala *sobre* o marginal, compreendido como um outro.

A necessidade contemporânea de estudar o discurso que está à sombra, conforme desafia a AD, é uma forma de contemplar a proposta de Rubin (2003, p. 1), para quem “a sexualidade deveria ser tratada com especial atenção em tempos de estresse social”. Ao contrário de ser um tema sem importância em momentos de preocupação com guerras, doenças, intolerância e outros problemas da humanidade, devem ser consideradas, conforme aponta a autora, as relações entre “conflitos contemporâneos sobre valores sexuais e condutas eróticas” e “disputas religiosas de séculos anteriores”, que denunciam o imenso peso simbólico em torno da sexualidade.

Em *O discurso pornográfico*, Maingueneau discute as nuances entre o pornográfico e o erótico. Já no prefácio, o autor aponta que o pornográfico sempre teve sentido pejorativo, ao contrário do sensual, erótico. Trata-se de “um regime discursivo específico, cujas regras necessitam ser entendidas” (MAINGUENEAU, 2010, p. 10). Esclarece o autor:

não se trata de alguma pulsão, aquém de toda linguagem, mas de um conjunto diversificado de práticas semióticas restritas, inscritas na história, com uma finalidade social, distribuídas em tipos e em gêneros associados a determinados suportes e a determinados modos de circulação (ibid., p. 10).

Ao se questionar sobre “o que é pornográfico”, Maingueneau (2010, p. 14) anota que “a literatura pornográfica é atualmente muito menos controlada do que os filmes”, já que estes últimos passam por classificações de censura de acordo com as idades do público (contemporaneamente, no entanto, esse controle é relativizado, exatamente por conta dos acessos possíveis via internet.); ao passo que, “por natureza, a literatura pornográfica está destinada à proibição” (ibid.).

Ainda no que diz respeito à literatura, o autor aponta que não há critérios seguros para definir o que é pornográfico: “a fronteira entre o lícito, o ilícito e o tolerado sempre foi flutuante” (ibid, p. 14). Como discute o escritor francês Alain Robbe-Grillet: “a pornografia é o erotismo dos outros” (ABREU, 1996, p. 16 apud LEITE JUNIOR, 2006, p. 33), podendo-se notar

“a crítica a uma ideia de uma concepção elitista, na qual ‘a minha vida sexual (e do meu grupo)’ é saudável, segura, bela, repleta de sentimentos e verdadeiramente prazerosa – erótica; enquanto ‘a dos outros é promíscua, pervertida, animalesca, vulgar, grotesca e frustrante, portanto, pornográfica” (LEITE JUNIOR, 2006, p. 33).

Com base no sociólogo Pierre Bourdieu, para quem o processo de dominação social ocorre não somente por meios econômicos ou políticos, mas também simbólicos, Leite Junior (idem, p. 34) acrescenta que a definição de cada rótulo depende de “uma ‘luta simbólica’ pela legitimidade das representações e práticas sexuais”.

O rótulo pornográfico é dependente dos lugares e do momento em que determinado discurso circula, conforme mostram o exemplo de obras como *As flores do mal*, de Baudelaire, e *Madame Bovary*, de Flaubert, as quais foram, à época de sua publicação, julgadas como pornográficas e tratadas como tais pela censura, enquanto hoje são considerados clássicos da literatura.

Maingueneau (2010, p. 22) pontua que a literatura pornográfica tem sua “inserção radicalmente problemática no espaço social”: é uma produção “tolerada, clandestina, noturna”. O que é pornográfico, então? Depende do lugar, da época e, inevitavelmente, envolve questões de censura: “todos os regimes políticos traçam uma linha de separação entre o aceitável e o inaceitável em matéria de representação da sexualidade” (ibid.). Dificilmente, textos caracterizados como pornográficos seriam estudados no ensino médio, por exemplo, ainda que pudessem constituir um *corpus* como outro qualquer.

Por esse raciocínio, Maingueneau (2010, p. 23) vê no discurso pornográfico um discurso “atópico”, fora de lugar: “não se considera que a cidade deva conceder um lugar à pornografia, a cidade nunca erigirá monumentos para seus autores”. Os discursos atópicos têm a ver com práticas que, como a pornografia, “não tem lugar para existir” (ibid.), sendo assim relegados aos interstícios do espaço social (palavrões, ritos de bruxaria etc.). Entendido dessa maneira, o discurso pornográfico se caracteriza como um discurso “sem direito à cidadania” (ibid.).

a pornografia é radicalmente transgressiva; ela pretende dar visibilidade máxima a práticas às quais a sociedade busca, ao contrário, dar visibilidade mínima, quando não, para algumas delas, visibilidade nenhuma. Ao distinguir de maneira mais ou menos precisa o que pode ser mostrado em sociedade e o que não pode aparecer, os bons costumes circunscrevem, num só movimento, o espaço do pornográfico (MAINGUENEAU, 2010, p. 39).

Paradoxo constitutivo: o pornográfico mostra “tudo” aquilo que não deve ser mostrado.

Considerações sobre a prostituição

A prostituição é popularmente caracterizada como “a profissão mais antiga do mundo”² e, ao mesmo tempo, uma não profissão. Além de não

2 Esse mote, aliás, não repercute apenas no senso comum, conforme tratam autoras como Adriana Piscitelli e Luzia Margareth Rago.

ser regulamentada, representa um estigma, um rótulo. Eis uma contradição: aquela cuja profissão não é oficial é rotulada por sua “atividade profissional”. Como aponta Rago (1993, p. 1), trata-se de “um mundo povoado por clichês e estereótipos”. A autora retoma a ideia de Foucault a respeito dos “regimes de verdade”, na expressão do filósofo, “que enunciaram a prostituta como o avesso da ‘mulher normal’, dotada de uma energia sexual transbordante, de pulsões incontroláveis e de uma racionalidade inferior” (ibid.) e aponta, por sua vez, a necessidade de se optar por “um percurso teórico-metodológico que permita o questionamento desses mitos e a desconstrução de representações instituídas como verdades há muito tempo” (ibid.).

Se, por um lado, existe o estigma e a marginalização, por outro, a atividade é por vezes representada com certo glamour, especialmente no cinema, que a retratou de diversas formas, da clássica *Bonequinha de Luxo*, passando por *Uma Linda Mulher*, até a interpretação da história real de Bruna Surfistinha, a ex-prostituta que ficou famosa com seu blog e, posteriormente, seu livro.

Da mesma forma que trabalhos historiográficos contribuíram com a temática ao demonstrar a construção do conceito de prostituição na modernidade em torno do aparato médico-policial, este trabalho, pelo viés discursivo, propõe contribuir a partir da investigação de discursos que se constituem em torno da prostituição e, conseqüentemente, da sexualidade.

Do ponto de vista da lei brasileira, a prostituição, em si, não é considerada um crime, embora a atividade das prostitutas possa ser enquadrada, se exposta em lugares públicos, por exemplo, como Ato Obsceno (art. 233 do Código Penal). Já o favorecimento à prostituição (praticado pelo agenciador) é considerado um delito. Ainda que, no caso deste último, a prostituta seja vista como vítima pela lei, a ela recai o preconceito, o que a leva ao lugar da marginalidade. Ou seja, o preconceito ligado ao exercício da prostituição vai muito além da ausência de um registro em carteira profissional ou da ilegalidade. Conforme Fonseca (1996, p. 19):

É evidente que a prostituição com seu status estigmatizado alvo de repressão policial e censura pelo senso comum não é uma profissão como qualquer outra. É também verdade que certa parcela das mulheres encontradas na praça não se considera nem é considerada pelas outras

como sendo da batalha, fazem da prostituição uma atividade quase artesanal, aparecendo na praça só de vez em quando para ver se não pinta alguma coisa.

Fonseca aponta, ainda, que a prostituição não é necessariamente vista como “violação da retidão moral” por quem a pratica, mas, muitas vezes, como um “elemento indispensável da economia familiar” (ibid., p. 21). É dessa forma que se organizam e se justificam os arranjos em que a atuação da mulher na prostituição é de conhecimento do próprio marido.

De modo complementar, o preconceito em relação à prostituição está, ainda, relacionado aos tabus em torno da sexualidade. Segundo Rubin (2013, p. 13), “virtualmente todos os comportamentos eróticos são considerados maus a menos que uma razão específica para isentá-lo tenha sido estabelecida”. Foi assim que, ao longo da história, o casamento, a reprodução e o amor se tornaram pretextos para legitimar o sexo, tendo como contrapartida a ilegitimidade do sexo por prazer.

Segundo Brasil (2012), o direito penal contribuiu, ao longo da história, para a reprodução da estrutura sexo-gênero ao regular a sexualidade, “consolidando a ideia tradicional de feminilidade” e, conseqüentemente, reproduzindo a “dicotomia que divide as mulheres em boas e más”. Enquanto as boas se enquadram no ideal de mães e esposas (fazem sexo por amor, na legalidade do casamento e com fins reprodutivos), aquelas que não seguem as regras da sociedade tradicional são vistas como desviantes.

A forma de lidar com a corporalidade inscreve, na atuação da garota de programa, o lugar da prostituição. Pasini observa, com base em dados de Gaspar (1984), que a prostituta utiliza o próprio corpo para estabelecer uma diferenciação entre clientes e não clientes, preservando algumas partes do corpo durante o programa, impondo restrições, como a de não beijar na boca ou praticar determinado tipo de sexo. Dessa maneira, institui-se um “limite simbólico” entre as relações. Do ponto de vista de Moraes (1995 apud PASINI, 2000, p. 188), para quem “uma prostituta não é prostituta o tempo inteiro”, tais negociações permitem que algumas partes do corpo sejam “sagradas e preservadas para seus afetos” (PASINI, 2000, p. 188).

Pasini também constata, em sua própria investigação, que algumas partes do corpo costumam ser resguardadas pelas prostitutas. Com essa re-

serva, as garotas estabelecem diferenças, por meio de seus próprios corpos, entre as relações na prostituição e fora dela. Por meio desse comportamento, essas mulheres delimitam seu papel em dois lugares distintos (PASINI, 2000), negociando com o conflito de um *ethos* interior e um *ethos* exterior à prostituição, resolvendo uma maneira de estar no mundo em duas posições diferentes. Em termos discursivos, pode-se pensar na divisão do sujeito em sujeitos, por meio de posicionamentos ou, em outras palavras, de negociações com a(s) heterogeneidade(s).

Da mesma forma, o corpo é utilizado para comunicar a prostituição: pelo modo de vestir-se ou maquiar-se, a prostituta mostra a que veio, molda um *ethos* para si.

O tipo de roupa das garotas de programa é um dos indicadores das estratégias de sedução em relação aos clientes, da corporalidade, da realização da prostituição. A comunicação desses significados sociais é realizada através dos corpos dessas mulheres, entendendo a roupa como parte da corporalidade, portanto, também como componente dessa performance. (PASINI, 2000, p. 191)

O modo como enuncia o corpo através da *web* corresponde, portanto, a um modo de corporalidade que constrói a imagem da prostituta em relação (seja de convergência, conflito ou complementaridade) com a mulher não prostituta. Com base em seu universo de pesquisa, Pasini (2000, p. 199) relata que:

as garotas vivem constantemente um “organizar” entre suas relações com os clientes e com os não-clientes. É significativo elas terem elaborado algumas regras para diferenciar corporalmente esses relacionamentos [...] A lógica da questão [...] [é] a necessidade de comunicar diferenças entre relações afetivas e relações comerciais através do corpo.

Passemos, então, à análise de um exemplo do site *Cartão Rosa*.

Um *ethos* de mulher: madura e *femme fatale*

Conforme mencionamos, a escolha desse *corpus* objetiva contemplar a voz da própria garota de programa, por meio da construção da imagem de si no site *Cartão Rosa*. Busca-se, assim, ouvir quem está à margem, a partir de dados pertinentes à contemporaneidade fortemente influenciada pela comunicação digital. Concordamos com Fonseca (1996) sobre a necessidade de priorizar outros lugares de investigação além dos arquivos policiais e hospitalares.

A *homepage* do site *Cartão Rosa* (www.cartaorosa.com.br) traz diversos anúncios de mulheres de variadas cidades. A página se apresenta como “um site sério de anúncio de acompanhantes”, informa atuar como “classificados”, não sendo agenciadora e não tendo qualquer vínculo com as “anunciantes”, que são responsáveis, inclusive, pela moderação de comentários em seus anúncios. Todos os anúncios trazem fotos, mas algumas mulheres optam por não expor o rosto. É o caso de Susy Vieira, cujo anúncio nos chamou a atenção pelo título “Mulher madura e escritora”, que, em si, traz à tona a dicotomia entre o “mundo real e sério” (o da maturidade, da cultura aí representada pela imagem da escritora) e o da fantasia, já que todo o site não economiza em fotos sensuais e na exploração visual da sexualidade.

A acompanhante Susy Vieira descreve-se da seguinte maneira:

Sou uma MULHER MADURA E MUITO BEM RESOLVIDA, educada, inteligente, carinhosa e principalmente DISCRETA, pois não tenho a intenção de iniciar nenhum romance. (CARTÃO ROSA)

As ênfases, em caixa alta, são da anunciante. Assim, seu *ethos* começa a moldar-se: ela circula pelo mundo da fantasia, promete – especialmente por meio das fotos que a caracterizam – “topar quase tudo” em termos de sexo. Em contrapartida, constrói uma imagem de “mulher séria”: madura, bem-resolvida, educada e inteligente (categorias acionadas pela anunciante). Destaca a característica da discricção, esclarecendo que não tem interesse em iniciar romance, ou seja, está disposta a satisfazer desejos sem exigir qualquer compromisso em troca.

O site informa, em uma espécie de formulário preenchido pelas anunciantes, o tipo de programa que estas propõem, permitindo a elas preservar determinadas práticas e partes do corpo, valor simbólico que estabelece limites entre a prostituição e o afeto, conforme se constatou na pesquisa bibliográfica. À anunciante, cabe responder sim ou não às práticas a seguir, extraídas do anúncio de Susy.

Meu programa

Beijo: Sim

Anal: Sim

Oral c/ Pres.: Sim

Oral s/ Pres.: Sim

Fantasia: Sim

Inversão: Sim

Dominação: Não

Homem: Sim

Mulher: Não

Casal: Sim

Orgia: Não

(CARTÃO ROSA)

Outros itens do formulário informam se a anunciante possui ou não local próprio para o programa, se aceita ou não cartão como forma de pagamento, horário para o atendimento, informações de contato, bem como o perfil da anunciante (tipo de pele/cabelos, idade, altura, peso, busto, cintura, quadril, manequim).

Observa-se, por suas respostas no item “Meu programa”, que a anunciante não impõe reservas quanto a beijo, por exemplo, que poderia ser considerado um gesto de afeto, porém preserva certos limites, excluindo a dominação e a orgia. Responde “não” à opção por mulher (o que leva a inferir que se trata de uma heterossexual), porém aceita casal (o que pode indicar simplesmente a possibilidade de cobrar mais caro por um progra-

ma). Suas fotografias a caracterizam como fetiche, funcionando como um texto pornográfico (ou erótico?) visual. Ao mesmo tempo em que pode se constituir como um objeto de desejo para o homem, por meio da mesma caracterização, institui-se também como sujeito-mulher, assumindo um *ethos* de mulher liberada:

O texto pornográfico tem necessidade de mostrar uma população feminina que estaria, enfim, liberada dos interditos falaciosos que a sujeitavam: as mulheres ‘liberadas’ que ali aparecem comportam-se de acordo com o universo masculino porque fica postulado juridicamente que toda mulher se torna tal se assumir seu desejo. (MAINGUENEAU, 2010, p. 66)

E qual seria o desejo da mulher? Satisfazer o homem, a ele servir? Ou, por meio do empoderamento do desejo, constituir-se como sujeito desejado – em outras palavras, subjetivar-se em vez de ser objeto? A imagem da mulher como fetiche também a aproxima da mitologia da mulher fatal, conforme observa Maingueneau (2010, p. 66) em relação à literatura pornográfica:

Efetivamente, essa mitologia situa no centro do enigma da diferença sexual a incapacidade do masculino de dominar o feminino, ela mostra a destruição do homem no ponto em que a pornografia mostra uma mulher cuja sexualidade está à altura da sexualidade do homem.

Se, por um lado, pode ser julgada como objeto sexual, por outro, é a garota de programa que estabelece as regras de seu programa, seus horários, seu cachê. É ela quem se impõe como ser desejado. Nesse sentido, parece poder se impor mais do que a dita “mulher direita”, já que, esta última, segundo um prisma conservador, estaria sujeita às regras implícitas do matrimônio.

Do ponto de vista discursivo, não cabe analisar as motivações da garota de programa, embora se saiba que estas possam ser variadas de acordo com sua história, seus interesses, a sociedade em que vive, os modos como lida com a censura, a repressão ou os desejos. Tampouco é objetivo adentrar no

universo psicológico. Especificamente, pode-se dizer que a garota de programa se apodera de um discurso que a subjetiva como “desejada” e, do mesmo modo, pode ser vista como “objeto de desejo”.

A anunciante Susy Vieira se subjetiva como alguém capaz de satisfazer o outro sexualmente sem criar um romance, garantindo, assim, a discricção, com base em uma atitude que caracteriza como madura. Para subjetivar-se de tal forma, por meio do fetiche, é preciso que ela ocupe esse não lugar, esse lugar à parte, à sombra, à margem do “lugar social”.

A construção da imagem de si pela acompanhante Susy Vieira traz indícios a respeito do imaginário sobre a sexualidade e a identidade de gêneros. O anúncio se dirige ao homem (já que ela se apresenta como heterossexual), para o qual ela se constitui como a “mulher perfeita” (ou “quase”, já que “não é para casar”) segundo um certo imaginário naturalizado como um ideal masculino: ela combina características do mundo dito sério e familiar (madura, inteligente...) com a imagem de uma deusa do sexo ou *femme fatale*, especialmente explorada a partir de fotografias sensuais, bem como promete a discricção e a não exigência de compromisso. Assim, o anúncio traz à tona a “verdade” de um discurso que está à margem a respeito da “mulher desejada” (madura e fatal...), mas esse discurso não pode aparecer no espaço “convencional” (é nele um interdito!), afinal, não é politicamente correto. Se aparece no espaço da fantasia, como sombra, traz também indícios sobre o que está oculto, à sua margem, o positivo do qual é o negativo.

Algumas reflexões finais

Tendo em vista a discursividade posta em cena pela garota de programa, observa-se o não lugar ocupado por um discurso sobre a sexualidade, um lugar à margem da cidadania em que o pornográfico e o erótico se confundem discursivamente. Onde estaria o limite que diferencia a prática pornográfica, ilícita e associada à profissional do sexo, do erotismo saudável?

É a existência de tal não lugar que pode servir de justificativa para discursos tão atuais e problemáticos: “a mulher que veste short curto está pedindo para ser estuprada”, a “dançarina está se exibindo”. Ora, a mulher tem (tem?) o direito de subjetivar-se por meio da sensualidade (ou simplesmente

escolher usar um short por sentir calor); avaliar a legitimidade desse modo de subjetivar-se é juízo de valor. No caso da garota de programa, se ela destrói lares, é uma análise que aqui não nos cabe. O que tentamos demonstrar é a perpetuação de um discurso que separa o sensual do familiar.

Rubin (2003, p. 10) reivindica uma “teoria radical do sexo”, conceitualmente refinada, que descreva, explique e denuncie “a injustiça erótica e a opressão sexual”. Em seu trabalho, a autora observou, também com base em Weeks (1981), que as “sociedades ocidentais geralmente consideram o sexo como perigoso, destrutivo, uma forma negativa” (ibid., p. 13). A dicotomia entre o sexo pecaminoso e o sexo redimido, por meio do casamento e com fim de procriação, contribui para perpetuar um discurso que reforça a visão negativa do sexo, opondo prostituta à “mulher direita”. Nota a autora que as hierarquias de valor sexual funcionam à maneira de outros sistemas ideológicos, como o do racismo (ibid.), concluindo que “a sexualidade é política” (ibid., p. 44). Observa Rubin que tal visão já adquiriu “vida própria” e hoje independe da religião para ser perpetuada.

Acreditamos que a investigação discursiva forneça subsídios ao necessário refinamento conceitual em torno da sexualidade, denunciando posicionamentos preconcebidos como aqueles que associam o prazer à “mulher liberada”, excluindo-o, por oposição, da dita “mulher direita”. Um discurso intrínseco à nossa sociedade que opõe pureza e prazer e, embora seja atualmente questionado, reside e resiste nos interstícios simbólicos de nossa cultura.

Referências

BRASIL, Danielle Marinho. **A prostituição feminina e associação de prostitutas da Paraíba**: movimento social, luta política e reivindicação de direitos. 2012. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Decreto-Lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acesso em: fev. 2016.

FONSECA, Claudia. A dupla carreira da mulher prostituta. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, vol. 4, n. 1, 1996.

LEITE JUNIOR, Jorge. **Das maravilhas e prodígios sexuais: a pornografia “bizarra” como entretenimento.** São Paulo: Editora Annablume, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **O discurso pornográfico.** Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do Ethos.** São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

_____. **Análise de textos de comunicação.** São Paulo: Cortez, 2000.

PASINI, Elisiane. Limites simbólicos corporais na prostituição feminina. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 14, 2000.

PAVEAU, Marie-Anne. La part d'ombre de l'analyse du discours. In: ANGERMULLER, Johannes; PHILIPPE, Gilles. **Analyse du discours et dispositifs d'enonciation: autour des travaux de Dominique Maingueneau.** Limoges: Lambert-Lucas, 2015.

RAGO, Luzia Margareth. Prazer e Sociabilidade no Mundo da Prostituição em São Paulo, 1890-1930. **Luso-Brazilian Review**, vol. 30, n. 1, 1993. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3514195?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: fev. 2016.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003.

O pioneirismo da participação feminina no jornalismo esportivo brasileiro: foi (e ainda é) preciso suar a camisa

Noemi Correa Bueno
José Carlos Marques

Introdução

Desde o século XVIII, o feminismo brasileiro tem lutado contra a discriminação contra as mulheres, objetivando que estas se tornem protagonistas de suas histórias e escolhas. Iniciando com reivindicações de acesso à educação e de concessão de direitos políticos às mulheres, o movimento feminista incluiu, em sua pauta, diferentes outras reivindicações, como o acesso ao mercado trabalho, melhores condições de trabalho, criação de creches, reforma do Código Civil, proteção em relação à violência contra a mulher, legalização do aborto e representações midiáticas adequadas e condizentes com a diversidade de perfis e papéis femininos (BUENO, 2010). Considerando essa gama de reivindicações, este capítulo abordará o desenvolvimento da mulher no mercado de trabalho jornalístico, mais especificamente no jornalismo esportivo (duas instituições com origem predominantemente masculina: o esporte e o jornalismo), com intuito de comparar a situação da mulher em momento de pioneirismo com a situação atual desta no jornalismo esportivo.

No Brasil, os primeiros relatos de mulheres exercendo a profissão de jornalista ocorreram nos anos de 1920, quando elas trabalhavam majoritariamente nos suplementos femininos. A inserção das mulheres nessa profissão foi relativamente lenta, uma vez que, na década de 1950 (30 anos após os primeiros relatos de mulheres atuando nessa área), o número de jornalistas

paulistanas não chegava a 40 (RAMOS, 2010). Na área de esportes, os primeiros casos relatados são de Ana Amélia (que redigia crônicas esportivas na década de 1930, mas não realizava matérias informativas), de Maria Helena Rangel (com início das atividades em 1948) e de Germana Garilli (que em 1962 escreveu seu primeiro texto para a *Tribuna Ituana*).

Nos dias de hoje, mais de oito décadas após o primeiro relato de uma mulher trabalhando em editorias de esporte, constatamos que, apesar do número de casos ter aumentado significativamente, a presença masculina ainda é predominante nesta área no que diz respeito às possibilidades de atuação, sendo que a função primordial das mulheres é restrita à apresentação dos temas; em contrapartida, a argumentação, a discussão e a construção de conteúdos competem, em sua maioria, aos homens.

Considerando esses aspectos, este capítulo irá traçar uma contextualização a respeito do pioneirismo feminino em diversos formatos do jornalismo esportivo, apontando os primeiros casos nos meios impresso, televisivo e radiofônico, bem como em modalidades específicas, como automobilismo e futebol, com intuito de ressaltar o tempo de inserção da mulher nesse cenário e suas primeiras dificuldades. Por último, buscaremos uma comparação com a situação atual, na qual a mulher ainda não alcançou papel de protagonista.

A mulher no jornalismo esportivo brasileiro: trajetória e preconceitos

Desde o seu início, o movimento feminista tem reivindicado condições mais igualitárias entre homens e mulheres, de maneira que estas se tornem protagonistas de sua própria história. Dentre essas reivindicações, destacaram-se o acesso ao mercado de trabalho e, mais recentemente, a quebra de preconceitos e determinações de que certos espaços sejam masculinos ou femininos.

Em relação à carreira jornalística, as dificuldades e preconceitos seguiram a trajetória da inserção da mulher no mercado de trabalho em geral, no qual, na contemporaneidade, a mulher, finalmente, tem conseguido um espaço quantitativo significativo, inclusive ultrapassando o número de homens que atuam nesta profissão. De acordo com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

da Universidade Federal de Santa Catarina (2015), os jornalistas brasileiros são majoritariamente solteiros, com até 30 anos, sendo que as mulheres representam 64% destes profissionais, enquanto os homens, 36%. No entanto, o reconhecimento desses profissionais não é igualitário, uma vez que a pesquisa apontou ainda que as jornalistas recebem menos do que os homens: a maioria das mulheres (65%) recebe até cinco salários mínimos, enquanto que em relação aos homens essa faixa salarial alcança 50% dos entrevistados.

Apesar de serem maioria no campo jornalístico, as mulheres não são maioria em todas as editorias. No caso do jornalismo esportivo, por exemplo, temos majoritariamente mais homens em seu quadro de profissionais do que mulheres. Um exemplo que podemos citar é no formato televisivo. Em uma pesquisa realizada pelos autores deste capítulo em março de 2015, verificou-se que nos oito canais de TV aberta brasileiros cuja programação inclui programas esportivos (RIT, TV Aparecida, Bandeirantes, Rede TV, TV Gazeta, TV Record, TV Cultura e Rede Globo) eram veiculados 24 diferentes programas esportivos. Nestes 24 programas, observou-se que, dentre apresentadores, comentaristas e narradores, há 64 profissionais envolvidos, sendo 17 mulheres (21%) e 47 homens (73%), apresentando um predomínio inegável da participação masculina na transmissão de informações esportivas na televisão aberta brasileira.

Apesar dessa pequena representação, podemos afirmar que o quadro referente à participação feminina tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. Atualmente, inclusive, podemos citar nomes de mulheres que se destacam na área, como Renata Fan (Band), Glenda Koslowski (Globo), e Fernanda Gentil (Globo), entre outras que são exemplos de mulheres que se destacaram na área do jornalismo esportivo, considerada “território masculino”.

A primeira jornalista na área de esportes da qual encontramos registro foi Ana Amélia, que na década de 1930 redigia crônicas esportivas. Nesse caso, a atuação era apenas em textos opinativos, não cabendo ainda à mulher redigir matérias informativas. Conforme Regina Ramos (2010), a primeira mulher considerada jornalista esportiva no Brasil é Maria Helena Rangel (com registro profissional do ano de 1948). Já de acordo com matéria publicada pela Faculdade de Artes Alcântara Machado, pertencente às Faculdades Integradas Alcântara Machado (KATAVATIS; RANULLO; SILVA, 2014), a

primeira mulher a trabalhar efetivamente com jornalismo esportivo no Brasil surgiu apenas 30 anos após o início da carreira de Ana Amélia, sendo esta a profissional Germana Garilli (apelidada de Gegê), que escreveu seu primeiro texto em 1962 para a *Tribuna Ituana*. Germana também foi reconhecida pela Federação Paulista de Futebol como a primeira mulher a realizar cobertura de futebol em campo.

No final dos anos de 1960, temos outro nome feminino de destaque no jornalismo brasileiro: Marilene Dabus, que realizou entrevistas com jogadores como Pelé, Tostão, Gerson e Saldanha para o *Jornal dos Sports*. No entanto, o grande marco do pioneirismo da participação feminina no jornalismo esportivo brasileiro ocorreu em 1970, quando é lançada em São Paulo a Rádio Mulher (que ficaria no ar até 1976), com um projeto inovador que propunha uma equipe de trabalho majoritariamente feminina – dessa forma a programação era elaborada por e para as mulheres. Foi, inclusive, em um desses programas que ocorreu o que é considerada a primeira narração esportiva feita por uma mulher no Brasil, no caso, por Zuleide Ranieri (conhecida como Pimentinha), que narrou o jogo entre Brasil e Checoslováquia, em 1972.

Na rádio também se destacaram Claudete Troiano (repórter e narradora), Jurema Yara e Leilah Silveira (comentaristas), Marli (repórter de campo) e Léa Campos (analista de arbitragem). Após o fechamento da rádio, destacaram-se no Rio de Janeiro as repórteres Claudia Reis e Tereza Cristina da Rádio Tropical FM (MUSEU DO FUTEBOL, 2015).

Já na década de 1980, sobressai a repórter esportiva Regiani Ritter (atuando na Rádio Gazeta), que em 1994 se torna a primeira mulher a cobrir uma Copa do Mundo. Em 2010, a Associação dos Cronistas Esportivos do Estado de São Paulo (ACEESP) criou uma categoria de premiação com o nome da repórter Regiani Ritter, que indica anualmente uma mulher que se destaca no jornalismo esportivo (MENDROT, 2012).

Ainda de acordo com o Museu do Futebol (2015), na televisão brasileira as primeiras mulheres que se destacaram na narração de jogos foram Claudete Troiano, atuando nos anos de 1980, e Luciana Mariano, atuando nos anos de 1990 na TV Bandeirantes. Além dessas, podemos ainda citar a jornalista Isabela Scalabrini, que na década de 1980 passou a realizar matérias para o Globo Esporte, cobrindo diversas modalidades esportivas (exceto o

futebol, pois este ainda era de exclusividade masculina). Naquele período, era ainda considerada a única mulher do departamento de esportes da Rede Globo. A respeito do início de sua carreira, a jornalista afirma que:

não pegava matéria do Jornal Nacional e nem pegava futebol. Eu notava que tinha essa resistência mesmo sabe! Uma mulher em campo? O que ela vai poder fazer? Isso demorou bastante, eu entrei em 80, mas só consegui começar a fazer matéria boa, de rede, em 83 (SIQUEIRA, 2005, p. 42).

Ainda na década de 1990, o nome de Silvia Vinhas (que já trabalhava em coberturas esportivas na TV Bandeirantes na década anterior) se destaca na Band como a primeira mulher brasileira a cobrir eventos automobilísticos (mais especificamente a Fórmula Indy). Em 1995, temos mais um exemplo de jornalista feminina que merece destaque: Ana Cláudia Zimmermann Sacher, trabalhando como repórter da Rede Globo. Em relação à atuação de Ana Cláudia, Núbia Tavares (2006) aponta que ela teve um valor incalculável,

afinal, o futebol sempre foi tido como coisa de homem. São poucas as que se arriscam no jornalismo esportivo. Segundo, porque as poucas que atuavam normalmente atuavam na apresentação de programas esportivos. E terceiro, porque ser repórter de campo, titular, e ainda por cima na Rede Globo, já é uma tarefa hercúlea para os homens. Mas nada que fosse impossível para uma mulher.

Por fim, apontamos ainda a jornalista Renata Fan, que, com sua atuação no programa *Jogo Aberto* (da TV Bandeirantes) a partir de 2007, foi considerada a primeira mulher na televisão aberta brasileira a assumir o cargo de âncora em uma mesa de debates a respeito de futebol. Ainda em 2007, podemos citar mais um caso de destaque na área: a inserção da jornalista esportiva Mariana Becker (da Rede Globo) em matérias a respeito do automobilismo.

Observamos, portanto, que a inserção da mulher no jornalismo esportivo brasileiro ocorreu essencialmente a partir da década de 1970, mas com

poucas participações quantitativas. De acordo com Alzira A. de Abreu e Dora Rocha (2006, p. 10),

até os anos 60 as mulheres entravam nas redações confirmando o seu papel feminino, ocupando espaço nos cadernos ou nas revistas femininas, nas seções de moda, de receitas culinárias, de conselhos sobre educação infantil e comportamento familiar, ou escrevendo crônicas e contos voltados para o público feminino. Os assuntos 'sérios' eram reservados aos homens.

Com exceção da Rádio Mulher, que possuía majoritariamente mulheres em seu quadro de profissionais (inclusive técnicas e motorista), nos demais casos vemos participações isoladas de mulheres nesse ambiente ainda masculinizado. Na televisão, a inserção feminina foi ainda mais tardia, tendo os dois primeiros casos de destaque apenas nas décadas de 1980 e 1990. Outro fator ainda a destacar é em relação à participação dessas mulheres e os cargos assumidos por elas. Ainda há funções estritamente masculinas, e outras em que a mulher ainda está conquistando, como é o caso de âncora, cuja função assumida por uma mulher ocorreu apenas em 2007 (há menos de uma década).

Além disso, ao traçar o contexto histórico, é relevante também apontar as dificuldades pelas quais essas profissionais passaram para se destacarem nesse cenário; dentre estas podemos citar três principais: não permissão legal da participação da mulher em alguns esportes; permanência, durante anos, da prática de entrevistas com atletas e jogadores em vestiários; e o preconceito de gênero em relação aos colegas de trabalho, público, esportistas e juízes, e, conseqüentemente, a necessidade de quebrar tabus e provar que uma mulher pode compreender e discutir a respeito do mundo esportivo.

De acordo com Heloisa Turini Bruhns (2000), no Brasil tínhamos leis e decretos que afirmavam a não aceitação da mulher em determinadas atividades esportivas. Em relação a isso, podemos citar que, em 1940, a Subdivisão de Medicina Especializada (pertencente à Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas) publicou um parecer apontando os malefícios causados às mulheres que praticavam futebol. Nesse sentido, tivemos em 1941 o Decreto-Lei nº 3199, com o seguinte

artigo: “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições da sua natureza”. Tal artigo foi reforçado em 1965, quando o Conselho Nacional do Desporto divulgou a Deliberação nº 07, apontando que “não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de praia, polo, halterofilismo e beisebol”. A revogação ocorreu apenas em 1980. A proibição durou, portanto, 40 anos. Assim, nessas quatro décadas, coube à mulher apenas o papel de espectadora, não podendo se envolver diretamente com o futebol e outros esportes considerados masculinos.

No entanto, apesar da proibição legal da prática do esporte, algumas mulheres (como já apontamos neste capítulo) interessadas pela temática ingressaram no campo relativo ao jornalismo esportivo, a fim de cobrir jogos para o meio impresso, o rádio e a televisão. Além de lidarem com aspectos legais que desestimulavam o seu envolvimento nesse cenário e, portanto, afastavam-nas de certos esportes como o futebol, essas mulheres ainda tiveram de enfrentar outras dificuldades para exercerem sua profissão, como a cultura de entrevistas realizadas em vestiários e a dificuldade de acesso ao vestiário masculino.

Até o final dos anos de 1990, era comum jornalistas entrevistarem atletas ao final do jogo no vestiário, e isso causava certo desconforto para jornalistas mulheres que precisavam entrevistar atletas masculinos. Regiani Ritter acredita ser a primeira mulher a entrar num vestiário masculino e conta que sua estreia foi uma tentativa de escapar de objetos lançados no gramado por torcedores enquanto ela entrevistava o técnico Cilinho, que a levou para o vestiário a fim de se proteger (MARTINS, 2013a).

Ao entrar no vestiário, Regiani Ritter observou que

(...) não tinha um que não estivesse pelado. Quando me viram, colocaram a mão na frente. Quando decidiram que não poderiam ficar a tarde inteira ali me olhando, viraram para sair correndo e demoravam uns dois segundos para lembrar de tampar a parte de trás (...). E naquele dia, Casagrande não fugiu como os outros. Ele ficou e acho que foi até para mostrar que aquilo era natural, mesmo não sendo (MARTINS, 2013a).

Como apontado acima, citando a primeira vez que entrou em um vestiário masculino para realizar entrevistas, Regiani Ritter lembra que sua pre-

sença não foi vista com naturalidade pelos jogadores. Observamos, portanto, que o desconforto com a presença feminina no vestiário era de ambos os lados: atletas masculinos e jornalistas femininas. No entanto, de acordo com Regiani, as melhores matérias eram obtidas justamente naquele ambiente, por isso esse constrangimento tinha de ser superado para que o trabalho tivesse melhores resultados.

Apesar desta ideia de que as melhores entrevistas eram obtidas no vestiário, essa prática não foi adotada por várias jornalistas, inclusive as mais contemporâneas. Isabela Scalabrini e Kitty Balieiro, por exemplo, afirmam que nunca entraram em um vestiário, e que isso não prejudicou suas carreiras e trabalho. Em entrevista, Isabela Scalabrini reforça, apontando o seguinte: “eu nunca entrei no vestiário e nunca levei furo ou deixei de cobrir alguma coisa por isso; os jogadores vinham falar conosco na porta ou em uma antessala” (MARTINS, 2013a).

Por fim, além de leis que desestimulavam o envolvimento feminino com o esporte e o hábito (praticado até o final dos anos 90) de entrevistas em vestiários (causando constrangimento com a possibilidade de lidar com atletas nus ou a insegurança de que aguardar a entrevista prejudicaria o trabalho e a consequente necessidade de explicação de que o trabalho seria realizado com qualidade independente da entrada no vestiário), as mulheres ainda tiveram de lidar com o preconceito do público, atletas e colegas de profissão.

A mulher e as estruturas androcêntricas do jornalismo esportivo

A entrada da mulher no jornalismo esportivo seguiu a tendência da entrada da mulher no mercado de trabalho como um todo: eram grandes as barreiras impostas para elas ingressarem na vida profissional, como a hostilidade presente na própria família até as intimidações físicas, insinuações de desqualificação, menores salários e assédios sexuais.

Na década de 1960, ainda era comum o consenso de incompatibilidade entre vida profissional e casamento, devido à crença de que o trabalho incentivaria a mulher a abandonar os afazeres domésticos, o cuidado com os filhos e cônjuge e a feminilidade (BUENO, 2010). Aliás, tal conceito de

que a função da mulher casada seria dedicar-se à família eram reforçados pela própria legislação brasileira (revogada apenas em 1962), como pode ser observado nos seguintes artigos da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Capítulo III – Dos direitos e deveres da mulher):

Art. 240. A mulher, com o casamento, assume a condição de companheira, consorte e colaboradora do marido nos encargos de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta. (Redação dada pela Lei nº 6.515, de 26.12.1977)

Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251): (Redação dada pela Lei nº 4.121, de 27.8.1962).

VI - suprimido pela Lei nº 4.121, de 27.8.1962: Texto original: Litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados no arts. 248 e 251.

VII - suprimido pela Lei nº 4.121, de 27.8.1962: Texto original: Exercer a profissão (art. 233, IV).

Art. 243. A autorização do marido pode ser geral ou especial, mas deve constar de instrumento público ou particular previamente autenticado. (BRASIL, 1916)

Apesar de esses artigos terem sido suprimidos e a mulher ter conquistado um espaço significativo no mercado de trabalho, as brasileiras ainda vivem um cotidiano de preconceito. Assim, as mulheres ainda se deparam com discriminação, presentes em falas, gestos e até diferenças salariais.

Em relação a isso, Pierre Bourdieu (2003) aborda que as conquistas das mulheres ainda não ocorreram de forma plena, pois seguem a lógica tradicional do conceito de feminino e masculino, ou seja, mesmo havendo mudanças significativas, a mulher ainda é responsável por atividades relacionadas à cultura, à educação e ao cuidado com o outro (como vemos em profissões consideradas tipicamente femininas: enfermagem, pedagogia, nutrição, por exemplo), enquanto aos homens cabem as atividades de chefia, gestão e decisões estratégicas.

Em uma pesquisa realizada por Regina Helena de Paiva Ramos (2010), dentre as 65 jornalistas consideradas pioneiras, 17 trabalhavam nos suple-

mentos ou cadernos femininos, onze em reportagens diversas, onze na editoria de artes e cultura, sete na coluna social, quatro redigiam crônicas e contos, três atuavam no caderno de economia, duas em moda, duas em política, e nas demais áreas (policial, agrícola, mundo desconhecido, culinária, esporte, religião, quadrinhos, técnica e *cartoon*) constava apenas a presença de uma mulher.

Às mulheres eram geralmente, oferecidos cargos em suplementos femininos, colunas do gênero, ou assuntos 'leves'. Como se a gente não pudesse pensar macro. Todas as jornalistas que hoje praticam a profissão nas muitas redações, em cargos expoentes e tantas delas brilhantes, devem, com certeza, a essas pioneiras o espaço que hoje tem na imprensa. Mulheres que começaram, sim, nos suplementos femininos, porque queriam fincar o pé na redação, e com isso, nos suplementos femininos, porque queriam fincar o pé na redação e com isso abriram caminho para as demais. Claro que o mundo mudou, as conquistas sociais foram alcançadas, mas a essas pioneiras muito se deve (RAMOS, 2010, p. 258).

Assim, ao adentrar no jornalismo esportivo (com as pioneiras de destaque atuando na década de 1970), a mulher buscou alcançar novos espaços e consolidar seu direito de optar por uma carreira, mas também buscou quebrar um conceito simbólico¹, afinal, a mudança não ocorreu apenas na troca do ambiente doméstico pelo ambiente profissional, mas pela escolha de dois ambientes considerados na época tipicamente masculinos: o jornalismo e o esporte, sendo que neste segundo a classificação como uma área masculina ainda é bastante comum na contemporaneidade.

Da mesma forma que a luta por um espaço no ambiente de trabalho não foi fácil, a inserção de mulheres no jornalismo esportivo também se deparou com barreiras e preconceitos diversos. Dentre alguns depoimentos de jorna-

1 Os sistemas simbólicos são capazes de orientar e coagir práticas e representações, independente da consciência e vontade dos agentes, pois são incorporados e reproduzidos naturalmente.

listas a respeito dessa situação, citamos o caso ocorrido com Regiani Ritter, que precisou enfrentar o superintendente da Gazeta para estrear na rádio, pois, conforme ele, “a informação esportiva perderia credibilidade na voz de uma mulher no rádio” (MARTINS, 2013b).

Além do preconceito de gestores, Lia Benthien (pioneira da TV Cultura) aponta ainda que se passava o mesmo com jogadores, técnicos e colegas de trabalho, e que ela sentia-se sendo “testada o tempo todo”. Isabela Scalabrini também aborda sobre o caso e o preconceito que sofria por parte da torcida: “quando entrava em campo, ouvia assobios e muitas bobagens, como que estava ali para paquerar” (MARTINS, 2013b).

Além desse discurso, de acordo com Mauro Betting, a inserção da mulher nesse ambiente despertou ainda insinuações de que a participação feminina no jornalismo esportivo foi facilitada e incentivada a partir da possibilidade de atração de audiência, devido à beleza e simpatia femininas. Segundo ele:

na era do entretenimento acima de todas as coisas, o jornalismo esportivo como um todo virou entretenimento esportivo. Na TV arreganhada – quero dizer na TV aberta –, então, mais importante que a câmera é quem vai estar à frente dela. Se loiras de saias curtas e olhos claros, melhor. Se campeã pan-americana internacional de sky-shiting, ainda melhor (BOAS, 2005, p. 24).

Em relação a isso, Danielson Roaly (2004) aponta que houve, sim, a fala de que a inclusão da mulher no jornalismo esportivo é uma estratégia de marketing estético, mas que “as mulheres já provaram que isso é uma grande mentira inventada para aplacar o ego de muitos homens, que não reconhecem que as mulheres se mostram muito mais competentes no âmbito profissional”.

Apesar da declaração de Danielson, na contemporaneidade muitas mulheres apontam que não se veem representadas em programas esportivos e nos papéis atribuídos às mulheres nos diferentes meios. Tal sentimento e percepção podem ser notados no texto da blogueira Clarice Bessa, que aponta justamente como compreende o espaço destinado às mulheres no meio esportivo:

pouquíssimas mulheres realmente podem exercer um cargo de comentarista (para emitir opiniões de verdade, não vomitar um script), principalmente quando tem contato direto com o público. No futebol, então! Nós somos o país do futebol, porém julgamos as mulheres incompetentes no assunto. Muitas garotas já o praticam, mas falar sobre técnica e tática? Discutir se dá para a seleção jogar com dois centroavantes ou se meia é posição em extinção no Brasil? As entrelinhas do cinismo expressam o seguinte: mulheres podem jogar, mas que não se profissionalizem nem tentem entender o assunto. Namorem jogadores, criem sites sobre galãs como Beckham e o Morientes, sejam assistentes de palco de programas (usem decotes) ou façam matérias de biquíni, mas, por favor, não se metam em território onde só os machos têm competência para opinar, gerir e praticar (BESSA, 2006).

Um exemplo desse cenário de não protagonismo pode ser observado em uma pesquisa realizada pelos autores² deste capítulo, em que foi constatado que, nos programas de esporte da televisão aberta brasileira, as mulheres assumem majoritariamente o cargo de apresentadora, cabendo as funções de comentarista e narrador aos homens, conforme pode ser observado na Tabela 1.

2 Para realização da pesquisa, foi utilizada a metodologia da Análise do Conteúdo com objetivo de mensurar a presença dos profissionais mulheres e homens nos programas de esportes da televisão aberta brasileira veiculados em março de 2015, sendo que a coleta de dados ocorreu por meio de informações extraídas das páginas virtuais dos respectivos programas e/ou canais. Para levantamento de dados, foram pesquisados os canais da televisão aberta brasileira: RIT, TV Aparecida, Bandeirantes, Rede TV, TV Gazeta, TV Record, TV Cultura, Rede Globo, Canção Nova e SBT. Assim, foram analisados 10 canais da televisão brasileira e 24 programas de esportes veiculados no estado de São Paulo, sendo esses programas: *RIT Esportes*, *Brasil Esportes*, *Gol: o grande momento do futebol*, *Jogo Aberto*, *Os Donos da Bola*, *3º Tempo*, *Tudo Azul*, *Band Esporte Clube*, *Futebol 2015* (Band), *Bola Dividida*, *Bola na Rede*, *XFC*, *Gazeta Esportiva*, *Mesa Redonda*, *Vida de Atleta*, *Super Esporte*, *Esporte Fantástico*, *Cartão Verde*, *Auto Esporte*, *Esporte Espetacular*, *Globo Esporte*, *Futebol 2015* (Globo), *Corujão do Esporte* e *Treino da Fórmula 1*.

Tabela 1 – Funções dos profissionais de comunicação presentes em programas esportivos (março de 2015)

	Feminino	Masculino
Narradores		7
Comentaristas		26
Apresentadores	14	17
Noticiarista	1	1
Não identificados*	2	13
Total	17	64

* Profissionais cuja função não foi apontada pelo site/portal da emissora/programa.

Fonte: Pesquisa realizada pelos autores em março de 2015.

Dessa forma, podemos afirmar que a inserção da mulher no jornalismo esportivo na televisão aberta brasileira não significou uma ruptura nas estruturas androcêntricas. Apesar de a mulher ter aumentado sua participação em um espaço masculino, fê-lo assumindo e mantendo papéis considerados femininos. A ela ainda não foi reconhecida a autoridade no tema, pois apenas apresenta assuntos que serão discutidos, opinados, comentados e abordados por colegas do sexo masculino (estes ainda considerados os detentores do “saber” esportivo). Nesse sentido, as mulheres assumem, majoritariamente, a função de apontar os temas que serão debatidos, levantar questões para discussões ou mesmo ler e-mails de telespectadores, cabendo ao homem a produção efetiva do conteúdo, da discussão e da opinião sobre o tema, que assumem as funções de narradores e comentaristas.

Portanto, apesar de toda a mudança no cenário androcêntrico que observamos nas últimas décadas, ainda há muito para ser conquistado pelas mulheres que desejam atuar nessa área. O preconceito ainda é latente, e não são todas as funções jornalísticas que as mulheres conseguem assumir inteiramente na contemporaneidade.

Considerações finais

Desde a década de 1970, observamos o inegável avanço das mulheres no campo relativo ao jornalismo esportivo brasileiro, área tipicamente masculina

desde o seu surgimento. Como apontado, o primeiro registro de uma mulher trabalhando na área esportiva foi de Ana Amélia (na década de 1930), atuando apenas em textos opinativos. Depois de Ana Amélia, tivemos mais três casos de destaque: Maria Helena Rangel (que começou sua atividade em 1948), Germana Garilli (em 1962) e Marilene Dabus (no final dos anos de 1960).

É, portanto, a partir da década de 1970, com o lançamento da Rádio Mulher, que o esporte começa a ser reconhecido como um espaço também feminino, e nomes de mulheres começam se destacar na área: Zuleide Ragneri, Claudete Troiano, Regiani Ritter, Luciana Mariano, Isabela Scalabrini, Silvia Vinhas, e as contemporâneas: Renata Fan, Fernanda Gentil, Claudia Reis, Bárbara Coelho, Marina Ferrari, por exemplo.

No entanto, apesar do avanço, podemos também verificar que nessa área ainda há predominância de profissionais do sexo masculino, e que à minoria feminina ainda cabe atividades operacionais e táticas – e não estratégicas. Reproduz-se assim a lógica da teoria de Bourdieu (2003) a respeito das conquistas femininas no mercado de trabalho: de que estas não ocorreram em sua totalidade, pois a estrutura das distâncias ainda é mantida ao destinar aos homens as funções de narrador e comentarista, e às mulheres a função de apresentadora.

Esse cenário atesta como o mundo do esporte, especialmente o do futebol, ainda é dominado por uma mentalidade de valorização das masculinidades. Isso explica, em parte, por que a mulher demorou a se inserir no jornalismo desportivo e por que assumiu apenas algumas atividades nessa área. Como consequência, o discurso da imprensa esportiva brasileira, em pleno século XXI, ainda reproduz práticas que buscam estigmatizar tanto o *ethos* das masculinidades como o das feminilidades. Em programas de televisão, imperam formatos em que a mulher comparece quase que invariavelmente na função de apresentadora, num paradigma proposital de valorização da beleza e da sensualidade, e a ela é quase vedado o espaço do comentário e da opinião. Na mesma medida, mulheres não operam a função de narrador em transmissões esportivas, e sua presença no rádio esportivo dá-se pela total ausência de vozes femininas é a não ser no trabalho de reportagem de campo. Assim, o papel desempenhado pela maioria das jornalistas esportivas segue o conceito da aparente mudança (presença feminina em um campo de prevalência masculina: o jornalismo e o esporte), mas mantém a lógica tra-

dicional do modelo masculino e feminino, no qual a mulher é ainda apenas coadjuvante, e o homem, o detentor do conhecimento.

Referências

ABREU, Alzira Alves; ROCHA, Dora. **Elas ocuparam as redações**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BESSA, Clarice. **Mulheres de Atenas**. Disponível em: <http://www.geocities.com/beijospratorcida/mulheres.htm>. Acesso em: 12 out 2015.

BOAS, Sergio Vilas (Org.). **Formação e informação esportiva**: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. **Lei nº 3.071**, de 1º de janeiro de 1916. Código civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm>. Acesso em: 31 jan. 2016.

BUENO, Noemi Correa. **Jornalismo impresso e relações de gênero**: enquadramentos da Folha de S. Paulo e d'O Estado de S. Paulo de um caso de hostilização a uma estudante. 2010. 280 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2010.

FENAJ; UFSC. **Quem é o jornalista brasileiro?** Perfil da profissão no país. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/reinstitu/pesquisa_perfil_jornalista_brasileiro.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2016.

KATAVATIS, Konstantinos Nectarios; RANULLO, Nickolas de Carvalho; SILVA, Rodrigo. A crescente participação das mulheres no jornalismo esportivo. **Momento Online**, 2014. Disponível em: <<http://www.fiamfaam.br/momento/?pg=leitura&id=5709&cat=1>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

MARTINS, Aretha. Vestiário não assustava pioneiras: 'se não entrasse, perdia o melhor da festa'. **iG Esporte**, 2013a. Disponível em: <<http://esporte.ig.com.br/futebol/2013-12-01/vestiario-nao-assustava-pioneiras-se-nao-entrasse-perdia-melhor-da-festa.html>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

_____. Pioneiras do jornalismo lembram preconceito, boicote e xaveco de boleiros. **iG Esporte**, 2013b. Disponível em: <<http://esporte.ig.com.br/futebol/2013-12-01/pioneiras-do-jornalismo-lembram-preconceito-boicote-e-xaveco-de-boleiros.html>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

MENDROT, Carla. Regiani Ritter: pioneirismo dentro e fora dos gramados. **Portal dos Jornalistas**, 2012. Disponível em: <<http://portaldosjornalistas.com.br/noticias-conteudo.aspx?id=224>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

MUSEU DO FUTEBOL. Visibilidade para o futebol feminino. **Google Arts & Culture**, 2015. Disponível em: <<https://www.google.com/cultura-linstitute/exhibit/visibilidade-para-o-futebol-feminino/gQuX4AQf?position=120%2C0>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

RAMOS, Regina Helena de Paiva. **Mulheres jornalistas: a grande invasão**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Faculdade Cásper Líbero, 2010.

ROALY, Danielson. Proibido para homens. **Canal da Imprensa**, 2016. Disponível em: <<http://www.unasp-ec.com/canaldaimprensa2/PortalAntigo/canalant/debate/trint3/debate3.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

SIQUEIRA, Shymenne Costa. **Jornalismo Esportivo: a inserção da mulher jornalista no núcleo esportivo das emissoras de TV de Belo Horizonte**. Monografia. Centro Universitário de Belo Horizonte Uni-BH, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://www.convergencia.jor.br/bancomonos/2005/Shymenne.pdf>>. Acesso em 28 out. 2015.

TAVARES, Núbia. Ana Zimmermann: pioneira no futebol da Globo. **Papo de Bola**, 2015. Disponível em: <<http://www.papodebola.com.br/papoespecial/20050727.htm>>. Acesso em: 16 out. 2015.

Metáporo dos gêneros nos discursos midiáticos: notas sobre gêneros nas revistas *Trip* e *Tpm*

Muriel Emídio P. do Amaral
Claudio Bertolli Filho

Introdução

A intenção deste artigo é de trafegar pelos poros abertos que são sugeridos pelo metáporo, um método, ou melhor, um quase-método, como propõe o próprio idealizador desse conceito, o professor Ciro Marcondes Filho. A escolha dessa epistemologia se realiza no movimento de estabelecer um processo de fruição acerca das possibilidades de representações de gêneros e de sexualidades nas revistas *Tpm* e *Trip*. Essas revistas são mensais e produzidas pela Editora Trip. Há aproximadamente dois anos, as revistas apresentam praticamente as mesmas matérias jornalísticas, mesmo sendo direcionadas a públicos diferentes. Essa medida, além de envolver questões de economia de produção, pode ser interpretada como uma proposta de reorganização social que discorre sobre a fragilidade de demarcação de identidade e gênero entre homens e mulheres.

Com base nos caminhos oferecidos pelo metáporo e pelas considerações sobre a resignificação das sexualidades, esse texto pretende traçar pontes e acessos entre as experiências estéticas que as publicações podem oferecer sobre a fragmentação das qualidades de gêneros, atentando-se à promoção de alteridade que podem ocorrer por conta dessas experiências ao sugerir a interface entre os universos masculino e feminino, reconhecendo no outro parte de reconhecimento de si enquanto uma fruição na comunicação.

Antes de mais nada...

Para chegar às propostas do metáforo aplicado aos gêneros, torna-se importante salientar como algumas reflexões são importantes para considerar os debates sobre a formação de identidades e gêneros. Entre as várias ideias apresentadas por Simone de Beauvoir (1980), contidas na clássica obra *O Segundo Sexo*, publicado no final da década de 1940, a autora oferece destaque ao afirmar que “não se nasce mulher, mas se torna mulher”. No mesmo trabalho, a teórica feminista de forte abordagem marxista e existencialista pontua ainda no começo do texto que “Não sabemos mais exatamente se ainda existem mulheres, se existirão sempre, se devemos ou não desejar que existam, que lugar ocupam no mundo ou deveriam ocupar” (BEAUVOIR, 1980, p. 7). As reflexões dela contribuíram de forma significativa para reconsiderar a condição de ser mulher na contemporaneidade, refutando as condições biológicas para as qualificações de gênero, sexo e sexualidade. Com esse propósito, Simone de Beauvoir começou a trilhar caminhos prósperos para considerar que ser mulher não tem significado apenas na perspectiva biologizante de seres tomados por hormônios e legitimados por uma sequência imposta pelo código genético, mas ela considera que a formação do gênero ocorre enquanto um constructo social, baseado em referências culturais e históricas. Um pensamento que foi alargado nas concepções de Joan Scott (1990) ao conceber também os gêneros não apenas na condição de manifestações biológicas, tão pouco enquanto uma relação de causalidade ou apenas se limitando aos estudos de mulheres, mas compreendendo-os na perspectiva histórica de “descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, (...) encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la” (SCOTT, 1995, p. 72).

Este será o fio condutor das explicações deste texto: mudanças. Conforme apresentado, Beauvoir começou a delinear a necessidade de reconsiderações sobre ser mulher em meados do século passado. Assim, esse debate pode ser estendido e contemplar também outras referências de questionamento e mudança de como ser homem, criança, adolescente, homossexual, lésbica, negro ou judeu. Qualquer um desses apontamentos, bem como outros tantos, não se prosperam em paradigmas tão firmes de significação, tão pouco podem ser considerados absolutos e categóricos em momentos de

definição. É preciso um diálogo franco e aberto com a cultura e com a própria subjetividade do sujeito para se chegar a um resultado da significação que, mesmo assim, pode ser provisório e flutuante. O gênero se encontra em crise, ou melhor, talvez sempre estivesse em crise, todavia, a possibilidade de perceber e sentir essas mudanças, estabelecendo uma experiência estética, seja uma alternativa mais concreta na contemporaneidade quando comparada a outras épocas, quando a sociedade era cercada por códigos moralizantes. Assim, o gênero não se encontra obrigatoriamente encarcerado nos binarismos imperantes, mas com possibilidade de se libertar e ser mais solto.

Isso não implica em afirmar assertivamente que a sociedade atual se encontra em um estágio de evolução libertária e que está afastada dos ranços ideológicos conservadores a ponto de não levar em consideração os dogmas estigmatizados dos gêneros, do sexo e das identidades. Na atualidade, há uma onda conservadora que assola vários setores sociais que pretendem apresentar as performances da diversidade sexual como sendo movimentos doutrinários, associando o esclarecimento sobre desejo, sexualidade e identidade a ações de domesticação de subjetividades. Mas, a despeito dessa condição taxativa e excludente, hoje existem caminhos e passagens que viabilizam outras possibilidades que não seja posicionar os gêneros em condições refratárias, mas de experimentar alternativas que fogem das garras das possibilidades preestabelecidas de discursos marmorizantes sobre o que pode (ou não pode) ser masculino e feminino. Os gêneros podem se libertar dos paradigmas da significância e podem ser também objetos de fruição.

Em posicionamentos semelhantes de várias possibilidades para as sexualidades, Beatriz Preciado¹ acredita na subversão do gênero, hasteando a bandeira contra as doutrinas biológicas para o corpo. Por isso, ela defende a contrassexualidade como sendo uma manifestação que, além de servir como contraponto à biologia, reconhecendo que os traços biológicos também seriam resultado de expressões culturais específicas, subverte a sexualidade para além das estruturas heterocentradas de padrões preestabelecidos. A contrassexualidade

1 A partir de 2015, Beatriz Preciado assumiu o nome e a identidade como sendo Paul B. Preciado. Como esse artigo foi escrito anteriormente à mudança, ainda permaneceu o reconhecimento da identidade no feminino nas referências bibliográficas desta pesquisa.

(...) não é a criação de uma nova natureza, pelo contrário, é mais no fim da Natureza como ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros (...) No âmbito do contrato contrassexual, os corpos se reconhecem a si mesmos não como homens ou mulheres, e sim como corpo falantes, e reconhecem os outros corpos como falantes. Reconhecem em si mesmo a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como a todas as posições de enunciação, enquanto sujeitos, que a história determinou como masculinas, femininas ou perversas. (...) renunciam na só a uma identidade sexual fechada e determinada naturalmente, como também aos benefícios que poderiam obter de uma naturalização dos efeitos sociais, econômicos e jurídicos de suas práticas significantes (PRECIADO, 2014, p. 21).

Pela visão da autora, ela segue afirmando que o sistema gênero/sexo não passa de uma “máquina, instrumento, aparelhos, truques, redes, aplicações” (ibid., p. 22) para legitimar as manifestações do sexo em perspectivas convenientes. É importante também frisar que, segundo Preciado, a contrassexualidade não rejeita a hipótese das construções sociais ou psicológicas do gênero, muito pelo contrário, “mas, as ressitua como mecanismos, estratégias e usos em um sistema tecnológico mais amplo” (ibid., p. 24). Sair de um *status* confortante de gênero repousado em terrenos firmes e buscar outros propósitos de significação pode ser interpretado como uma experiência estética, compreendendo esse movimento como sendo uma imersão em um universo sensível de forma despreziosa e sem amarras, pois, de alguma forma, abandona-se o “eu” para vivenciar o “outro”, ou melhor, os “outros”.

Não há uma fórmula absoluta de percepção estética do outro; percebendo a constante necessidade de inquietação da mudança, há sempre a possibilidade de realizar um acontecimento, uma nova proposta de interação. Uma proposta de alteridade que não reconhece no outro a intenção de ameaças ou de ofensas, mas o vê como um valor de fruição de uma descoberta de si mesmo fora de si. Martin Buber (1979), filósofo e teólogo do começo do século XX, propôs um modo de pensar muito pertinente ao considerar que a experiência do “eu” não é centralizada no indivíduo com o mundo, mas

nos espaços de vivências com o “outro”, estabelecendo uma relação de alteridade. Para Buber, o “outro” se torna “tu”, ou seja, alguém tão relevante e importante no processo que fortalece uma relação de alteridade baseada na interação, por isso a relação “EU-TU”, em que ambas porções são importantes na alteridade. Em outras circunstâncias, Buber considera que quando o outro não é elevado à consideração do “TU”, estabelecendo hierarquias ou posições díspares, ou até mesmo quando o indivíduo apenas extrai do outro aquilo que acredita ser de interesse próprio, a alteridade perde forças e se originam processos de estratificações, e o outro não ultrapassa a qualidade do “ISSO”, um objeto, algo apenas pragmático e utilitário do “EU”. A relação “EU-ISSO”, para Buber, é distante e objetivada, carente de empatia e compaixão. O filósofo considera assim, a palavra-princípio EU-TU como a proposta da totalidade do sujeito, livre, desimpedida.

Entre o EU e o TU não se interpõe nenhum jogo de conceitos, nenhum esquema, nenhuma fantasia; e a própria memória se transforma no momento em que passa dos detalhes à totalidade. Ente EU e o TU não há fim algum, nenhuma avidez ou antecipação; e a própria aspiração se transforma no momento em que passa do sonho à realidade. Todo meio é obstáculo. Somente na medida em que todos os meios são abolidos, acontece o encontro (BUBER, 1979, p. 13).

Defender as relações com o “outro” propondo uma interação mais humanizada e contemplar as discussões de gênero nesses debates é reconhecer o desejo para além daquilo que os olhos possam perceber e sentir pela experiência a necessidade de reconsiderar não apenas o indivíduo, mas também os processos que acontecem para ressignificar o sentido da existência e a importância do “outro” enquanto uma forma também de ser “eu”. Nessa ordem que se fazem desnecessários, como em muitas situações, os paradigmas de definições. Ser homem, mulher, lésbica, gay, travesti, heterossexual se tornam conceitos deficientes na grande teia de simbologias que é tecida a todo o momento pela ressignificação das identidades. “O desmoronamento dos diques conceituais e a fragmentação das conjecturas científicas desobstruíram o território tornando o caminho do conhecimento mais fascinante

e livre” (MALDONATO, 2014, p. 24). É nessa possibilidade de trafegar de forma mais solta que os gêneros podem se tornar qualidades estéticas em que sujeitos não se encontram estagnados, mas em constantes movimentos, oxigenando a vida, renovando agrupamentos sociais e as relações com o outro, provocando e instigando o corpo e a própria existência a atravessar um abismo sem redes de segurança. É desse modo que a fenomenologia contribuiu de forma emblemática para que a relação e as experiências com o outro fossem estimuladas e praticadas sem a intervenção intensa dos processos de regulamentação para a fruição e experimentação.

A relação de alteridade proposta pela fenomenologia não se limita apenas na concessão entre o sujeito e o objeto, mas nas formas de alteridade de reconhecer no objeto uma inteireza que faz justificar a própria condição do sujeito como sendo ele mesmo fora de si; mesmo reconhecendo um espaço de diferença, mas livre de um terreno previamente demarcado e passível de ser experienciado. Segundo Maldonato (2014), apoiado nas reflexões de Emmanuel Lévinas, as ideias fenomenológicas mais modernas acreditam que o “olhar fenomenológico questiona a representação e o seu objeto teórico, denunciando a propensão a contemplar o objeto como uma abstração, uma visão parcial do ser, um esquecimento de sua verdade” (MALDONATO, 2014, p. 24). Ou seja, o signo que se encontrava de certa forma impávido e indiferente se enfraquece pela própria necessidade de mudar, e a sua permanência em vida se torna insustentável quando não colocado em face a outras condições. Por isso, a necessidade da morte não enquanto um encontro com o fim da própria existência, mas sob a perspectiva de estabelecer com outras formas de viver experiências estéticas para que, assim, continue o seu caminho, permanecendo viva, transformando-se.

Dentro dessa linha de pensamento que os conceitos sobre gênero se apropriam de outras referências para continuarem vivos, morrem enquanto unidade, mas permanecem pulsantes em outras condições. Deleuze (1997) acredita na potencialidade do diálogo como forma de realocar as referências conceituais. Enquanto sujeitos e signos se encontrarem paralisados e estagnados pela territorialização, não há movimento estético, comunicação ou fluidez, tampouco a ideia de interação com o outro; nesse caso, o outro é um território de conhecimento alheio. Todavia, a saída dessa condição proporciona a fruição em outros contextos e promove a desterritorialização, ou

seja, a mobilidade de significância pela necessidade de estabelecer diálogos com outras referências. Essa troca de experiências, possibilitada pelo deslocamento e pelo encontro com o outro, promove a desterritorialização e reterritorialização, uma forma de encontrar lugares prósperos para a ramificação e a ocorrência de novos diálogos. A reterritorialização não implica na obrigatoriedade novamente de acomodação, muito pelo contrário, esses acontecimentos de transformação não cessam, são vertiginosos e inconstantes.

Nessa seara de possibilidades fruídicas de realocações é que o metáporo contribui para sentir e perceber o quanto as qualidades de gêneros se encontram como um processo de fruição e despretenso de objetivação em alguns momentos no campo da comunicação. Além disso, o metáporo pode ser uma forma de compreender a comunicação de modo mais livre, sem as amarras de considerações conclusivas e a demarcação e segmentação para determinados públicos. É importante considerar que o metáporo, como o próprio idealizador desse conceito, *Ciro Marcondes Filho* (2013), afirma, não pode ser considerado propriamente dito como sendo um método, mas um quase-método. Desse modo, vamos entendê-lo como sendo um caminho reflexivo para compreender as relações estabelecidas nos espaços de alteridade e o quanto esse modo de pensar pode contribuir para o engrandecimento do campo da comunicação. O metáporo, de acordo com o autor, acompanha o seu objeto em seus desdobramentos, abrindo caminhos, sulcos e poros para a compreensão dos processos da comunicação; “o objeto segue seu caminho e nós o acompanhamos, sem script anterior, sem roteiro predeterminado, vivendo o próprio Acontecimento enquanto se pesquisa” (MARCONDES FILHO, 2013, p. 58). Quando o autor considera Acontecimento, com letra maiúscula, é por compreender que não é apenas um fato, um episódio, mas um intervalo de transformação, uma atmosfera que a comunicação pode realizar e mudar as condições estabilizadas. É importante no metáporo a imersão no objeto, quando o sujeito mescla-se ao objeto, a pesquisa se torna de fato uma participação contemplativa e verdadeira de categorias científicas.

O termo metáporo se constitui a partir da derivação do prefixo *meta*, de origem grega, que significa “para além”, “do outro lado”, e a palavra poros, que confere a possibilidade de passagem, trânsito. Marcondes Filho se apropria dos conceitos de Sara Kofman, uma das seguidoras da filosofia de Gilles

Deleuze, para sugerir a noção de passagem e fluidez enquanto uma relação de fruição. Assim, o metáforo “seria o ato de construir a passagem, de ir se abrindo um caminho que vai se fechando atrás de si, como um caminho da não-fixação contínua” (DANTAS, 2012, p. 8). O metáforo, ainda de acordo com Marcondes Filho, evoca a capacidade e as qualidades de sentir o objeto enquanto um fenômeno comunicacional, comprometendo-se a realizar observações do presente, sem muita interferência do resgate do passado, tão pouco previsões para o futuro. Além disso, ao relato metapórico cabe aproximações com a produção literária, o que não o isenta de propor conexões, aproximações e paralelismo sobre o objeto observado e, a partir desse relato, que é possível a realização de transformações.

Esse conceito integra as várias reflexões de Marcondes Filho de reformulação do campo da epistemologia da comunicação que compreende a Razão Durante, que é formulada seguindo o preceito de que há comunicação nos intervalos das relações de fruição: no vazio do silêncio de prazer de uma obra, no *gap* de um pensamento livre, nos períodos de passagens e nas interfaces realizadas com o “outro”, que proporcionam várias qualidades de sentir. Mais uma vez, a presença do outro é aclamada de modo mais concreto, utilizando a interação para que haja comunicação. A ideia de Marcondes Filho abre uma fenda no campo da comunicação ao oferecer modos de praticar e compreender a comunicação como antes não houvera, uma forma de estabelecer uma comunicação mais libertária que não se acalenta pelo trânsito de vários poros que estão abertos para navegar.

Na visão de Eduardo Duarte (2003), a Razão Durante, proposta por Marcondes Filho, contempla a ampliação do objeto e novas formas de compreender a comunicação no meio social, oferecendo, inclusive, diálogos com outras áreas do conhecimento para a fruição, propondo outras perspectivas para o campo e objeto da comunicação.

O objeto e o campo da comunicação redimensionados abrem possibilidades metodológicas. (...) Isso implica criação constante de novos métodos, reconhecimento explícito dos limites naturais de cada método e revisão das ferramentas já utilizadas que nos permitem chegar até aqui levantando questões sobre formas de re-utilizá-las (DUARTE, 2003, p. 53).

O metáporo, dessa forma, torna-se uma nova reflexão para a comunicação, sendo que essa não é mais entendida apenas pela epistemologia tradicional de tê-la enquanto uma taxa de informação que trafega de um ponto a outro por meio de um canal. Para que haja comunicação, deverá haver o deslocamento dos espaços, a fruição entre sujeitos e objetos e a liberdade de contemplar, mesmo no silêncio, a alteridade.

Poros comunicantes das sexualidades

Os posicionamentos teóricos apresentados até agora dão base para as nossas reflexões para considerarmos o nosso objeto de pesquisa: a fluidez dos gêneros nas revistas *Trip* e *Tpm*. Um leme para o nosso relato é compreender a desterritorialização dos gêneros em solos mutáveis e acionar a comunicação como uma passagem para sentir essas novas propostas para ser homem e mulher fora das representações midiáticas consagradas. A nossa intenção aqui é de reconhecer que existem várias formas discursivas sobre os gêneros que fogem da condição binária de representação; é perceber que esses discursos possam estar reterritorializados em outras formas de expressão e que contemplem uma gama de possibilidades que são rebeldes aos ditames da biologia ou das estruturas socialmente construídas, e que a comunicação seja uma aliada aos momentos de fruição das várias qualidades de ser mulher ou homem, incluindo também as demais representatividades da diversidade sexual.

Perceber que as duas publicações estariam caminhando para que as barreiras de gêneros fossem rompidas é algo muito valioso, reconhecendo que a partir das edições do segundo semestre de 2011 trariam as mesmas reportagens para o conteúdo de ambas. Entretanto, a fragmentação identitária da revista começou muito antes de 2011, ainda na gênese da revista *Trip*, no final dos anos de 1980, quando a construção da identidade masculina não foi construída em códigos marmorizados.

A publicação foi desenvolvida para o público masculino e, de alguma forma, houve a intenção de trazer temas comumente inseridos nesse universo: ensaios sensuais de mulheres, comportamentos masculinos, editoriais de moda voltados aos homens. Mas outras propostas editoriais eram

(e continuam) descartadas da linha editorial da *Trip*, como as novidades no meio automobilístico, lançamento de novas tecnologias para lazer, fórmulas para aumentar o desempenho sexual e recomendações para conquistar mulheres. O diferencial da *Trip* é de ofertar ao leitor o acesso a conteúdos que apresentam reflexões variadas sobre assuntos que geram polêmicas, como a legalização do aborto, das drogas, casamento gay, por exemplo. O discurso fluídico, o planejamento visual sutil e a poética das imagens contribuem para que haja movimentos de experiência estética entre quem lê a revista e os conteúdos dela.

A proposta de se cercar pelos discursos masculinizados normalizantes como veicular na capa mulheres seminuas (muitas vezes em posições eróticas) não impossibilita que em outras edições um homem com o dorso nu viesse estampar alguma capa (ou várias delas). Atores, modelos (tanto homens como mulheres), atrizes, ex-presidentes da República, gays, transexuais, ilustrações, animais, grupos de pessoas, indígenas, algumas frases, crianças ou a ausência de tudo isso poderiam (e ainda podem) ser motivo para as capas da revista *Trip*. A diversidade de representações de masculinidades é algo muito presente na construção discursiva e identitária da revista; propostas livres e independentes que não se limitam a poucas possibilidades de representação. Exemplos da fluidez de apresentação da masculinidade da revista ficam explícitos em vários momentos, como na edição de número 204, de outubro de 2011, quando dois homens se beijando estampam a capa, e a revista veicula vários temas pertinentes à diversidade sexual, como a criminalização da homofobia, adoção de crianças por casais homoafetivos e um leque de representações de gays que fogem à regra de homens de corpos torneados em músculos.

No ano seguinte, na edição de nº 214, de setembro de 2012, a *Trip* trouxe um dossiê sobre pênis, completando vários assuntos sobre o órgão ou a ausência dele. Para o ensaio fotográfico sensual, quem o estampa é a modelo, jornalista e transexual Ana Carolina Marra, antes dela apenas Roberta Close teve a audácia em posar nua para uma revista masculina de circulação nacional. Na mesma edição, há convidados que falam abertamente sobre as dificuldades de enfrentamento da impotência sexual, as relações de prazer com o corpo e algumas ressignificações sobre a identidade de ser homem pela plasticidade do gênero. É interessante essa edição que, de alguma forma,

sugere a castração do macho e o enfraquecimento de uma cultura falocêntrica ao apresentar a legitimidade e visibilidade de várias outras qualidades de ser homem e mulher, oferecendo diversas chaves para interpretar o pênis e os diversos mecanismos de lidar com a sexualidade.

A revista *Tpm*, que representa a sigla *Trip* para mulheres, nasceu na intenção de propor uma publicação que fosse direcionada ao público feminino, mas que não apenas tivesse assuntos pertinentes às demais revistas existentes no mercado editorial brasileiro. A mulher da *Tpm* teria outras apropriações que fossem para além dos estereótipos marcados pelos discursos midiáticos já consagrados. Entretanto, sugestões de maquiagens, roupas e formas de controle do corpo ainda estão presentes nas páginas da revista, o que não tira o mérito da qualidade editorial da *Tpm*. Essa publicação não determina de modo incisivo apenas uma qualidade de ser mulher, mas contempla um leque de possibilidades.

Mesmo havendo as particularidades entre os conteúdos das revistas, há pelo menos dois anos muitas das matérias de ambas são as mesmas. As diferenças editoriais são a imagem da capa, o editorial distinto, os ensaios fotográficos, as editoriais de moda e as colunas que são assinadas pelos editores ou autores convidados², os demais assuntos podem ser encontrados nas duas revistas. Não podemos deixar de levar em consideração que o uso das matérias em ambas as revistas, além de acompanhar as possibilidades de confluência entre gêneros, está relacionado também a uma questão de ordem econômica, porque essa alternativa editorial oferece redução de custos para a produção de conteúdos. Por outro lado, podemos perceber que, sendo um produto que precisa dos mecanismos do capitalismo para continuar a produzir, será que a fórmula encontrada não estaria fadada ao fracasso se não houve o reconhecimento da experiência estética entre emissores, receptores e conteúdos? Ou seja, adotando essa possibilidade editorial, acreditamos que as revistas não sobreviveriam pelo tempo que ainda está circulando com a nova proposta.

O movimento da editora de amenizar as diferenças entre ambas as publicações não pode ser analisado apenas pelo viés mercadológico, mas pode

2 Na revista *Tpm*, há uma coletânea de artigos que compõem a sessão Badulaque. Já na revista *Trip*, mesmo havendo a veiculação de apenas um artigo, esse espaço não apresenta um nome específico.

ser compreendido também como um fenômeno comunicacional que está acontecendo. A possibilidade de unir conteúdos das publicações transpõe as barreiras dos gêneros, enfraquecendo as fronteiras daquilo que é costumeiramente reconhecido como sendo pertencente aos universos masculino e feminino. A despeito de haver códigos que não são abolidos, as revistas proporcionam referências que são originadas nos espaços de fronteiras, no contato com outro, com o novo, a alteridade que se encontra na prática metapórica de fruição dos gêneros. Para perceber essa possibilidade de contato com outro universo pelo reconhecimento da alteridade, recorremos mais uma vez às observações de Eduardo Duarte (2003) acerca dos objetos da comunicação. A alteridade de conteúdos pode ser entendida como um objeto da comunicação, pois é dentro dessa atividade que surgem novas propostas de estudos e, assim,

(...) torna-se objeto da comunicação o fenômeno do encontro de planos cognitivos que pela percepção do outro são arrastados para uma fronteira criativa de novas formas cognitivas. Torna-se objeto da comunicação essa interface e suas propriedades, o processo de estabelecimento do vínculo que permite o desenho de uma fronteira. Torna-se objeto da comunicação o que emerge, o terceiro plano que não havia antes do encontro de todas as partes dialogantes. Torna-se objeto da comunicação o estar em relação, ou melhor, a troca (DUARTE, 2003, p. 51).

A produção de conteúdos que possam transitar com mais liberdade sem os entraves das denominações identitárias ou de gênero é uma possibilidade de comunicação que precisa ser levada em consideração, pois dentro desse caminho podem ser visualizadas passagens com os poros abertos para transitar em outros espaços desterritorializados. A alteridade dos conteúdos das revistas promove a flutuação das concepções de gênero e identidade de modo audacioso e, por que não, perverso e já desliza sobre as estruturas de poder. Essa proposta reconhece e invade os caminhos que são cavados para o investimento em diálogos, não autoritários, mas fluídicos.

O fato de existir a mera transposição e veiculação de conteúdos entre as publicações não pode ser interpretado como uma relação que possa despertar a alteridade entre os/as leitores/as das revistas. Essa operação é entendida apenas de modo mecânico e energético como uma tomada de decisão qualquer. Entretanto, reconhecer que alguns conteúdos podem ser apreciados e estetizados tanto por homens como por mulheres é, de certa forma, promover a relação de alteridade, quebrando paradigmas, despertando diálogos entre pessoas de sexos diferentes, reconhecendo em cada uma das esferas competentes as interseções possíveis para interações e diálogos.

A edição de número 244 da revista *Trip*, de julho de 2015, traz como tema central o assunto vergonha. Na gama de possibilidades de expressar esse sentimento, há matérias sobre a vergonha de devedores que têm o nome sujo na praça, o resgate da memória de momentos vergonhoso na história, como a morte de militantes em períodos ditatoriais e o regime escravocrata brasileiro, por exemplo. E em ambas as publicações foi veiculada a matéria com título daquele que seria uma vergonha para alguns homens, a dimensão pequena do pênis. Na chamada da *Tpm* da edição do mesmo mês, de número 154, encontra-se uma chamada na capa “Pau pequeno, porque o tamanho do pinto ainda é o maior embaraço masculino”. O que poderia soar como deselegante ou constrangedor, na verdade, traz à tona justamente a intenção de diálogos entre dois universos que podem parecer distantes. Reconhecer as aflições e desejos da sexualidade do outro é despertar uma interação EU-TU de modo contemplativo, sem o caráter inquisidor dos papéis socialmente construídos. As propostas de alteridade reconhecem no outro a integridade do eu, uma simbiose que não visa apenas o reconhecimento no/do outro para um interesse pessoal, mas na interação fruídica envolvida nas experiências estéticas.

Considerações finais

As colocações percebidas nesse texto pelo metáporo possibilitam entender que, mesmo havendo uma condição normalizante midiática sobre a divisão pragmática entre sexo, gênero e identidade, há, mesmo que não de forma abrangente, notas que apontam a fragilidade e a fragmentação dessas

qualidades e as intenções de fomentar outras concepções discursivas e de representação. O metáporo, além de ser um caminho que favorece a fruição entre objeto e pesquisador, por si só se torna uma experiência estética capaz de desatar os nós dos modos tradicionais de sugestionar as teorias e metodologias da comunicação; a própria existência dele é uma experiência estética enriquecedora.

Quando colocado em interface aos movimentos comunicacionais, o metáporo não categoriza, tão pouco classifica, esses fenômenos, até porque essa não é a sua propriedade. Todavia, descortina caminhos para compreender de modo fluídico como essas mudanças são possíveis ao conceber a alteridade com um modo de comunicação. As revistas *Trip* e *Tpm* se tornam expoentes para a fruição dos gêneros e das sexualidades no universo midiático, pois, no envolvimento metapórico, as publicações promovem o deslocamento de representações incisivamente delimitadas das qualidades de ser homem e ser mulher. Não sejamos inocentes que apenas as propostas discursivas das revistas analisadas já apresentam mudanças completas de alteridade no que tange às representações de mulher e homem na sociedade contemporânea, destarte, por vias ainda escassas, é possível experimentar o metáporo do gênero de modo livre para visionar uma possibilidade de perceber as fronteiras do sexo minimamente mais livres.

Diluindo as fronteiras dos sexos e mesclando os universos masculino e feminino em manifestações de alteridade, as revistas não incentivam que as identidades e os gêneros não estejam recortados na carne nas áreas genitais, mas compreendidos pelas subjetividades e nos valores estéticos que estão inscritos nas vivências e na alma de cada um de nós.

Referências

- BEAUVOIR, S.O **segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BUBER, M. **Eu e tu**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- DANTAS, E. Metáporo e o conceito de comunicação como Acontecimento. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 17., 2012, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: Intercom, 2012. p. 1-15. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/R33-1177-1.pdf>>. Acesso em: jul. 2015.

DELEUZE, G. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: 34, 1997. v. 4.

DURANTE, E. Por uma epistemologia da comunicação. In: LOPES, M. I. V. (Org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

MALDONATO, M. **A subversão do ser: identidade, mundo, tempo, espaço: fenomenologia de uma mutação**. São Paulo: Sesc, 2014.

MARCONDES FILHO, C. **Nova teoria da comunicação, v.1: o rosto e a máquina: o fenômeno da comunicação visto dos ângulos humanos, medial e tecnológico**. São Paulo: Paulus, 2013.

PRECIADO, B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

Revistas

REVISTA TRIP. São Paulo: Editora Trip, n. 204, out. 2011.

REVISTA TRIP. São Paulo: Editora Trip, n. 214, set. 2012.

REVISTA TRIP. São Paulo: Editora Trip, n. 244, jul. 2015.

REVISTA TPM. São Paulo: Editora Trip, n. 154, jul. 2015.

Questões de gênero, acessibilidade e direitos

Por que precisamos do debate sobre gênero nas escolas?

Marcela Pastana

Diversidade, acessibilidade e direitos

A busca pela superação de desigualdades, opressões e violências é fundamental para a construção de uma sociedade em que os direitos de todas as pessoas possam ser respeitados. Um dos campos em que esses desafios são bem presentes é o dos processos educativos como um todo, e, mais especificamente, o campo da educação escolar. As dificuldades enfrentadas têm início desde o direito de acesso à escola. Para que o direito à educação possa ser garantido, são necessárias condições apropriadas para a matrícula e para a frequência às aulas, assim como condições para que todas as pessoas que ingressam na escola possam nela permanecer, com um contexto propício para o aprendizado e para o desenvolvimento de uma forma mais ampla. Para que esse contexto seja construído, a valorização das diferenças é um elemento central.

A partir da compreensão de que preconceitos e violências podem dificultar e até mesmo impedir o acesso, a permanência e o aprendizado no contexto escolar, tornam-se necessárias análises e reflexões críticas sobre como profissionais da educação podem contribuir na busca pela superação das desigualdades. Rogério Junqueira (2009) discute como um primeiro passo para o enfrentamento das discriminações é o reconhecimento de como a própria escola participa continuamente na reprodução de padrões discriminatórios:

Diante do anseio de construirmos uma sociedade e uma escola mais justas, solidárias, livres de preconceito e discriminação, é necessário identificar e enfrentar as dificuldades que temos tido para promover os direitos humanos (...). São dificuldades que tramam e se alimentam, radicadas em nossas realidades sociais, culturais, institucionais, históricas e em cada nível das experiências cotidianas. (...) Ao mesmo tempo em que nós, profissionais da educação, estamos conscientes de que nosso trabalho se relaciona com o quadro dos direitos humanos e pode contribuir para ampliar os seus horizontes, precisamos também reter que estamos envolvidos na tessitura de uma trama em que sexismo, homofobia e racismo produzem efeitos e que, apesar de nossas intenções, terminamos muitas vezes por promover sua perpetuação (JUNQUEIRA, 2009, p. 13).

Com base no reconhecimento de que a escola é um espaço onde ocorre a reprodução de violências, preconceitos e exclusões, na elaboração do Plano Nacional de Educação, em 2014, foi formulada uma diretriz referente à “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção de igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, como descreve Flávia Birolli (2015, p. 1). Segundo o Ministério da Educação (2015), a diretriz foi proposta diante da preocupação com os índices de dificuldades de aprendizado e evasão escolar influenciados por práticas discriminatórias. Entretanto, no decorrer das discussões sobre o Plano, a diretriz foi suprimida, por terem sido muitas as resistências ao uso de conceitos como gênero e orientação sexual, com a alegação de que seriam conteúdos “ideológicos”. A pressão contra o uso dos conceitos ocorreu principalmente nos posicionamentos de parlamentares e grupos católicos e evangélicos, aliados a outros grupos conservadores.

A supressão da diretriz sobre a superação das desigualdades na elaboração do Plano Nacional de Educação ilustra como são muitas as resistências enfrentadas na busca por combater violações de direitos e perpetuação de preconceitos. Alyson Freire (2015, p. 1) problematiza:

Impedir, no âmbito da escola, a discussão das questões políticas e culturais ligadas às relações desiguais e de opressão de raça, gênero e sexualidade, significa continuar a manter à margem das instituições, da esfera pública e da comunidade política da sociedade todo um conjunto de pessoas cujas aflições, estigmas e violações de direitos não são vistas nem tratadas como problemas relevantes. (...) Essa recusa é, antes de qualquer coisa, uma negação de reconhecimento da especificidade da experiência de injustiça e desrespeito e o sofrimento social dessas pessoas. Nega-se não somente a identidade das pessoas, mas a própria legitimidade de suas vidas e direitos na medida em que recusa-se a reconhecer os riscos, as violações e opressões que elas enfrentam.

No que se refere às violações e opressões relativas às questões de gênero e orientação sexual, o Ministério da Educação publicou uma nota técnica em resposta às resistências em torno da elaboração dos Planos de Educação. No documento, foram mencionadas diferentes práticas discriminatórias e excludentes como exemplos da importância de que os temas sejam inseridos nas abordagens educativas:

O conceito de gênero diz respeito à construção social de práticas, representações e identidades que posicionam os sujeitos a partir de uma relação entre masculinidade e feminilidade. É conceito fundamental para compreender a dimensão histórica, social, política e cultural das diferenças e do próprio processo de construção subjetiva de homens e mulheres. (...) O conceito de orientação sexual, apesar de uma considerável polissemia que lhe é característica, diz respeito a como cada sujeito vivencia suas relações sexuais e afetivas. É imprescindível para a compreensão dos aspectos sociais, culturais e históricos da sexualidade (...). A escola, historicamente, vem ensinando o que se institui como comportamentos de meninos e meninas e organiza um conteúdo curricular com base em conceitos heteronormativos que

grande parte das vezes não reconhecem a diversidade de desejos e de relações sexuais e afetivas. As distinções sexistas nas aulas, na chamada, nas filas de meninos e de meninas, nos uniformes, no tratamento em relação às expectativas sobre alunos ou alunas, a tolerância da violência, verbal e até física entre os meninos, as representações dos homens e mulheres nos materiais didáticos, a estigmatização referente a manifestação da sexualidade das adolescentes, a perseguição sofrida por homossexuais, travestis e transexuais, tudo isso evidencia o quanto a escola (já) ensina, em diferentes momentos e espaços, sobre masculinidade, feminilidade, sexo, afeto, conjugalidade, família (MEC, 2015, p. 1-2).

Chamada, filas, uniformes, representações nos materiais didáticos, práticas de violência, estigmatização, perseguição: são muitos exemplos sobre como os padrões discriminatórios são reproduzidos continuamente, em práticas cotidianas que, de tão repetidas, dificilmente são percebidas e problematizadas, embora possam gerar tantas exclusões e sofrimentos.

Guacira Lopes Louro (1997) ressalta que é preciso disposição, sensibilidade, embasamento, desejo e disposição política para que as desigualdades possam ser reconhecidas, questionadas e transformadas. Para isso, torna-se importante valorizar o importante papel da educação para romper os padrões, mas não sem antes admitir a centralidade que a educação ocupa justamente na reiteração desses padrões. Nas palavras de Rogério Junqueira (2007):

Antes de tudo, é preciso reter que a escola é um espaço de reprodução social, um espaço de construção e transmissão de saberes, valores e preconceitos onde fabricamos sujeitos e produzimos identidades (...). Nesse sentido, para que a escola possa fazer parte da solução, será necessário reconhecer que, antes, ela faz parte do problema (JUNQUEIRA, 2007, p. 6).

Por que precisamos do debate sobre gênero nas escolas? Buscaremos discutir sobre a questão com base no reconhecimento de como a escola participa na reprodução de desigualdades, reconhecendo, também, o importante

papel da escola para a promoção de direitos. A partir da discussão sobre os conflitos em torno do uso do conceito de gênero na elaboração dos Planos de Educação, abordaremos como gênero é um conceito-chave para o enfrentamento de práticas discriminatórias e violentas.

Gênero e educação: desnaturalizar é preciso

É *natural* que meninas sejam delicadas, meigas, vaidosas e inseguras. É *natural* que meninos sejam agitados, espaçosos, desleixados e teimosos. É *natural* que meninas sejam mais dedicadas e cuidadosas em seus estudos. É *natural* que meninos sejam mais espertos e desorganizados. É *natural* que, enquanto as meninas ficam quietinhas e comportadas em um canto, os meninos gritem, corram e briguem entre si.

A agressividade em meninos e homens é *natural*. Já as meninas e mulheres adultas são *naturalmente* mais sensíveis, por isso dedicam-se tanto a compreender e ajudar. Assim, é *natural* que, em um relacionamento, o homem seja dominador e possessivo, enquanto a mulher se entregue de forma mais romântica e submissa. As mulheres *naturalmente* fazem qualquer coisa por amor. Os homens *naturalmente* são mais frios e distantes, não se importam com os sentimentos, nem mesmo conseguem demonstrá-los, a não ser quando o que sentem é raiva.

Quando estão nervosos e irritados, os homens perdem o controle, é *natural*. É *natural* que, no Brasil, aproximadamente dez mulheres sofram violência a cada hora e a cada duas horas uma mulher seja assassinada, em crimes cometidos na maior parte das vezes por parceiros e ex-parceiros¹.

Lado a lado com a *natural* agressividade, nos homens também é *natural* um intenso desejo sexual heterossexual, difícil de ser contido. Por isso, é

1 Dados apresentados na matéria de Aline Scarso, publicada no jornal Brasil de Fato em 2013, com base nas informações do Mapa da Violência divulgado em 2012. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12253>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

natural que ocorram tantos estupros. No Brasil, cerca de 500 mil mulheres são estupradas por ano².

É **natural**? A importância da problematização dos padrões de gênero relaciona-se a como são muitas as desigualdades, opressões e violências que não podem continuar a serem justificadas por uma suposta *naturalidade* do que é significado culturalmente como feminilidade e masculinidade. É preciso que os processos de construção do que é tomado como *natural* sejam objeto de reflexão, de análise crítica. Como propõe Guacira Lopes Louro (1997):

(...) nosso olhar deve se voltar para as práticas cotidianas em que se envolvem todos os sujeitos. São pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvo de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de *desconfiança*. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como “natural” (LOURO, 1997, p. 63, grifo da autora)

Desconfiar do que é tomado como *natural*: Os vídeos da campanha equatoriana *Reacciona Ecuador: El machismo es violencia*, elaborada para a conscientização e enfrentamento ao machismo em 2008 como parte do *Plano Nacional de Erradicação da Violência de Gênero*, são materiais interessantes para o questionamento sobre o que seria *natural*.

Como exemplo podemos mencionar o vídeo *Guantes*³. Em diferentes cenas, são trazidos momentos como a espera de um casal pela chegada de um(a) bebê; os presentes recebidos pelas crianças em seus aniversários; o prazer sentido pelas crianças ao brincarem com os presentes recebidos e a fascinação sentida quando, na adolescência, abrem embrulhos de presentes que também despertam reações de alegria e logo são experimentados.

2 Dados apresentados na matéria de Marina Rossi, publicada no jornal El País em 2015 com base nas informações divulgadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/21/politica/1442871349_074158.html. Acesso em: 05 de fevereiro de 2016.

3 O vídeo na íntegra está disponível no site da campanha: <<http://www.igualdadgenero.gob.ec/galer%C3%ADa/category/12-reacciona-ecuador.html>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

Na sequência de cenas do vídeo, as variações nas cores evidenciam como podem haver diferenças muito marcantes e significativas em situações que a princípio seriam similares: enquanto na cena da infância em rosa, a criança brinca contente de dar mamadeira para a sua boneca; na cena da infância em azul, a criança experimenta animada sua nova arma de brinquedo. Na cena da adolescência em azul, o jovem demonstra sentir-se muito estimulado ao receber de presente luvas de boxe, logo ensaiando alguns golpes. Já na cena da adolescência em rosa, assistimos a expressão de deslumbramento quando a jovem recebe algemas.

Sem usar palavras, o vídeo *Guantes* remete a como o cuidado, a delicadeza, a meiguice e a submissão são transmitidos como prazerosos e desejáveis para meninas e mulheres; enquanto a agressividade, o poder e a dominação são valorizados e incentivados no decorrer das experiências vividas por meninos e homens.

Quando não são refletidos e questionados, tais valorizações e incentivos parecem *naturais* e tendem a se repetir: A cena final mostra os(as) personagens na vida adulta, entregando para o filho e para a filha presentes muito parecidos com os que receberam.

O vídeo *Guantes* é um material interessante para a discussão sobre como algo que seria, assim, tão *natural* (a divisão entre feminilidade e masculinidade; entre rosa e azul; entre docilidade e atividade; entre submissão e agressividade) é fonte de contínuos esforços e investimentos desde a infância⁴. Em brinquedos, filmes, músicas, histórias, roupas, decorações, regras e muitos outros aspectos cotidianos, a divisão é ensinada e reforçada, com repreensões e outras formas de punições quando contrariada, e incentivos e valorizações quando é cumprida.

No artigo *Teorias e políticas de gênero: Fragmentos históricos e desafios atuais*, Dagmar Meyer (2004) apresenta o percurso histórico sobre como o conceito de gênero passou a ser utilizado por autoras feministas, principal-

4 Outras sugestões de materiais que podem ser utilizados para a problematização sobre a *naturalidade* dos padrões de gênero em contextos educativos podem ser encontradas no artigo *Ideologia?! Materiais para o diálogo sobre gênero*, publicados por Marcela Pastana (2015) no site Psibr. Disponível em: <<http://psibr.com.br/colunas/sexualidade-e-genero/marcela-pastana/ideologia>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

mente a partir da década de 1970, como categoria de análise sobre como as desigualdades entre mulheres e homens, embora sejam com frequência justificadas e transmitidas como *naturais* com base em argumentos sobre as diferenças anatômicas, são construídas em processos que envolvem fatores históricos, culturais, sociais e políticos. A autora aborda sobre como há diferentes formas de compreensão sobre o gênero, relacionadas aos diferentes referenciais teóricos e políticos adotados. Entretanto, é possível identificar um ponto em comum entre as diferentes compreensões: a concepção de que as desigualdades não podem ser legitimadas como algo inato, como uma essência natural e imutável, de modo que é possível (e necessário) questionar e transformar relações que reproduzem discriminações e opressões.

Em síntese, um movimento importante que o uso do conceito de gênero potencializa é o de **desnaturalização**, abrindo possibilidades para que possamos compreender de forma mais ampla os processos de construção das subjetividades e das relações, reconhecendo que nada é estático e imutável, buscando modos de transformar o que alimenta desigualdades, violências e exclusões. Como afirma Larissa Pelúcio (2014, p. 100):

Desnaturalizar é pensar que o gênero, esta marca fundamental de nossa existência, não é um dado biológico pronto, mas varia de sociedade, ao longo da história, e só pode ser entendido na sua dimensão política, sim, política, porque tem a ver com relações de poder: quem manda, quem obedece, o que é verdade, o que não é. Enfim, para a gente poder entender o gênero em toda a sua dimensão social, é preciso relacionar gênero com raça/etnia, classe social, pertencimento de geração, entre outras marcas de diferenciação social.

Ideologia!? Sobre as disputas políticas em torno do conceito de gênero nos Planos de Educação

Os Planos de Educação são documentos construídos coletivamente com base em conferências que contam com a participação de diferentes segmentos da sociedade, com o objetivo de estabelecer diretrizes, metas e estratégias

educacionais para os dez anos seguintes à sua publicação. São construídas propostas referentes ao direito à educação básica com qualidade, à ampliação de oportunidades educacionais, à valorização de profissionais da educação e à redução das desigualdades (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014)⁵.

Em 2014 e 2015, as discussões sobre a elaboração dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação foram atravessadas pelo alarde com que foi anunciada a ideia de que seria preciso cuidado diante de sérias “ameaças” à família, à infância, às identidades: haveria um “complô”, por parte de determinados grupos políticos e acadêmicos, de disseminar nas escolas uma perigosa “ideologia” capaz de “desestruturar as bases mais sólidas da sociedade”.

“Conheça esta ideologia e entenda o perigo que você e os seus filhos estão correndo!” foi a mensagem trazida na capa de uma das cartilhas⁶ produzidas e divulgadas com o intuito de convencer que o diálogo sobre gênero nas escolas seria uma “grave ameaça”.

A utilização do termo “ideologia de gênero” foi contínua entre os grupos que defenderam que as propostas que abrangiam o conceito de gênero fossem suprimidas dos Planos de Educação. Em um tom alarmista, foram feitas acusações de que as escolas “impediriam” meninos e meninas de serem quem são, a partir de uma “lavagem cerebral” feitas nas crianças e adolescentes contra a “família natural” e a favor do incesto, da pedofilia, da necrofilia e da zoofilia.

Tratam-se de sérias acusações que, apesar de não possuírem nenhum embasamento claro, foram rapidamente difundidas. Foi de fato um desafio, para educadores(as) e outros(as) profissionais que atuam com os temas sexualidade e gênero, mobilizar esforços para a defesa contra alegações tão absurdas. Para quem luta contra preconceitos, discriminações, exclusões e outras formas de violência, deparar-se com campanhas que anunciavam “Não permita! Querem acabar com a família”; “Deixe a criança ser criança, não destruindo a sua identidade”; “Nossos filhos não podem ser induzidos a experimentar o que não permitimos”, entre outras ideias semelhantes a essas, que foram transcritas de cartazes que circularam nas redes sociais.

5 Mais informações sobre os Planos de Educação estão disponíveis no site: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

6 Disponível em: <<http://camposfilho.com.br/?p=3959>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

Diante do pânico moral em torno da suposta “ideologia de gênero”, que teria como principal ponto a ameaça de destruição da “família natural”, como se houvesse um único modelo de família ao qual todas as pessoas deveriam corresponder, torna-se interessante considerarmos as problematizações trazidas por Alípio de Sousa Filho (2015) no artigo *Ideologia: Quem a pratica?*. O autor aborda sobre como o conceito de ideologia tem sido base para análises sociológicas sobre como a realidade construída social e historicamente é muitas vezes transmitida como naturalizada e mesmo divinizada. Nesse sentido, ideologia seria afirmar um único modelo de família como *natural*, e não a produção de conhecimentos científicos que demonstram como esse modelo é histórica e socialmente construído. Nas palavras do autor:

Não são professores, nas escolas ou nas universidades, que praticam a “ideologia de gênero”, mas as mídias, as igrejas, as famílias, os discursos moral, religioso e político, ao difundirem ideias que negam o caráter construído de toda realidade e, por isso mesmo, o caráter revogável de todas as instituições sociais existentes, no que se inclui também as noções de gênero sexual, identidade de gênero, sexo, sexualidade. Tentando fazer crer a todos que a realidade do mundo, das sociedades e de nossas vidas são realidades naturais, universais, imutáveis, transcendentais, divinas, cabendo apenas nossa conformação ao instituído e ao existente, o discurso ideológico e seus cães de guarda acusam a crítica à ideologia como sendo uma “ditadura de opinião” e, numa cínica inversão, de imposição de “uma ideologia”, quando imposição de ideologia é o que praticam as instituições que têm à sua disposição (SOUSA FILHO, 2009, p. 11-12).

A ideia de que haveria um único modelo de família, uma única forma legítima de se relacionar, referências rígidas de identidade a quais todas e todos devem se encaixar transmitidas como *naturais* também atravessou as discussões sobre os materiais produzidos pelo *Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT*, que ficou conhecido como *Programa Brasil sem Homofobia*. Dentre as ações previstas, estava a elaboração de vídeos, guias de

discussão, cartazes e outros recursos didáticos para a campanha *Escola Sem Homofobia*. Quando os materiais, que abordavam questões como homossexualidade, bissexualidade, travestilidade e combate ao preconceito, estavam prontos para serem disponibilizados nas escolas, foram intensas as reações de resistência, que também se deram principalmente por parte de lideranças políticas vinculadas a determinados grupos religiosos. Apelidado pejorativamente por tais grupos como “kit gay”, o material gerou uma série de mobilizações para que sua distribuição fosse impedida. Em maio de 2011, a Frente Parlamentar Evangélica e a Bancada Católica se uniram para anunciar que, caso o “kit gay” não fosse suspenso, todas as votações da Câmara dos Deputados seriam obstruídas. Em seguida, a presidenta Dilma, questionada por jornalistas, posicionou-se declarando-se contrária à divulgação do material, afirmando que não permitiria a “nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais” (CUNHA; LOPES, 2012, p. 143).

Na discussão sobre o material didático do programa *Escola Sem Homofobia* realizada no livro *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*, Christina Vital da Cunha e Paulo Victor Leite Lopes (2012) abordam com abrangência sobre os fatores envolvidos na resistência à divulgação do material, contextualizando-a em um movimento mais amplo de crescente influência de determinados grupos religiosos nas decisões políticas no país, que teve início na década de 90 e se acentuou a partir dos anos 2000.

Cunha e Lopes (2012) mencionam a fala de João Campos, presidente da Frente Parlamentar Evangélica, na época dos embates sobre o material, como uma fala ilustrativa dos argumentos que costumam ser utilizados contra os direitos conquistados e almejados em relação às questões sobre gênero e sexualidade:

Se quisermos assegurar para nossos filhos um mundo melhor do que recebemos, devemos reagir a essas inúmeras investidas dos que querem destruir os valores cristãos e da família, e, para isso, é importante conhecermos profundamente as origens do ataque à vida e à família. O divórcio leva à destruição da família; a liberdade sexual leva à promiscuidade; a contracepção é contrária ao surgimento de

uma nova vida; a esterilização seca a fonte de vida; o aborto destrói uma vida; a pornografia arruína o ser humano; a fecundação artificial significa fazer filho sem o ato do amor. Tudo isso é contrário à vontade de Deus. Só o casamento monogâmico entre um homem e uma mulher preserva e dará continuidade à procriação (ibid., p.122).

Sob a alegação da “defesa da família” está o evidente ataque a todas as pessoas e grupos que não se encaixam no modelo único que é defendido, bastante rígido, impositivo e excludente. Em nenhum momento o que ocorre é a defesa das famílias brasileiras, no plural, que podem ser melhor compreendidas justamente a partir da marcante multiplicidade de arranjos, vínculos, expressões e afetos. O que a fala citada ilustra é a evidente tentativa de imposição de valores de uma determinada crença religiosa e um forte ataque aos direitos humanos, inclusive no que se refere ao direito de existir.

Considerando, assim, a importância de mobilizações para que os direitos relacionados ao gênero e à sexualidade não sejam violados a partir de ataques como os que têm acontecido em casos como as acusações sobre a suposta *ideologia de gênero* e contra o material do programa *Escola sem Homofobia*, retomaremos, para concluir, a questão: Por que precisamos do debate sobre gênero nas escolas?

Quadro 1 – Por que precisamos do debate sobre gênero nas escolas?

- Adriana e Bruno são irmãos gêmeos que cresceram presenciando cenas da mãe sendo agredida pelo pai: gritos, murros, chutes são parte da maior parte das lembranças, principalmente de finais de semana e feriados, quando o pai costuma beber mais.
- Quando Camila tinha quatro anos, seu padrasto entrou em seu quarto no meio da noite pela primeira vez e começou a acariciá-la, dizendo que tratava-se de uma brincadeira, de um segredo entre os dois.
- Danilo, aos três anos, dormia com Dido, seu ursinho de pelúcia. Quando o pai foi visitá-lo em sua cidade e o viu abraçado ao ursinho, atirou o brinquedo longe, gritando com o filho e sacudindo-o: “Filho meu tem que ser homem!”.
- Eli lembra-se até hoje da alegria que sentiu quando se arrumou para ir para a escola pela primeira vez. A alegria durou pouco tempo: desde os primeiros dias de aula, algumas crianças da sala começaram a fazer piadas sobre seu cabelo comprido, rindo, atirando lacinhos e fivelas, chamando-o de “Eliana” depreciativamente. Eli chegava da escola e chorava, com medo de precisar voltar no dia seguinte.

- Na semana passada, Fernanda foi a uma festa com a prima. Lá, conheceu um garoto por quem se interessou. O garoto lhe deu uma carona para a casa e, no caminho, começou a acariciá-la e tentar tirar suas roupas. Quando Fernanda disse que não queria, o garoto respondeu “Quem você pensa que é para dizer não pra mim? Você é uma vadia!” e a estuprou. Ao chegar em casa, Fernanda não contou nada para ninguém, ficou em silêncio e foi tomar banho, sentindo-se suja. Trancada no banheiro, ouviu o pai gritar com a mãe na sala, dizendo que ela não devia ter permitido que a filha saísse, que sair com “aquelas roupas” não é coisa de “moça direita”.
- Gabriela não aguenta mais ir para a escola. Tudo começa na hora da chamada, quando, além de o seu nome não ser respeitado, sente-se péssima com os olhares de estranhamento e condenação tanto dos professores e professoras, quanto de colegas de sala. É ainda mais horrível quando precisa ir ao banheiro: depois de ter sido espancada no banheiro masculino e das reclamações das outras meninas por terem visto-a no banheiro feminino, foi solicitado pela diretora que Gabriela passasse a usar o banheiro da secretaria. Cada vez que precisa ir até lá pedir a chave, sente-se como se fosse uma aberração.
- Heloísa e Inaiá começaram a namorar há seis meses, mas se esforçaram para que ninguém ficasse sabendo, com medo de serem discriminadas e agredidas. Uma carta anônima com fotos das duas de mãos dadas foi enviada à direção. A diretora decidiu chamar familiares das duas alunas, para informar sobre a carta recebida. A avó de Inaiá tirou-a da escola, proibiu-a de falar com Heloísa e insiste que ela não pode mais sair de casa nem usar a internet para “protegê-la do mal”.
- Juliana e Lucas namoravam. Quando Juliana decidiu terminar, Lucas sentiu muita raiva e ciúmes. Decidiu publicar uma foto de Juliana nua na internet. Diante das reações de condenação e as muitas ofensas recebidas por Juliana, sua mãe decidiu que seria melhor que ela mudasse para outra cidade, com receio de que ainda assim a foto fosse descoberta e mais uma vez Juliana sofresse humilhações.
- O irmão de Marcelo está internado há dez dias no hospital. O quadro é grave: fraturas decorrentes de um espancamento que ele sofreu em um bar, por um grupo que o agrediu por estar abraçado com o namorado.

Embora os nomes e os exemplos sejam fictícios, as situações narradas não só são baseadas em fatos reais, como representam experiências que são vividas com frequência. Adriana, Bruno, Camila, Danilo, Eli, Fernanda, Gabriela, Heloísa, Inaiá, Juliana, Luca e Marcelo poderiam ser alunos e alunas da mesma escola, inclusive estudarem na mesma classe. Em comum, as violências experienciadas, relacionadas a como a naturalização dos padrões de gênero, podem culminar em discriminações, exclusões, agressões. Em comum, a grande pro-

babilidade de silenciamento: além de não encontrarem espaço para conversarem sobre e poderem elaborar as experiências que viveram, muitas vezes não conseguem nem mesmo reconhecê-las como violentas, sentindo vergonha e remorso, condenando-se e culpabilizando-se por tê-las vivido.

Nós precisamos do debate sobre gênero e sexualidade nas escolas! Nós precisamos do debate sobre gênero nas escolas para que violências não sejam silenciadas; para que diferenças não sejam convertidas em desigualdades; para que os direitos possam ser respeitados; para que as múltiplas formas de ser, sentir, agir, desejar e relacionar-se possam ser valorizadas; para que haja a compreensão de que a violência física, a violência psicológica, a violência doméstica, a violência conjugal, a violência sexual e outras formas de violência não sejam vistas como algo “natural” nem como culpa de quem as sofre, mas como fenômeno muito frequente na sociedade hoje, que precisa de conscientização e mobilização política para ser combatido; para que o machismo, a homofobia, a transfobia e outras formas de preconceito, como o racismo, o preconceito por classe, por religião, por regionalidade, possam ser problematizados e enfrentados como fatores que se relacionam diretamente com as violações de direitos, como desigualdades e violências.

Nós precisamos do debate sobre gênero nas escolas! Essa afirmação, tão necessária, foi o tema da campanha promovida pelo grupo LGBT Cores, de Campinas, na qual estudantes se organizaram e elaboraram cartazes com frases relacionadas a violências sofridas e presenciadas, que evidenciam a importância do diálogo e da busca por transformação.

Os cartazes da campanha publicados na página do grupo LGBT Cores⁷ apresentam frases que explicitam a violência relacionada à imposição dos padrões de gênero e da heteronormatividade: “Quero ver agir como macho quando eu te descer o cacete, lésbica nojenta”; “Mulher é que nem carne: quanto mais bate, mais macia fica”; “Você precisa apanhar muito para virar homem”; “Bêbada não tem dono”; “Essa raça tem que se exterminada”; “Se fosse meu filho, eu matava!”; “Não sou suas negas!” e “Ta pedindo pra ser estuprada”. A escola, contexto no qual muitas vezes essas frases são ouvidas,

7 Os materiais da campanha foram publicados na página do Grupo LGBT Cores no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivolgbtcores/?fref=ts>. Acesso em: 10 fev. 2016.

precisa ser um espaço no qual concepções como essas sejam problematizadas e desconstruídas. Reforçamos, assim, a importância do conceito de gênero: “categoria central no processo de construção de uma escola efetivamente democrática, que reconheça e valorize as diferenças, enfrentando as desigualdades e violências e garantindo o direito a uma educação de qualidade a todos e todas” (MEC, 2015, p. 5). Nós precisamos do debate sobre gênero nas escolas!⁸

Referências

- CUNHA, Christina Vital da; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política:** Uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.
- MEYER, Dagmar Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 13-18, 2004.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: Junqueira, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual e educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2009. v. 32. p. 13-51. (Coleção Educação para todos).
- _____. Diversidade sexual: o reconhecimento da diversidade sexual por uma melhor educação para todos. **Salto para o futuro**, v. 15, p. 64-73, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PELÚCIO, Larissa. Desfazendo Gênero. In: Miskolci, Richard; Leite, Jorge (Orgs.). **Diferenças na educação:** outros aprendizados. São Carlos: EdUFSCAR, 2014. p. 98-148.

8 Outro exemplo de material sobre a importância do debate sobre gênero nas escolas é o vídeo produzido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Sexualidade, Educação e Cultura (GEPESSEC) e pelo Núcleo de Sexualidade e Gênero do Conselho Regional de Psicologia, sub sede de Bauru, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-g1yrY6GGnc>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

SOUSA FILHO, Alípio de. “Ideologia de Gênero”: Quem pratica? **Bagoas**, v. 9, n. 12, p. 9-14, 2015.

Documento

BRASIL. Ministério Da Educação. **Nota Técnica nº 24/2015/MEC**. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

Matérias

BIROLI, Flávia. A “Ideologia de gênero” e as ameaças à democracia. **Blog da Boitempo**, 2015. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/06/26/a-ideologia-de-genero-e-as-ameacas-a-democracia/>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

FREIRE, Alyson. “Ideologia de Gênero”- Contra o sequestro do secularismo e o ataque à cidadania. **Carta Potiguar**, 2015. Disponível em: <<http://www.cartapotiguar.com.br/2015/06/26/ideologia-de-genero-contra-o-sequestro-do-secularismo-e-o-ataque-a-cidadania/>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

PASTANA, Marcela. “Ideologia!?”- Materiais para o diálogo sobre gênero. **Psibr**, 2015. Disponível em: <<http://psibr.com.br/colunas/sexualidade-e-genero/marcela-pastana/ideologia>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

ROSSI, Mariana. O estupro nosso de cada dia. **El País**, 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/21/politica/1442871349_074158.html>. Acesso em: 26 fev. 2016.

SCARSO, Aline. A cada hora, dez mulheres sofrem maus tratos. **Brasil de Fato**, 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12253>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

Simone de Beauvoir, entre o existencialismo e o feminismo

Eli Vagner F. Rodrigues

*Há um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem,
e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher.*

PITÁGORAS

*Tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser
suspeito, pois eles são, a um tempo, juiz e parte.*

POULAIN DE LA BARRE

Introdução

O que o público, que acompanhou as atuais polêmicas causadas pelas citações de Simone de Beauvoir no ENEM 2015, pode não saber é que o primeiro volume de sua obra *O Segundo Sexo* foi um fenômeno editorial e causou muito mais discussões e diatribes na cena intelectual europeia do início dos anos 60 do que as reações que acompanhamos na mídia. Dados da época apontam que mais de 22 mil exemplares foram vendidos naquele ano, o que é uma marca significativa para aquele contexto. Porém, os fatos posteriores ao lançamento foram mais representativos do que o próprio sucesso inicial. O livro foi retirado de várias livrarias e provocou inúmeras reações hostis contra a autora. O que teria motivado essas reações e como podemos analisar o fato de que até hoje a obra é objeto de polêmica?

A intelectualidade conservadora da época, liderada por François Mauriac, intelectual católico, chegou a organizar um debate para, posteriormente, criticar a obra nos jornais e revistas da França. Como alguns trechos do livro já haviam sido publicados na revista *Les Temps Modernes*, o teor do texto já era motivo de discussão entre os intelectuais da época. As vendas da revista, nas edições em que os trechos foram publicados, bateram recordes. A edição com trechos do volume um vendeu 513.418 exemplares; a edição com trechos do volume dois vendeu 459.237 exemplares.

Segundo Sylvie Chaperon, no artigo *Auê sobre O Segundo Sexo*¹, em 1956, o livro entrou para o Index, a lista de livros proibidos criada pela Igreja Católica para controlar as leituras dos fiéis. *Os Mandarins*, que Beauvoir lançou em 1954, também entrou para a lista no mesmo ano. Também em 1956, o livro foi proibido em Portugal e na Rússia, causando ainda mais polêmica na Europa. Nessa época, motivados pelas polêmicas, setores da intelectualidade comunista francesa apelidaram Beauvoir de “sufragete da sexualidade”, título que somente pode ser interpretado em sua natureza positiva ou pejorativa no contexto em que foi forjado, uma vez que hoje tanto o termo *sufragete*, quanto o próprio tema da sexualidade possuem interpretações muito diferentes.

Um fato que também merece maiores esclarecimentos é o de que, entre os grupos intelectuais da França na época, os mais receptivos e objetivamente críticos à obra foram os protestantes. O quadro da intelligentsia francesa era composto por existencialistas, comunistas, católicos e intelectuais de direita. Vale notar que, como destaca Chaperon, até mesmo dentro da corrente existencialista Simone de Beauvoir desagradou alguns intelectuais.

As organizações femininas na época procuraram se desconectar da polêmica gerada pelo livro. Em sua maioria ligada à igreja católica e ao partido comunista, essas associações não concordavam com duas das principais pautas da agenda política inaugurada pelo livro no contexto da sociedade francesa da época: o direito à contracepção gratuita e o direito ao aborto legal (CHAPERON, 1997, p. 112).

1 Este artigo foi publicado em BARD, Chistine. (Org.). **Un siècle d'antifeminisme**. Paris, Librairie Arthème Fayard, 1999.

Pensar na contribuição de Simone de Beauvoir somente nesse contexto desfoca o que essencialmente o seu pensamento legou à filosofia. Um dos aspectos mais relevante da obra seria, a meu ver, a tentativa de desconstrução da teoria do “eterno feminino”. A partir de uma análise da primeira parte da obra, denominada “Fatos e mitos”, podemos verificar todo o trabalho de Beauvoir na tentativa de efetuar uma desconstrução da ideia vigente de “ideal feminino” elaborada pelas históricas tradicionais formas de poder. Em *O feminismo e a obra de Simone de Beauvoir*, analiso a ideia de eterno feminino.

“Beauvoir se pergunta o que seria, culturalmente, em várias épocas a ideia de uma essência feminina? A partir desta pergunta, ela se propõe examinar o que seria o ideal de “O eterno feminino” existente em nossa cultura ocidental? E, a partir desta questão, podemos estabelecer uma relação direta com os problemas teóricos característicos do existencialismo principalmente em seu desenvolvimento por Jean Paul Sartre. Se existe uma essência feminina esta essência seria secretada pelos ovários? Ou teria apenas uma característica cultural? Isto é, o feminino está no biológico, essencialmente definido ou seria uma construção social, como modernamente costuma ser expresso. Ainda existem algumas questões que Simone se propõe que são, de certo modo provocativas para a reflexão, e possuem por esta natureza uma função propedêutica. A essência feminina estará congelada no fundo de um céu platônico? Se está, o modelo nunca foi registrado. O campo do conceitualismo perdeu terreno para o da prática social e cultural. O problema do “essencialismo” passa a ser um dos focos da desconstrução. As ciências biológicas e sociais não “acreditam” mais na existência de entidades imutáveis, fixas, que definiriam determinados caracteres como os da mulher, do judeu ou do negro. O conceito de caráter também estaria em jogo. Essência e caráter são conceitos que dependiam um do outro em concepções conservadoras e arcaicas” (RODRIGUES, 2016 p. 20).

Para Beauvoir, a noção de caráter no pensamento dogmático depende da ideia de essência. Essa relação dogmática é o que constitui a base de juízos discriminatórios, preconceituosos e opressores. Destacamos o fato de que os existencialistas defendem um novo ponto de vista sobre essas concepções essencialistas. Se consideramos o caráter como algo não preconcebido, não programado em sua essência, o indivíduo não pode mais ser visto de um ponto de vista determinista.

História e preconceito

Em retrospecto histórico cultural, a mulher é definida como tendo uma essência. No Gênesis, por exemplo, Eva aparece de um “osso supranumerário” de Adão. A humanidade, nessa concepção, é masculina, e o homem não define a mulher em si, mas relativamente a ele. A mulher não é um ser autônomo nesse contexto. Nega-se à mulher a autonomia; nega-se, assim, direitos que a caracterizam como pessoa. Uma pessoa não se caracteriza como uma “coisa”, sem autonomia. A história da mulher passa pelo fato, inúmeras vezes comprovado, de ser tratada como “coisa” e não como pessoa. Bossuet resume bem essa condição na seguinte passagem citada por Beauvoir: “O corpo do homem tem um sentido em si, abstração feita do da mulher, ao passo que este parece destituído de significação se não se evoca o macho... O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem” (BEAUVOIR, 1980, p. 10)

Em outra perspectiva, acentua Beauvoir, é a mulher que se determina em relação ao homem. É preciso ver a relação da mulher desse ponto de vista e não sempre em relação ao homem, pois, do ponto de vista masculino, o homem é sempre o Sujeito, como um absoluto, e a mulher, um relativo. Aqui, Beauvoir considera um ponto de fundamental importância para o existencialismo. A mulher é uma consciência *para si*.² Se a mulher é um ser para si, ela deve construir um sentido para si mesma e não receber um sentido partir de uma relação de alteridade determinada. Isto é, ela não deve dar sentido

2 Para Sartre, um “ser-em si” não tem potencialidades nem consciência de si ou do mundo. Ele apenas é. Uma mesa, por exemplo, é um objeto criado para suprir uma necessidade. Já o “ser-para-si” é a consciência humana, é um tipo diferente de ser, por possuir conhecimento a seu próprio respeito e a respeito do mundo.

à sua existência a partir da concepção de alteridade contida na concepção masculina, já presente nas mitologias que partem de uma noção de dualidade da natureza.

A divisão primordial não foi estabelecida inicialmente sob o signo da divisão dos sexos. Simone aponta para os trabalhos de Granet sobre o pensamento chinês de Dumézil sobre as índias e Roma. Nos pares Varuna-Mitra, Urano-Zeus, Sol-Lua, Dia-Noite, nenhum elemento feminino se acha implicado a princípio; nem tampouco na oposição do Bem ao Mal, dos princípios fastos e nefastos, da direita e da esquerda, de Deus e Lúcifer (RODRIGUES, 2016, p. 20).

Nessa concepção, a realidade é dividida em duas realidades fundamentais. Essa lógica está presente em várias culturas. A realidade seria constituída de duas partes que se opõem, dois lados que lutam formando uma realidade. Não há, necessariamente, uma noção de harmonia entre esses lados; antes, eles lutam por espaço e domínio. Nessa concepção, a ideia de outro é posta como oposição. Esse raciocínio essencial logo é transferido para aquele que é portador de outra cultura, raça, cor, credo e gênero. Vale acrescentar que, nessa visão dualista de oposição, o outro é visto a partir de variações de sentimentos de temor, estranhamento, ódio, incompreensão e distanciamento. Esses sentimentos, muitas vezes incompreendidos pelos próprios agentes, podem gerar violência e desejo.

Segundo Beauvoir, nos diversos tipos de discursos pode-se notar a presença do preconceito contra a mulher. Os antifeministas, afirma ela, apelaram não somente para a religião, a filosofia e a teologia, como no passado, mas ainda para a ciência: biologia, psicologia experimental. Na tentativa de provar a inferioridade da mulher, usaram uma estratégia pseudocientífica baseada em uma noção vaga do conceito de natureza. Se a noção de eterno feminino está baseada em uma concepção de fragilidade natural, isto é, se, a partir de interpretações do comportamento feminino como algo natural, inerente e não culturalmente condicionado, ele é colocado como atitude frágil, está se naturalizando o que ainda não foi provado.

Todas as formas de designação *a priori* dogmáticas possuem uma relação com a naturalização preconcebida. É nesse sentido que Beauvoir afirma que o “eterno feminino” é o homólogo da “alma negra” e do “caráter judeu”. Os exemplos citados nos levam à relação entre o pensamento de Simone de Beauvoir e a corrente filosófica existencialista.

Feminismo e existencialismo

O existencialismo, sobretudo em sua versão desenvolvida por Jean Paul Sartre, foi a corrente filosófica que efetuou a desconstrução da ideia de essência imutável e inata dos humanos como seres racionais e predeterminados por sua essência. Para o existencialismo, como é corrente, a existência precede a essência. Isto é, eu sou o que eu faço a cada dia de minha existência. Não existe uma essência predefinida para o ser humano. Na obra *Existencialismo é um Humanismo*, Sartre afirma:

O existencialismo ateu, que eu represento, é mais coerente. Afirma que, se Deus não existe, há pelo menos um ser no qual a existência precede a essência, um ser que existe antes de poder ser definido por qualquer conceito: este ser é o homem, ou, como diz Heidegger, a realidade humana. O que significa, aqui, dizer que a existência precede a essência? Significa que, em primeira instância, o homem existe, encontra a si mesmo, surge no mundo e só posteriormente se define. O homem, tal como o existencialista o concebe, só não é passível de uma definição porque, de início, não é nada: só posteriormente será alguma coisa e será aquilo que ele fizer de si mesmo. Assim, não existe natureza humana, já que não existe um Deus para concebê-la. O homem é tão-somente, não apenas como ele se concebe, mas também como ele se quer; como ele se concebe após a existência, como ele se quer após esse impulso para a existência. O homem nada mais é do que aquilo que ele faz de si mesmo: é esse o primeiro princípio do existencialismo (SARTRE, 1987, p. 4).

Essa definição funda a liberdade e a responsabilidade do ser humano, visto que ele existe sem que seu ser seja predefinido. Durante a existência, à medida que se experimentam novas vivências, redefine-se o próprio pensamento (a sede intelectual, tida como a alma para os clássicos), adquirindo-se novos conhecimentos a respeito da própria essência, caracterizando-a sucessivamente. O indivíduo, no princípio, somente tem a existência comprovada. Com o passar do tempo, ele incorpora a essência em seu ser. Não existe uma essência predeterminada. Com essa concepção, os existencialistas, rejeitam a ideia de que há no ser humano uma alma imutável desde o início de sua existência até a sua morte. Obviamente essa concepção é contrária a qualquer preconceito relativo às características psicológicas, de caráter, “naturalizante” dos seres humanos. Ao contrário da predestinação, acentua-se o peso da responsabilidade por sermos totalmente livres. E, frente a essa liberdade de eleição, o ser humano se angustia, pois a liberdade implica em fazer escolhas, as quais só o próprio indivíduo pode decidir. A relação entre os dois pensamentos se mostra, nesse ponto, essencial. Simone acentua, ainda, que muitos de nós ficamos paralisados pela concepção de essência e, dessa forma, nós nos abtemos de fazer as escolhas necessárias. Porém, afirma, a própria “não ação”, o “nada fazer”, por si só já é uma escolha; a escolha de não agir.

Considerações finais

O que Simone de Beauvoir introduz no contexto cultural existencialista? A autora concluiu, seguindo o raciocínio existencialista, que a mulher será o que ela fizer de si mesma, historicamente, individualmente, culturalmente. Se até então a cultura atribuiu à mulher diversas identidades, o existencialismo seria uma saída para o problema da autoafirmação de uma identidade real, mais justa, menos imposta. Daí o sentido da famosa frase de Beauvoir: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. O que é a mulher, então, para Simone? A resposta, para ser coerente com o pensamento de Beauvoir, deve ser: O que a mulher construir como identidade, não mais o que os homens determinaram culturalmente que elas sejam. Assim, pode-se afirmar que as teses da ontologia existencialista de Jean Paul Sartre constituem os fundamentos da concepção feminista desenvolvida por Simone de Beauvoir.

Referências

BARD, Chistine (Org.). **Un siècle d'antifeminisme**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1999.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. **O Segundo Sexo: A Experiência Vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CHAPERON, Sylvie. **Les années Beauvoir (1945-1970)**. Paris: Fayard, 2000.

_____. La deuxième Simone de Beauvoir. **Les Temps Modernes**, n. 593, p. 112-143, abr./maio 1997.

RODRIGUES, Eli Vagner Francisco O feminismo e a obra de Simone de Beauvoir. **Revista Unesp Ciência**, São Paulo, n. 72, p. 20-22, maio 2016.

SARTRE, Jean Paul. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

Da sociedade celta à mídia atual: as questões de gênero e a abordagem do papel da mulher em diferentes épocas

Maria Angélica Seabra Rodrigues Martins
Betânia Vieira de Sousa Menardi
Carolina Soares Molina
Thais Gimenes Oliveira

Introdução

Uma análise das questões de gênero envolvendo a mulher, ao longo das eras, evidencia que, nas culturas primitivas, houve momentos em que ela se destacava enquanto detentora de poderes de cura, do conhecimento para trazer crianças ao mundo e de sua intuição, ou, mais raramente, por sua capacidade de liderar e de reinar. Em algumas civilizações, foi extremamente valorizada, como no Egito, com a rainha Cleópatra, ou na cultura celta, em que surge a personagem histórica Boudicca, que ousou liderar exércitos contra os romanos; ou ainda, na Inglaterra do século XVI, quando Elizabeth I reinou soberana, a despeito das conspirações armadas contra ela – chefe da Igreja Anglicana – pelo papa e seus asseclas, principalmente, e pelos aristocratas, que não queriam uma mulher governando-os.

Os contos populares e a história retratam momentos em que a mulher surge figurativizada, ora como um ser forte e capaz, ora como frágil e dependente da figura masculina. E, dependendo do contexto e da ideologia do autor que estivesse narrando essas histórias (falsas ou verdadeiras), a partir da postura esperada da figura feminina, em cada época, ela assumirá, muitas vezes, o papel de bruxa ou de princesa.

Se criaturas como Boudicca e Cleópatra representaram o gênero feminino forte, nos séculos da era cristã (sob influência da cultura romana), a

mulher será vista como mãe e esposa, impedida de envolver-se em assuntos políticos ou guerras (Joana D'Arc foi uma exceção e terminou na fogueira). Teodósia de Bizâncio (século IV d.C.) ousou ser diferente; de origem humilde, chegou a imperatriz do Império Romano do Oriente e reinava, de fato, ao lado do marido, Justiniano.

Contudo, se houve situações em que a mulher participou de questões de Estado, nos séculos seguintes, foi como conselheira, embora oculta, para que a figura do marido ou do amante se sobressaísse à dela. Existe um ditado popular que esclarece bem essa posição: “Por trás de um grande homem, existe sempre uma grande mulher”; ou seja, elas estariam ocultas nas sombras, para que eles brilhassem. No reinado dos “luíses”, na França, esse ditado manifestou-se verdadeiro, com as amantes reais interferindo também nas questões de Estado. Algumas foram imortalizadas pela História; outras, pelo anedotário popular.

A respeito dessas narrativas, Eliade (2002) esclarece que as histórias narradas, desde tempos imemoriais, podem ser classificadas como “verdadeiras” ou “falsas”: as primeiras envolveriam o sagrado, revelando a atuação dos deuses e de heróis que fizeram parte da cosmogonia (ou da escatologia) de um povo; e as outras se manifestariam nas historietas orais dos povos. No caso da tradição celta na Europa, sabe-se que Boudicca é uma personagem real, pois vários historiadores romanos (Plutarco, Dião Cássio, Estrabão, Diodoro da Sicília, entre outros) a mencionaram em seus registros sobre a guerra da Bretanha, como uma heroína que se sacrificou por seu povo; já a rainha Mebd (também considerada uma deusa) e Morgana (a fada, que surge na saga do Rei Artur) fazem parte da tradição popular celta, embora não no terreno do sagrado, ainda que nas histórias narradas oralmente há gerações em solo britânico que mencionem que Morgana teria levado o corpo de Artur, seu irmão e rei, à ilha de Avalon, reduto do sagrado celta, de onde um dia ele retornaria para reinar sobre a Bretanha.

Ocorre que essas mesmas narrativas, em ocasiões diferentes, assumem, por vezes, aspectos diferenciados, de acordo com a interpretação que seu autor confere a elas, por isso expressam a ótica, a ideologia de quem as narra, suas crenças, valores e elementos determinantes para a época.

Dessa forma, o autor deixa nas entrelinhas de seu texto, durante o seu processo de criação, as experiências e os conhecimentos obtidos ao longo

de sua vida, fatos históricos e acontecimentos sociais vivenciados por ele ou obtidos a partir de leituras ou de contatos com outros indivíduos. Essa composição de elementos e a carga ideológica que a permeia compõem seu arcabouço de conhecimentos, de ideias, que o habilitam a criar algo novo, com traços de sua autoria. Para Fiorin (1999), existe uma “ilusão da liberdade discursiva” nessa noção da autoria individual, retomando a noção dialógica de Bakhtin ao discutir acerca de um discurso ser construído a partir de outro, com o qual dialoga. Edward Lopes diz, mesmo, que “combinando uma simulação como uma dissimulação, o discurso é uma trapaça: ele simula ser meu para dissimular o que é do outro” (cf. FIORIN, 1994, p. 35). A essa absorção e transformação de outros textos resultando em uma nova produção, Julia Kristeva (1978) denomina intertextualidade. Essas questões se aplicam tanto aos textos atuais quanto às histórias medievais do trato oral, pois, dependendo do narrador e da região, vão assumir versões diferenciadas.

O contexto em que está inserido o autor promove uma atuação direta sobre sua produção; ou seja, o momento sociohistórico que ele vivencia também interfere no produto final da nova história que está sendo criada, obviamente provocando um deslocamento de sentido. Ou seja, a recriação (ou a adaptação para o cinema, por exemplo) também se adaptaria ao novo contexto de época em que estiver sendo reescrita, por meio de elementos novos introduzidos no texto antigo, seja por meio da nova tecnologia (no caso do cinema); seja em uma visão de mundo diferenciada do autor, como ocorre na versão de *Alice no País das Maravilhas* (2010), do diretor Tim Burton, em que a roteirista Linda Woolwerton confere uma nova perspectiva de vida à Alice vitoriana, tornando-a uma empresária. Ou ainda em *Maria Antonieta* (2006), com direção de Sophia Coppola, que acrescenta, em meio aos inúmeros pares de sapato da rainha, um par de tênis All Star, conferindo à cena um aspecto irônico, uma marca da diretora¹, um anacronismo em relação à época. Sejam quais forem as modificações empregadas, fato é que conferem novas perspectivas de enfoque ao texto original.

1 “Nós decidimos deixar o tênis em cena só, você sabe, para ter um elemento de brincadeira... É um universo adolescente... e, bem, por diversão... porque eu pude”. STYCER, M. O tênis de Maria Antonieta. **Revista Trópico**, 2007. Disponível em: <<http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/2847,1.shl>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

Neste trabalho, será abordada a questão de gênero envolvendo a figura feminina, em uma leitura cronológica, desde os celtas (criadores das fadas), até a nova visão dos contos atuais, em uma perspectiva antropológico-social (a partir de Eliade, 2002; Martins, 2011; Muniz, 2014; e Estés, 2005), literária e cinematográfica. Será focado o papel da mulher em cada época, observando-se também os elementos intertextuais e dados referentes à construção do enunciado, a partir de autores como Bakhtin (1988), Barros (1990) e Fiorin (1995), e como esses dados colaboram para a construção do gênero feminino através da História (registrada nos livros) e no cinema.

Os celtas e o gênero feminino

A saga arturiana surge nas lendas galesas, mesclada ao Mabinogion e à Matéria da Bretanha, sendo atribuída a Geoffrey de Monmouth a compilação dos poemas relativos ao Rei Artur, em sua *Historia Regum Britanniae* (História dos Reis Britânicos), de 1137, segundo Edmond Faral (1929). Em sua obra *La Légende arthurienne, études et documents*, analisou a origem de textos latinos medievais, mencionando pela primeira vez um “ciclo arturiano”. Na obra de Monmouth, já surgiam personagens e acontecimentos que se tornaram parte da história recontada por Marion Bradley (1985), como Uther Pendragon, pai de Arthur; o mago Merlin; a espada Excalibur; o nascimento de Artur em Tintagel; a batalha final contra Mordred em Camelot e seu fim em Avalon. Outros personagens e episódios, como Lancelote e o Santo Graal, teriam sido acrescentados depois, no século XII, pelo escritor francês Chrétien de Troyes.

Ana Rita Martins (2011), autora de *Morgan le Fay: a Herança da Deusa. As faces do feminino na mitologia arturiana*, pesquisando em vários outros textos medievais e em manuscritos galeses e irlandeses, anteriores aos de Geoffrey de Monmouth, deduz que Morgana possui ligações profundas “com a deusa A Morrígan da mitologia céltica irlandesa”:

(...) [sendo] a figura feminina extremamente relevante para a religião dos Celtas, os quais viam nos fenômenos naturais a presença de uma divindade suprema que assumia um rosto e

um corpo femininos. Os mitos célticos fazem parte dos mais antigos cultos de vegetação e fertilidade das comunidades primitivas para quem o divino se revelava como encarnação da própria terra, capaz de manifestar de diferentes formas, mas sempre sob um semblante feminino. O Mundo natural ganhava, pois, uma dimensão divina: a terra era uma Grande Deusa, ou Deusa Mãe, ora meiga e fértil, como a Primavera; ora cruel e estéril como o Inverno (MARTINS, 2011, p. 21).

A autora ainda estabelece afinidades entre Morgana e a deusa A Morrígan, que ela relaciona à deusa aquática Modron, galesa, que de certa forma estabelece uma ligação nominal com uma miragem comum no estreito de Messina, na Sicília, denominada Morgana Le Fay, a qual confundia os marinheiros e os levava à morte. Dessa forma, pode-se estabelecer um aspecto intertextual a partir do significado dos nomes dessas entidades: “mulher [ou deusa] que veio do mar”. Para Ana Rita Martins (2011), essa relação justificaria a personagem Morgana de Marion Bradley, que também viria de uma ilha, possivelmente no mar, considerando-se a posição geográfica da antiga Britânia.

Fiorin (1995) esclarece haver dois tipos distintos de debreagem no enunciado: a enunciativa e a enunciva; no primeiro caso, são instalados no enunciado os actantes da enunciação (eu/tu), “o espaço da enunciação (aqui) e o tempo da enunciação (agora), ou seja, aquela em que o não eu, o não aqui e o não agora são enunciados como eu, aqui, agora” (ibid., p. 27).

Morgana, na saga de Marion Zimmer Bradley (1985), é apresentada como irmã de Arthur, o lendário rei da Bretanha, sendo também sacerdotisa iniciada nos segredos da ilha de Avalon. A autora utiliza a debreagem enunciativa, em 1ª pessoa (intercalada à narração em 3ª pessoa, ou debreagem enunciva), como recurso estilístico empregado pelo enunciadador para conferir ao texto o efeito de sentido verdade. Dessa forma, Bradley emprega o mote “*Morgana fala...*” nos capítulos em que o discurso passa à debreagem enunciativa em diversas ocasiões para que ela transmita ao leitor a ideia de que, oferecendo a versão da personagem, a história se tornará mais real. Para Fiorin (2005), o autor usa das debreagens enunciativas [**eu-aqui-ago-ra**] e enuncivas [**ele-lá-então**], a fim de criar “a ilusão de que as pessoas, os

espaços e os tempos inscritos na linguagem são decalques das pessoas, dos tempos e dos espaços do mundo” (Fiorin, 1999, p. 89).

Ainda na interpretação de Marion Bradley, as figuras femininas se destacam. A Senhora do Lago, por exemplo, possuía poderes de líder suprema da religião druida, com ascendência sobre o Merlin, o profeta-mensageiro, com funções de conselheiro real, ambos responsáveis pelos segredos que envolviam os rituais e mitos de seu povo. Bradley adota uma focalização particular dos costumes celtas e do druidismo ao postular a ótica ficcional de que haveria uma única *deusa*, Ceridwen², uma figura feminina, em oposição ao deus único cristão. Assim, a autora, na condição de enunciador – definido por Greimás e Courtés (1989, p. 150) como “o destinador implícito da enunciação (ou da ‘comunicação’)”, ou seja, aquele que realiza um fazer persuasivo, procurando fazer com que um outro aceite o que ele diz – cria um efeito de sentido de verdade, que leva o destinatário/leitor a crer que os celtas eram monoteístas e viviam sob um matriarcado, o que não corresponde ao evidenciado pelas pesquisas antropológicas.

Contrárias às gregas e romanas, as mulheres celtas tinham uma participação ativa na sociedade. Apesar de ser uma cultura centrada na aristocracia guerreira, descobertas arqueológicas indicam que as mulheres podiam gozar de elevado status social. Antes da fusão da cultura celta com a romana, as mulheres tinham o direito de exigir o divórcio e deixar o casamento com as propriedades que possuíam quando solteiras. Além disso, elas tinham todo o direito de

2 “É chamada a tripla Brigit [na Irlanda, por mostrar-se em três diferentes formas: donzela, mãe e anciã, os ciclos da vida] e diversos personagens míticos femininos designam a mesma divindade sob aspectos e nomes diferentes. Mãe de todos os deuses e representante das três funções, ela é curadora, deusa da adivinhação, da poesia, do trabalho em metal; vela sobre o fogo sagrado da tribo e da casa; ela é a fecundidade e preside o parto. Encarna a sutileza intelectual e a habilidade técnica. Filha de Dagda, é a única divindade feminina do panteão celta” (BARROS, M.N.A, 1994, p. 185). “...Dagda o deus bom, da abundância, ressurreição e regeneração (simbolizado pelo caldeirão)”, segundo Guyovarc’h (1980 apud Barros, M.N.A, 1994, p. 187).

se casar de novo. Há registros de mulheres que tomavam parte na guerra e no governo de seu povo, embora fossem a minoria. Talvez o melhor exemplo seja o de Boadicea (ou Boudicca) (BLANC, 2014, p. 14).

No trecho acima, observa-se o autor empregando a debreagem enunciativa (em 3ª pessoa), que “instaura no enunciado os actantes do enunciado (ele), o espaço do enunciado (algures) e o tempo do enunciado (então)” (FIORIN, 1995, p. 28). “Cabe lembrar que o algures é um ponto instalado no enunciado; da mesma forma, o então é um marco temporal inscrito no enunciado, que representa um tempo zero, a que se aplica a categoria topológica concomitância vs. não concomitância.” (ibid.), ou seja, no relato histórico “real”, acerca da rainha Boudicca, o leitor consegue compreender no trecho uma presença não lendária, mas verdadeira, a partir dos dados minuciosos apresentados por Blanc (2014), o que confere ao texto um efeito de sentido de verdade, causado justamente pelo afastamento do autor em relação ao texto.

Após a morte de seu rei e marido, Pratusagus, que havia feito inúmeros acordos com os romanos, sendo finalmente traído por eles, Boudicca e suas filhas procuraram o general romano em seu acampamento, em busca de um acordo de paz. Entretanto, como os romanos desprezavam as mulheres em geral, humilhou a rainha e entregou suas filhas para serem utilizadas sexualmente pelos soldados, também anexando o território da tribo Iceni, do qual ela era rainha. Boudicca reage à humilhação, reunindo as demais tribos, em um levante sangrento contra os romanos (no qual houve mais de 80 mil vítimas), arrasando diversas aldeias do inimigo e levando Nero a considerar a saída da Bretanha. Mas ela finalmente foi derrotada pelas forças do governador Suetônio, após quase dois anos de luta, em 62 d.C.

O historiador romano Dião Cássio, em seu *História de Roma*, assim a definiu:

Boudicca era alta, terrível de olhar e abençoada com uma voz poderosa. Uma cascata de cabelos vermelhos alcançava seus joelhos; usava um colar dourado composto de ornamentos, uma veste multi-colorida e sobre esta um casaco grosso preso por um broche. Carregava uma lan-

ça comprida para assustar todos os que lhe deitassem os olhos (GARCIA, 2010).

Boudicca é uma figura tão emblemática para o povo inglês que em Londres, ao lado do Big Ben, outro símbolo londrino, encontra-se sua estátua guerreira (Figura 1).

Figura 1 – Estátua de Boudicca em Londres³



A liberdade de ir e vir da mulher celta era aceita normalmente, talvez pelo pouco contato anterior desse povo com os gregos e com os romanos. Havia um conjunto de regras, chamadas “Leis Brehon”, transmitidas oralmente entre os celtas, principalmente na Irlanda, que previa que, se uma mulher se sentisse insatisfeita sexualmente no casamento, poderia deixar a relação a qualquer momento; da mesma forma, se um casal ficasse junto du-

3 Disponível em: <<https://media.defense.gov/2011/Jun/22/2000244190/-1/-1/0/110622-F-BG055-001.JPG>>. Acesso em: 30 dez. 2012.

rante um ano e não gerasse filhos, também lhes era permitido se separarem com o objetivo de ir em busca de novos companheiros, capazes de lhes propiciar esse benefício.

As mulheres possuíam diversas habilidades, além de amantes e guerreiras, também conheciam o dom da cura, a arte da adivinhação e do fabrico de poções, além de também treinarem campeões. Launay (1978, p. 181) afirma sobre as mulheres dessa cultura que “seu lugar preeminente na sociedade, sua igualdade em todos os planos com os varões é uma característica marcante da civilização céltica e uma das que iriam atravessar os séculos para se impor novamente à sociedade moderna”.

Se Boudicca tornou-se conhecida na história da Inglaterra pela luta renhida contra os romanos, Mebd ou Maeva, a lendária rainha da Irlanda ou Connaught (Connacht), que é mencionada no conto épico *Táin Bó Cuailnge* (“O Roubo do Gado de Cooley”), está relacionada no anedotário irlandês como mulher com apetite sexual insaciável, que teve vários maridos e inúmeros amantes, além de também ter guerreado contra o Ulster (que tinha o herói Cu'chulain como aliado), por causa de um touro que desejava.

Medb não era uma rainha histórica, mas uma deusa feroz com um apetite sexual insaciável. A lista de seus companheiros é impressionante; no momento da batalha contra o Ulster, o rei Ailill era seu companheiro, mas ela também teve um caso com o poderoso herói Fergus, destaca-se por sua virilidade prodigiosa. Medb tinha uma árvore sagrada, *bile Medb*, e foi muitas vezes representada com um esquilo e um pássaro sentados em seus ombros (MEDB, 1998, tradução nossa).

Shakespeare a trouxe à vida como Mab, a Rainha das Fadas. Em uma versão mais moderna, os ecologistas a converteram em Gaia, o espírito da Terra.

Apesar dessa valorização da mulher celta no período pré-românico na Bretanha, não se pode considerar essa cultura como matriarcal, como apresentou Bradley (1985) em sua saga arturiana, uma matéria ficcional, baseada no trato oral e surgida, principalmente, na cosmovisão da autora.

Segundo Markale (1986, p. 17), “havia uma harmonia entre os papéis dos homens e das mulheres não centrada na superioridade de um sobre o

outro, mas na igualdade com a qual cada um deles poderia sentir-se confortável”. Dessa forma, a relação homem/mulher era equilibrada, sendo a figura masculina de provedor, juiz, dono do coletivo, noções introduzidas pelos romanos, estranhas aos celtas, uma vez que sua unidade era atribuída ao clã (*tuath*), dentro do qual havia as famílias (ou *fine*), nas quais predominava a consanguinidade. Embora o sistema monogâmico prevalecesse, a poligamia também existia, e o divórcio era aceito com naturalidade. Nessa sociedade, um pedaço de terra poderia ser atribuído tanto ao homem quanto à mulher, caso quisessem cultivar a terra ou criar seu gado⁴.

Em um estudo comparativo entre as mulheres celtas e as mediterrâneas, feito por Peixoto (2012), a partir de historiadores romanos da Antiguidade como Plutarco, Estrabão, Diodoro da Sicília, Públio Tácito e Amiano Marcelino, o autor constrói algumas características relativas às “dinâmicas entre gêneros nas sociedades celtas”:

- essas mulheres poderiam gozar de um altíssimo poder de liderança, assumindo para si funções vitais e políticas, militares e de comando [a exemplo das mulheres celtas em geral, em batalha, quando solicitadas por seus companheiros, ou mesmo em situações de poder de decisão e julgamento, em tudo quanto se relacionasse aos guerreiros celtas];
- elas, igualmente seriam bastante imprevisíveis, indomáveis, violentas, perigosas, assassinas e vingativas, causando sempre mal aos homens [a exemplo de Chiomara, Camma, Cartimandua e Boudica];
- as mulheres nesse tipo de sociedade desempenhariam as funções de gênero que deveriam, na concepção dos autores [latinos] estar restritas somente aos melhores indivíduos do século masculino, como era no mundo Mediterrâneo – por exemplo, o poder de liderança e comando militar – havendo, dessa forma, uma clara inversão dos papéis de gêneros (de acordo com o que é comentado por Amiano, Estrabão, Plutarco e Tácito) (PEIXOTO, 2012, p. 313).

4 www.viasantos.com/pense (Atualmente o link não está mais disponível)

Para Launay (1978), as atribuições que permitiram às mulheres celtas tanto chefiar um exército – como o fizeram Boudicca contra os romanos e Mebd contra o Ulster –, quanto escolherem seu próprio homem, ou ainda utilizarem seus dons “paranormais” – como fazia Morgana–, conferia-lhes um lugar de destaque na sociedade, na condição de seres especiais:

Seu caráter divino não pode ser posto em dúvida, a despeito da aparência histórica que os cronistas posteriores quiseram atribuir-lhe. Suas licenças sexuais acusam seu dom de fertilidade. A mulher que se oferece insolentemente ao homem de sua escolha não é uma desavergonhada. É uma deusa desfrutando suas prerrogativas soberanas (LAUNAY, 1978, p. 181). [...] Essas mulheres lendárias não recuam diante de nada para conseguir o homem de sua escolha (ibid., p. 183).

Um exemplo típico na literatura celta ocorre quando o herói Cuchulain vai ao castelo da feiticeira Scáthach, em Albion, na Escócia, para que ela o treine na arte do manejo da espada:

Cuchulainn chegou ao castelo de Scáthach. Bateu à porta com o cabo da lança e entrou. Uatach, a filha do rei, apresentou-se a ele. Ela o contemplou sem dizer palavra, tanto a beleza do guerreiro a enchera de admiração e de amor. Voltou para junto da mãe e contou-lhe sua emoção. “Esse homem te agradou?” [pergunta-lhe a mãe]. “Ele virá a meu leito esta noite – respondeu a moça”. “Excelente idéia – opinou a mãe.” (LAUNAY, 1978, p. 183-184).

Nesse trecho, o enunciador assume as debreagens enunciativa e enunciativa para conferir um efeito de aproximação com o leitor, pois, ao mesmo tempo em que ele está se envolvendo com as aventuras de Cuchulain (em um lá-então), a presença dos diálogos (em um discurso indireto livre) entre as duas mulheres traz o discurso para um aqui-agora, que torna a narrativa mais próxima do leitor, anulando o afastamento do tempo/espço.

As mulheres na Idade Média

Se na antiguidade celta a mulher ocupou lugar de destaque, após a romanização da Bretanha, nos princípios da era cristã, a mulher perde sua igualdade com o homem. O povo mediterrâneo seguia o padrão patriarcal absoluto, em que a mulher era submissa ao pai, aos irmãos e depois ao marido. Esse padrão permanece na Bretanha mesmo após a invasão saxônica, no século III d.C., a qual esmerou-se em destruir muito da cultura celta.

No século IV d.C., um jovem celta foi raptado e vendido como escravo, chegando a um mosteiro na França, onde se cristianizou e passou a crer que sua vocação seria a de exterminar com o paganismo de sua terra natal. Retornando como Patrício (o Santo), combate os sacerdotes druidas, demolindo as bases do celtismo, o que concorre para que o papel da mulher também se modifique: de outrora companheira igualitária do marido; passa a ser submissa, sem o direito de decisão sobre a escolha de seu próprio companheiro, uma vez que os casamentos passam a ser decididos pelas relações políticas e sociais dos homens e da aldeia.

As questões de gênero na Idade Média

O surgimento do lirismo provençal e do amor cortês na Europa do século XII contribuem para modificar a condição feminina, que teve em Leonor da Aquitânia sua maior defensora. Nesse contexto, o cavaleiro, um soldado cristão pertencente à cavalaria, uma organização militar, coloca sua espada a favor do oprimido e da Fé, sob inspiração de uma dama, a quem dedica seus feitos. Ele será o herói da ficção medieval. Grande papel exerceu Leonor, duquesa de Aquitânia, condessa de Poitiers⁵ e rainha da França (e, depois, da Inglaterra), nesse momento histórico e cultural, que se tornou uma das mulheres mais influentes e poderosas da Idade Média, graças a seus conhecimentos, sua fortuna e seu apurado senso político, o que lhe permitiu fazer de sua corte um grande centro cultural e artístico.

5 ELEONOR da Aquitânia. Só Biografias, 2001. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/LeonoArq.html>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

Neta de Guilherme IX, trovador e poeta, cuja cultura transmitiu ao filho, Guilherme X, que teve o cuidado de preparar as duas filhas, Leonor e Petronilha, para o sucederem, uma vez que o único filho homem morrera ainda criança. As meninas tiveram uma educação esmerada, em uma época em que a maioria era analfabeta: aprenderam matemática e astronomia; leis e filosofia; além de se tornarem fluentes em oito idiomas. O pai as levou a conhecer os reinos que lhes pertenciam, inteirando-as das questões políticas concernentes a cada um, o que lhes propiciou o desenvolvimento de um espírito crítico e de sagacidade política, que serviram particularmente a Leonor quando o sucedeu, anos mais tarde.

Aos 15 anos, casa-se⁶ com o rei Luis VII, tornando-se também rainha da França, onde introduziu hábitos refinados na corte no século XI, desde o uso de talheres à mesa ao vestuário e uma série de *finesses* não existentes no reino do marido até então. Markale (1983) esclarece que Leonor, ao desenvolver a noção de moda, faz surgir os decotes generosos, as *corsages*⁷ que realçavam o busto e as formas femininas, ao invés de as ocultar; desnuda os ombros e a parte superior dos seios. Também introduz novos tecidos vindos do Oriente, como os brocados e as sedas, e o uso de cores fortes. Entre os homens, Leonor também faz com que surjam modificações como apresentar os rostos bem escanhoados, participar de torneios, além de modificar seus hábitos à mesa e seus modos para com as mulheres, passando a cortejá-las, dentro de um contexto de civilidade, no qual estava inserido o “amor cortês”.

Na verdade, uma mulher de têmpera, casada com um rei jovem e pusilânime, Leonor era quem decidia as questões de Estado, partindo para uma Cruzada, inclusive, para que seu marido também empreendesse guerra contra os usurpadores da Cidade Santa. Em seu reinado, nunca as mulheres tiveram tanto prestígio e tanto poder de decisão sobre os homens, uma vez que ela estimulava esse comportamento.

6 Ibid.

7 “*Corsage*: nm vêtement féminin recouvrant le buste”
(CORSAGE. In: Reverso Dictionary. **Reverso-Softissimo**, 2016. Disponível em: <<http://dictionary.reverso.net/french-synonyms/corsage>>. Acesso em: 30 dez. 2016).

Com o desgaste do casamento, apesar das duas filhas que tiveram, conseguiram a anulação junto ao Papa, e logo a intrépida nobre faz um casamento que julgara ser por amor, com Henrique Plantageneta, da Inglaterra, com quem teve vários filhos; e também nesse país Leonor impôs seus hábitos refinados, embora o marido terminasse por encerrá-la por quinze anos na Torre de Londres, a fim de evitar suas interferências nas questões de Estado, principalmente.

Apesar desse entrave, ao enfiar, Leonor torna-se regente do trono da Inglaterra, uma vez que o herdeiro, o filho Ricardo Coração de Leão, decide continuar em suas guerras ao invés de reinar. Longa vida para a época teve essa extraordinária mulher, mas, após sua morte (aos 80 anos!), gradativamente as inovações que introduzira nas cortes de França e Inglaterra foram desaparecendo, e o prestígio da mulher novamente foi suplantado pelo do homem.

Os lais e as lendas medievais

Pari passu aos lais ou poemas de amor escritos de forma rebuscada e suntuosa, que floresceram na França entre os séculos XII e XIV (também por influência de Leonor de Aquitânia e de suas filhas, principalmente os lais de Marie de France), histórias maravilhosas populares em versos manifestavam-se em toda a Europa, muitas se referiam ao Rei Arthur e seus cavaleiros, outras a amores impossíveis e irrealizáveis, como o de Tristão e Isolda; outros, ainda, a mulheres encantadas, as mouras, textos que mesclavam o pagão ao cristão. Para Muniz:

[na Idade Média] As fadas encontraram espaço na literatura de entretenimento que giravam em torno dos principados regionais e escritos em uma língua vulgar. Estes não foram, entretanto, sem a passagem pela lente erudita e cristã dos clérigos e livreiros que produziram tais trabalhos. Em sua maioria, protegidos por uma corte e patrocinados por uma nobreza escreveram os primeiros relatos em papel de histórias de damas maravilhosas, que encantavam e traziam prosperidade, não sem esconder um segredo e este ser descoberto para o fim de um casamento feliz entre homem mortal e mulher sobrenatural (MUNIZ, 2014, p. 39).

O texto abaixo narra parte da história do conto celta de Tristão e Isolda:

A MADRESSILVA

Muito me agrada e bem o quero,
de um lai que se chama Madressilva
dizer-vos a verdadeira história, e por quem foi feito, como e
de onde veio.

⁵Muitos me contaram,
e eu mesma encontrei-a já escrita,
a história de Tristão e da rainha,
do seu amor que foi tão fino,
que para eles foi a causa de tanto sofrimento
¹⁰e do qual morreram no mesmo dia.

O rei Marc estava cheio de raiva
e de indignação contra Tristão, seu sobrinho.
De sua terra ele o banuiu,
por causa do seu amor pela rainha.

¹⁵Tristão foi para a sua terra,
o sul do País de Gales, onde havia nascido.

Lá permaneceu por todo um ano,
e não podia regressar;
logo abandonou-se

²⁰à morte e à destruição.

Não vos espanteis,
pois quem ama lealmente
entrega-se à dor e à ansiedade
quando não satisfaz seus desejos (...)

(AMORIM, 2000, p. 4-5)

Além dessas histórias narrando o amor desventurado, também estão presentes as referências a seres fantásticos, como Melusina (meio mulher, meio serpente), que habitava uma ilha do Sena, e às mouras galegas e portuguesas que encantavam os homens e lhes prometiam riquezas, à custa de uma promessa que eles não poderiam deixar de cumprir. Dessa forma, persistia uma espécie de submissão da mulher ao homem, uma vez que ela somente poderia deixar sua condição de “encantada”, à custa do envolvimento com um homem, com quem tivesse um segredo a ser mantido. Sob esse aspecto, a quebra do segredo resultaria em desgraças imensas para ambos: no caso de Melusina, o fato de ser espiada pelo marido enquanto se banhava, aos sábados (embora ele lhe tivesse prometido que não o faria) a transforma em dragão (em uma das versões) e os filhos de ambos em monstros; o das mouras, se não obtivessem o beijo prometido pelo homem (durante o dia, enquanto belas mulheres), quando se apresentassem a ele, na fonte, à meia-noite, em sua forma de uma serpente, tanto as manteria na condição de encantadas, quanto poderiam causar a morte do traidor ou os relegar à extrema pobreza.

A lenda de Melusina também recebe várias interpretações de acordo com a região e período em que é narrada. É uma fada com cauda de peixe como as sereias e asas como as de morcego, e que expeliria fumaça pela boca. As versões mais significativas datam do século XIV:

(...) o Rei Elynas, durante uma caçada, encontra na floresta uma bela dama de nome Presina. Elynas apaixonou-se por ela e ambos se casam. Porém, Presina impõe a condição de que, quando tivessem filhos, Elynas não podia acompanhar o nascimento nem a visse banhando seus filhos. Presina deu à luz a trigêmeas.

Certa vez, Elynas, movido pela curiosidade, observou Presina banhando as crianças. O trato foi quebrado e a dama fugiu com suas filhas para a terra encantada de Avalon.

Muitos anos depois, Melusina, a mais velha das trigêmeas questionou sua mãe o fato de terem se refugiado em Avalon e nunca mais terem visto o próprio pai. Presina contou-lhe sobre o trato que fora desfeito. Melusina e suas irmãs

foram ao encontro de Elynas com o objetivo de vingar-se. Elynas foi capturado e trancafiado em uma torre junto de suas riquezas. Enraivecida pelo desrespeito ao próprio pai, Presina lança um feitiço sobre as filhas e condena Melusina a transformar-se em serpente da cintura para baixo todos os sábados.

[...] Finalmente, Melusina conhece Raymond de Poytoun numa floresta da França. Ambos casam-se sob a condição de que Raymond nunca poderia observar Melusina banhando-se aos sábados. Raymond também quebrou a promessa e descobriu o segredo de sua esposa. No entanto, ambos mantiveram-se casados. Apenas quando, enfurecido, Raymond ofendeu a esposa, chamando-a de serpente perante a corte, Melusina transformou-se em um dragão, deu ao marido dois anéis mágicos e partiu para sempre (LENDAS..., 2012).⁸

Em outras versões, Melusina foge quando é flagrada pelo marido durante o banho, transformada em dragão que voa; em outra, ainda, Melusina seria filha de um demônio com um ser humano, por isso os filhos de ambos seriam todos deformados e com características inumanas, malévolas. A ela também é atribuída a imagem de “sereia”, que rouba o filho de Lancelot nas lendas arturianas. Muniz (2014, p. 41) esclarece que:

O mito é trabalhado segundo o conceito de Mircea Eliade, que seria “Uma realidade cultural extremamente complexa que pode ser abordada e interpretada através de perspectivas múltiplas e complementares” (...). Transmite-se oralmente por predileção e permanece como o “bem comum da sociedade” (SIQUEIRA, 1995:02). Ele serve para explicar uma sociedade em sua criação (como no caso das socieda-

8 Optou-se, aqui, por uma versão condensada da lenda contada por Jean D'Arras em: HELENA, M. A lenda de Melusina, conforme contada por Jean D'Arras. **As Sereias**, 2014. Disponível em: <<https://sesereias.wordpress.com/2014/05/12/a-lenda-de-melusina-conforme-contada-por-jean-darras/>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

des de caça e coleta) e passa a ser alienador quando perde essa função e é interpretado para outros usos, o principal deles, a literatura. Dessa forma, mitos como os contos melusinianos são exemplos da utilização destes como fonte de criação literária. Já sob perspectiva medieval e cristã modifica-se com a causa das necessidades de um novo contexto social, cultural e temporal.

Nesse contexto, a mulher é vista sob a ótica da religião da Idade Média como a representante do sobrenatural demonizado, quer na simbologia da cabra, quer na da serpente ou na dos seres fantásticos (fadas, bruxas), e sua natureza deveria ser contida, para que pudesse exercer seus papéis familiares legítimos. Dessa forma, surgem as lendas e as histórias envolvendo os seres fantásticos, que representariam os arquétipos da negação do aceitável para a sociedade da época.

Observa-se, da leitura que Muniz (2014) faz da época, que na sociedade medieval havia dois papéis atribuídos à mulher: ou era a culpada pela perdição do homem, ou mãe e esposa leal (ligada à Virgem Maria). No primeiro caso, estava relacionada “à feitiçaria e ao Diabo (que tinha na mulher sua leal serva, já que esta era levada facilmente pelas emoções e paixões), a mentira e a traição, além de ser considerada inferior” (ibid., p.42). Essas visões ambíguas atribuídas ao gênero feminino, a partir de um cristianismo retrógrado, teriam sido as responsáveis pela concepção da figura feminina em toda a sociedade durante séculos.

Sob a ótica da enunciação, no lai, o enunciador – ao utilizar a debregem enunciativa (em 1ª pessoa) da ancoragem em nomes de pessoas conhecidas da tradição medieval, como o Tristão (e sua Isolda) e o rei Mark, prometido a Isolda, além da ancoragem ao local País de Gales – traz esse lai para o terreno do verdadeiro, ainda que conste da tradição popular. Já as várias versões sobre a lenda de Melusina, em que o enunciador emprega a debregem enunciativa, apresentam a noção de um lá-então, de um afastamento, de algo que pertence ao irreal, ao sobrenatural, embora lendas como essas sejam usadas para justificar os brasões e a origem de casas feudais, com suas características marcantes; defeitos congênitos, temperamento, ligações com o mal, etc.

...E a influência do gênero feminino renasce a partir do século XVI

Se Leonor de Aquitânia e suas filhas (que também se casaram com nobres) conseguiram transformar a posição da mulher medieval, tanto durante seu reinado nas cortes da França quanto na Inglaterra, após sua morte, com o tempo, gradativamente tais conceitos foram se perdendo. Os conceitos de civilidade que serão adotados particularmente a partir de Erasmo de Roterdã, em sua obra *A civilidade pueril*, de 1530, manifestavam que se poderia moldar a própria personalidade pela educação, disciplinando o corpo, os comportamentos e as brincadeiras e jogos durante a aprendizagem.

É um momento histórico e social em que ocorre um direcionamento para se valorizar a perfeição, cuja expressão máxima do universo encontra-se no feminino, o que refletirá uma mudança na cultura. Para Frascatel, a “Vênus substituiu a virgem” (cf. Vigarello, 2006, p. 23), surgindo nas pinturas em formas fluidas, espiritualizadas, com atitudes nobres e interiorizadas. A mulher passou a simbolizar a graça, a alegria das cortes e das festas, a companheira das conversas, desvencilhando-se do papel de submissão e apagamento a que estivera relegada, após o período de destaque que obteve nas cortes de Leonor de Aquitânia (França e Inglaterra) e nas de suas filhas, no século XII.

Entretanto, sua influência se fará sentir apenas nos bastidores dos grandes acontecimentos. Na história da França, encontram-se vários casos, como Madame Pompadour (amante do rei Luís XV por vinte anos) e Madame Du Barry, que, após a morte da primeira, sucedeu-a como favorita do rei, embora com muito menos prestígio. *La Pompadour*, como uma espécie de secretária executiva do rei, influenciava politicamente as decisões reais, interferindo mesmo em questões de Estado, em assuntos judiciais e na política externa. Também foi uma empreendedora na arquitetura, sugerindo, planejando e imprimindo seu estilo rococó à fábrica de porcelana de Sévres, ao palácio de Versailles e ao Petit Trianon, além de ter-se tornado uma *patronesse* das Ciências e das Artes, atuando ao lado do rei até morrer em 1764⁹.

Refletindo a vida na corte e a sociedade da época, entretanto, autores como Chordelo de Laclos e Molière escrevem sobre as mulheres a partir de

9 MADAME de Pompadour: Biography. **Bio**, 2014. Disponível em: <<http://www.biography.com/people/madame-de-pompadour-21075947#years-of-influence>>. Acesso em: 30 dez. 2012.

diferentes óticas. O primeiro, no romance epistolar *As relações perigosas* (de 1782), narra a perfídia e a hipocrisia da nobre que frequenta a corte, representada pela Marquesa de Merteuil, que em parceria com o libidinoso Conde de Valmont jogam com as vidas das pessoas, manipulando, seduzindo a seu bel prazer, até levar à perdição uma jovem recém-saída de um convento¹⁰ e à morte uma esposa devotada e religiosa (uma aposta de Valmont de que conseguiria seduzir qualquer mulher). A conspiração é narrada pelo autor nas cartas que ambos trocam, conduzindo o leitor a um mergulho nas torpezas da corte, que ele, enquanto enunciador, interpreta para o enunciatário/leitor. O estilo da narrativa, em forma de missiva, utilizando a debreagem enunciativa (em primeira pessoa), conduz o leitor ao longo da narrativa, auxiliado pelas citações de elementos relativos à corte, a Versailles, a Paris e a personagens reais da época, produzindo a ancoragem que leva ao efeito de sentido de verdade. Trecho de carta de Merteuil a Valmont, o qual se encontra no campo, em contato com Cécile de Volanges, a jovem; e Mme. de Tourvel, a dedicada esposa:

A Sra. de Volanges quer casar a filha; ainda é segredo, mas ela me confiou ontem. E quem pensais que escolheu para genro? O conde de Gercourt. (...) Estou realmente furiosa... (...) Acalmo-me, porém, e a esperança de vingar-me tranquiliza-me a alma (LACLOS, 1995, p. 13).

E quando Valmont mostra-se preocupado em não obter sua conquista, em outra carta a Merteuil, uma vez que a menina parece apaixonada por Danceny, seu professor de música, ela lhe responde:

A carta inclusa, que lereis primeiramente e entregarei em seguida à pequena Volanges, é mais que suficiente para vó-la trazer de volta; mas peço-vos que cuideis dessa criança, e, juntos, façamos dela o desespero da mãe e de Gercourt

10 Apenas para se vingar da mãe da mocinha que a quer casar com um ex-amante de Merteuil, e do próprio homem que a deixara há tempos, mas que agora via a perspectiva do casamento com uma virgem.

(...) desinteresse-me inteiramente dela. Tinha certo desejo de convertê-la numa intrigante subalterna, pelo menos, e encarrega-la de papéis secundários sob minha direção. Mas não tem envergadura, e sim uma tola ingenuidade que não cedeu sequer ao sacrifício que empregastes e que, no entanto, raramente falha: é, a meu ver, a doença mais perigosa que uma mulher pode ter (ibid., p. 205).

E ironizando sobre Valmont desejar seduzir a doce e fiel Madame de Tourvel:

Vós, possuídes a Presidenta de Tourvel! Mas que capricho ridículo! (...) Quem é afinal, essa mulher? (...) sempre ridiculamente vestida, com seus punhados de fichus sobre o colo e um busto que sobe até o queixo! Digo-vos como amiga: não seria preciso duas mulheres como essa para perderdes toda vossa reputação (...) sempre com suas anquinhas de quatro varas a esbarrar na cabeça de alguém, e corando a cada reverência. Quem vos houvera dito então que desejaríeis essa mulher?... Vamos, visconde envergonhai-vos recobrai a razão (ibid., p. 17-18).

Molière (Jean-Baptiste Poquelin), um século antes, em sua comédia *As preciosas ridículas* (1658), coloca duas pretensiosas burguesas que desejam se fazer passar por damas da corte, mas que terminam ridicularizadas pelos próprios pretendentes, a quem antes desprezaram. O autor trabalha um jogo de ser e parecer, em que mulheres com pouca cultura, incapazes de discutir assuntos intelectuais ou políticos em nível de igualdade, comportam-se de forma inadequada, ao procurarem se apresentar cultas para seus companheiros.

Nesse contexto, de um lado a burguesia comportando-se de forma inadequada; de outro a nobreza retomando em suas atitudes a fábula de Esopo *O lobo em pele de cordeiro*, reescrita por Jean de La Fontaine no mesmo século XVII, servirão como mote para muitas das contextualizações de histórias que serão escritas também na forma dos chamados “contos de fadas” por Charles Perrault e, retomados pelos Irmãos Grimm entre os séculos XVII e

XVIII, sob bases calvinistas, com caráter moralizante, a fim de serem utilizados nas escolas mantidas pelas igrejas protestantes.

A mulher nos contos de fadas

Nos contos de fada, tanto nos de Perrault quanto nos dos Irmãos Grimm, a mulher é apresentada como um ser indefeso, que depende totalmente da figura masculina, seja o pai, os irmãos ou, depois, o marido. Na frase final “e foram felizes para sempre”, está subentendida a ideia de que essa felicidade será eterna, de que não há percalços ou separações, que ocorreriam apenas em virtude da morte de um dos cônjuges. Assim, por mais cruel que o marido se manifestasse no pós-matrimônio, a mulher será sempre submissa a ele e dela dependerá a manutenção da paz no lar. Os contos relatam aspectos da vida que estão figurativizados nas personagens. Assim, a Bela Adormecida deve ficar à espera de seu príncipe, isolada e em sono profundo, em seu castelo, o que equivale à incapacidade de agir, de aguardar ser a escolhida, não sendo capaz de agir, segundo Tatar (2004). A única atitude que realizara foi picar o dedo no fuso da roca e adormecer, como previra a fada, que sob uma lógica psicanalítica, corresponderia à menarca que a torna apta ao casamento.

Certos contos como *A donzela sem mãos*, dos Irmãos Grimm, e *Pele de Asno*, de Perrault, apresentam aspectos relacionados ao contexto da magia, execrada por Lutero, mas que pode ser vencida à custa de muito sofrimento e de fé. No caso de *Pele de Asno*, o tema do incesto, presente tanto naqueles séculos quanto hoje, coloca a mulher à mercê do parente, no caso, o pai, e sua lição fundamental é a resistência, ainda que com a fuga, como no caso da princesa em *Pele de Asno*. No outro conto, por muita riqueza que um mago lhe propõe, um moleiro manda cortar as mãos da própria filha.

Para a psicanalista Clarissa Pínkola Estés (2005), os contos se adaptam ao espírito da época:

(...) pensem nos contos de fadas como vidros de lanternas mágicas que registram o *Zeitgeist*, o espírito do tempo (...) ‘Rumpelstiltskin’ é um conto que teve origem em uma época em que o trabalho das tecelãs estava sendo substituído

pelas máquinas. Os homens começaram a assumir tarefas que anteriormente eram consideradas ‘trabalhos femininos’. Assim sendo, o conto poderia ser ao mesmo tempo um instantâneo cultural e o receptáculo de ideias psicológicas imemoriais (ESTÉS, 2005, p. 13).

Dessa forma, também o gênero feminino é adequado nessas histórias à tônica de seu tempo. Chapeuzinho Vermelho, entretanto, produz um fundo moral que desde tempos imemoriais alerta a menina contra o predador, que se na história foi chamado “lobo”, no mundo atual é classificado como pedófilo. Os contos mantêm sua mensagem arquetípica, ainda que se adaptem ao espírito do tempo.

Walt Disney e suas adaptações truncadas

No século XX, a partir da projeção do cinema como mídia do entretenimento, Walt Disney adapta os contos de Grimm à feição da época. Assim, *Branca de Neve e os sete anões*, de 1937, apresenta uma versão bela, porém “adocicada” em excesso, de um conto oral alemão no qual a princesa não é a vítima inocente, mas a adolescente rebelde; enquanto a madrasta é uma bruxa comum à Idade Média. São temas que eram discutidos e vivenciados no passado, mas que Disney considerou “preocupantes” para as crianças do século XX. Assim, a intertextualidade estabelecida com as histórias de Perrault e Grimm que adaptou retomam os temas, porém atraindo a criança para o maravilhoso da diversão cinematográfica, para um mundo de fantasia que em nada lembra as noções subliminares que falem ao inconsciente infantil, como abordam Jung (2008) e Bettelheim (1980) por meio da simbologia que traz à tona o inconsciente coletivo.

A atitude de Disney deveu-se ao fato de ter aderido ao macarthismo, durante o período conhecido como Guerra Fria, em que Estados Unidos e União Soviética se confrontavam. Dessa forma, Walt Disney construiu suas personagens como representações de um mundo capitalista de felicidade, onde “todo sonho podia se realizar”.

A mulher – que durante as duas Grandes Guerras saía do lar para trabalhar nas fábricas, principalmente de armamentos e de aviões, nos Estados Unidos, na ausência dos homens em combate – quando os conflitos terminaram retornou à sua posição de esposa e mãe. Todo seu trabalho foi negligenciado, desvalorizado, a posição de “rainha do lar” voltou a imperar, reforçada por mitos hollywoodianos como Doris Day e Sandra Dee. Ainda que nos anos 50, 60 e 70 do século XX as lutas prosseguissem em várias partes do globo (Coréia, Vietnã), o papel da mulher que lutava por um lugar de destaque na sociedade e no terreno profissional fora do lar não era representado no cinema. Havia um confronto entre a personagem extremamente feminina americana (exemplo para o mundo que assistia aos filmes de Hollywood e às animações de Disney) e a mulher vestindo roupas masculinas, grosseiras, e coberta de graxa, trabalhando pesado como os homens nas indústrias da ex-URSS. A personagem feminina norte-americana, contudo, era sempre a submissa que estava à espera de seu príncipe encantado para serem felizes para sempre. Ao que Bettelheim (1980, p.11) desferiu uma crítica feroz:

A pior característica desses livros infantis [de Disney] é que logram a criança no que ela deveria ganhar com a experiência da literatura: acesso a um significado mais profundo e àquilo que é significativo para ela nesse estágio de desenvolvimento.

A importância dos contos originais está no contato da criança com a simbologia que atinge suas estruturas profundas do inconsciente, ao transportá-la para o lá-então, local onde tudo é possível, e para onde seus próprios problemas podem ser projetados e solucionados, o que facilitará o contato com esses no aqui-agora, quando a história terminar.

As modificações nos roteiros mais recentes

A partir do ano 2010, uma nova visão feminina passa a despontar nos Estúdios Disney. A adaptação de *Alice no País das Maravilhas*, que já fora animação em 1951, em uma visão modificada do conto de Lewis Carroll, as-

sume uma nova feição nas mãos da roteirista Linda Woolverton e do diretor Tim Burton. Essa Alice adulta, do século XIX, rejeita o casamento arranjado com um lorde, mergulha na toca do coelho novamente e lá encontra a oportunidade de lutar como um cavaleiro (vestindo-se como tal, evidenciando a mulher capaz de portar uma armadura e tornar-se forte), para matar o temível jaguadarte (o dragão moderno). Enfim, percorre o caminho do herói, vence e opta por voltar ao mundo real, não mais como a donzela casadoura, mas como uma empresária que viajará pelo mundo. É a visão do diretor do século XXI, que imprime sua interpretação à Alice do século XIX.

A intertextualidade, nesse caso, apenas retomou, alusivamente, a história anterior, conservando personagens, criando outros, mas construindo uma nova história, em que uma Alice adulta retorna a seu mundo interior, simbolizado pela toca do coelho, e nele enfrenta seus medos, seus desejos, no sentido de se tornar um indivíduo capaz de exercer sua própria vontade.

Malévola (2014) e o sucesso *Frozen: uma aventura congelante* (2013) constituíram imensos sucessos de bilheteria, trazendo às crianças a perspectiva do amor que não mais se refere apenas ao binômio homem/mulher, mas ao amor entre os seres humanos: entre as irmãs em *Frozen*; e o de *Malévola* por Aurora, em que a vingança é substituída pelo carinho, evidenciando que existem formas diferentes de amar e que a mulher não mais precisa estar submissa ao homem para ser feliz.

As várias versões cinematográficas de Branca de Neve (*Branca de Neve e o caçador*, 2012; *Espelho, espelho meu*, 2012), além da série para a TV *Once upon a time*, irão trazer versões totalmente modificadas, algumas meras estilizações da história, como a série, abordando a mesma temática, mas descaracterizando a temática original. A versão mais próxima dos textos medievais tornou-se pouco conhecida. Lançada em 1997, *A tale of Snow White* (ou *Floresta Negra*, no Brasil), traz Sigourney Weaver como uma madrasta atormentada pelo desejo de ser eternamente bela e de ter um filho, recorrendo para isso à própria magia negra, similar à que era praticada na Idade Média, época em que o filme é ambientado. Encontrado em DVD, é classificado como história de terror de Branca de Neve, muito embora apenas procure ser o mais fiel possível ao contexto da época medieval em que a história se desenvolve.

Conclusão

Da rainha celta Boudicca à personagem Malévola (2014), apesar da contextualização, há enorme distância não apenas no tempo, mas na consideração do gênero feminino.

O binômio mulheres-fadas, em uma discussão sobre questões de gênero, a princípio parece incoerente em relação ao papel da mulher atual. Afinal, contos de fadas são para crianças e crianças do passado, retratando mulheres que deveriam ser submissas a seus maridos, o que estava subentendido no *grand finale* desses contos: “e foram felizes para sempre”.

Nessa postura esperada da figura feminina, particularmente nos séculos da era cristã (sob influência da cultura romana), ela será vista como mãe e esposa, impedida de envolver-se em assuntos políticos ou guerras (Joana D’Arc foi uma exceção e terminou na fogueira). Contudo, como foi mencionado neste artigo, houve situações em que participou de questões de Estado, como conselheira, auxiliando reis e nobres a decidirem sobre importantes questões de Estado, embora permanecesse nos bastidores.

Entretanto, caso se considere a narrativa oral, frequentemente a mulher surgirá como fruto do momento em que o narrador trazer à tona seus personagens, no intuito não apenas de divertir a plateia, como também de demonstrar sua ideologia e a força de certas mulheres, bem como a submissão da maioria. A partir do Renascimento e do Humanismo, quando a feição desses contos populares refletirá a tônica em questão, abordando a mulher segundo os costumes da época, as histórias frequentemente apresentam um caráter moralizador, que procura adequar os ouvintes ao considerado correto para a época. Assim ocorreu com os contos compilados do trato oral por Perrault, no século XVII, e pelos Irmãos Grimm, no século seguinte.

Na atualidade, o cinema tem procurado construir heroínas que seguem um percurso mais igualitário ao dos heróis do passado, estudados por Propp (1984), Eliade (1972) e Campbell (1985, 1997), o que evidencia uma sensível mudança na retomada dos clássicos tradicionais, considerados tão “preocupantes” por Walt Disney, mas que os estudos da mente e da psicopedagogia têm provado serem realmente importantes para o desenvolvimento psicocognitivo das crianças, o que, para o gênero feminino, é um considerável avanço.

Referências

- AMORIM, O. N. O Lai da Madresilva. **Revista Olhar**, ano 2, n. 3, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~revistaolhar/pdf/olhar3/09MADRE-SILVA.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2016.
- BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- BARROS, M. N. A. **Uma luz sobre Avalon: celtas & druidas**. São Paulo: Mercury, 1994.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**. Porto Alegre: Art-Med, 1980.
- BLANC, C. **Guia da Mitologia Celta**. São Paulo: CNUNE, 2014. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=-HUPCAAQAQBAJ&lpg=P96T&dq=guia+da+mitologia+celta&source=bl&ots=rMFJuztfJz&sig=GovnW-w9KXBUbl3NDzHO-GI24pws&hl=en&sa=X&output=reader&pg=GB-S.PT96>>. Acesso em: 16 fev. 2014.
- BRADLEY, M. Z. **As brumas de Avalon**. Rio de Janeiro: Imago, 2008. vol. 1-4.
- CAMPBELL, J. **O Herói de Mil Faces**. São Paulo: Pensamento, 1997.
- _____. **O Poder do Mito**. São Paulo: Palas Athena, 1985.
- CHEVALIER, J.; GHEEBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- COELHO, N. N. **O conto de fadas**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- ELIADE, M. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- ERASMO. A Civilidade Pueril. Tradução de Luiz Feracine. **Revista Intermédio**, Campo Grande, n. 2, 1998. Encarte Especial.
- ESTÉS, C. P. **Mulheres que correm com os lobos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- _____. **Contos dos Irmãos Grimm**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

FIORIN, J. L. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, D. L. P.; FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. A pessoa desdobrada. **Revista Alfa**, São Paulo, n. 39, p. 23-44, 1995.

GARCIA, K. Boudicca e Maeve (Mab): E a força de uma Rainha. **A Guerreira Interior**, 2010. Disponível em: <<http://guerreirainterior.blogspot.com.br/2010/08/boudicca-e-maeve-mab-e-forca-de-uma.html>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

JUNG, C. G. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KRISTEVA, J. **Semeiotike: recherches pour une sémanalyse**. Paris: Coleção Points-Essai, Éditions du Seuil, 1978.

LACLOS, C. **Relações perigosas**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1995.

LAUNAY, O. **A civilização dos celtas**. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978.

LENDAS do Fantástico Medieval. **Spectrum Gothic**, 2012. Disponível em: <http://www.spectrumgothic.com.br/gothic/gotico_historico/lendas.htm>. Acesso em: 5 mar. 2016.

MARKALE, J. **Women of the celts**. Vermont: Inner Traditions, 1986.

MARTINS, A. R. Morgan Le Fay: A Herança da Deusa: As Faces do Feminino na Mitologia Arturiana. **Medievalista online**, Lisboa, n. 9, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA9/martins9008.html>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

MEDB: legendary Irish queen. **Encyclopædia Britannica**, 1998. Disponível em: <<https://global.britannica.com/topic/Medb>>. Acesso em: 30 dez. 2012.

MUNIZ, P. Adaptações linhagísticas e a Cultura Popular: o romance de Melusina e A Dama do Pé de Cabra. **Revista Plêthos**, vol. 4, n. 1, p. 38-51, 2014. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/revistaplethos/nova/downloads/4,1,2014/5poliana.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

PEIXOTO, P. V. S. Identidade, relações de gênero e construções discursivas: as representações das mulheres celtas nos textos gregos e latinos. In: CÂNDIDO, M. R. (Org.). **Mulheres na antiguidade**. Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2012.

POWELL, T. G. **Os celtas**. Lisboa: Editorial Verbo, 1984.

PROPP, V. I. **Morfologia do Conto Maravilhoso**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

TATAR, M. **Contos de Fadas**: edição comentada e ilustrada. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

VIGARELLO, G. **A história da beleza**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006

Conceito e direitos da pessoa com deficiência no ordenamento jurídico brasileiro

Wellington Anselmo Martins

Conceito normativo atual de pessoa com deficiência e seus direitos reconhecidos no ordenamento jurídico pátrio

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que entrou em vigor no início de 2016, em seu artigo 2º define pessoa com deficiência seguindo a orientação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas - ONU (BRASIL, 2009):

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Ou seja, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, como doravante será chamada a lei em questão, apresenta uma definição específica ao salientar que pessoas com deficiência são as que têm impedimento de longo prazo, descartando assim dessa definição as pessoas que, de modo efêmero, de curto prazo, tenham também limitações diversas.

Essa definição apresentada pelo Estatuto é também uma definição ampla porque não descarta nenhum tipo de limitação que pode acometer um indivíduo, por isso reconhece como pessoa com deficiência todas as que têm impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais.

Resta salientar que a definição contida no artigo 2º encerra o conceito abordando o tema da igualdade, princípio fundamental previsto no artigo 5º da Constituição Federal. Isso implica reconhecer que são consideradas pessoas com deficiência, segundo o Estatuto, todos os que, em comparação com as pessoas sem deficiência e em decorrência das barreiras sociais, não podem usufruir daquilo que o texto legal chama de “participação plena e efetiva na sociedade”.

Ao apresentar o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, de 30 de março de 2007, fonte inspiradora do Estatuto, o então Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Brasil, Antonio José Ferreira (2011, p. 15), reafirma pontos humanísticos essenciais para a definição de pessoa com deficiência:

Pessoas com deficiência são, antes de mais nada, pessoas. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana.

Esse apelo à dignidade humana, fundamento da República Federativa do Brasil, conforme artigo 1º, inciso III, da Constituição, está igualmente presente em todos, quer sejam negros ou brancos, ricos ou pobres, pessoas com ou sem deficiência, e é necessário e recorrente entre os teóricos. Rocha (2004, p. 13), por exemplo, complementa afirmando:

Gente é tudo igual. Tudo igual. Mesmo tendo cada um a sua diferença. Gente não muda. Muda o invólucro. O miolo, igual. Gente quer ser feliz, tem medos, esperanças e esperas.

Que cada qual vive a seu modo. Lida com as agonias de um jeito único, só seu. Mas o sofrimento é sofrido igual. A alegria, sente-se igual.

Tal reconhecimento da dignidade que há nas pessoas, também nas pessoas com deficiência, é um reconhecimento de suas limitações diversas e de suas múltiplas possibilidades.

Nesse sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, na Seção IV, do Cap. II, Título VIII, Da Ordem Social, em que trata da problemática jurídica da assistência social, não apresenta as pessoas com deficiência como um grupo naturalmente marginalizado por diversas doenças e que, por isso mesmo, deveria ser um grupo submetido a imposições assistencialistas ou meramente caritativas. A Constituição (art. 203, IV), pelo contrário, garante que a assistência social dada aos brasileiros com alguma deficiência tenha por objetivo “a promoção de sua integração à vida comunitária”. Sendo assim, de modo algum tal dispositivo jurídico deve ser interpretado como um tipo de socorro segregador que, em vez de fortalecer o reconhecimento da humanidade das pessoas com deficiência e o seu direito à inclusão social, reforçaria ainda mais o pesado preconceito histórico que é imposto sobre os seus ombros.

Ao analisar a proteção constitucional das pessoas com deficiência no Brasil e o direito à inclusão social, Araujo (2014, p. 9) também disserta sobre o artigo 203, dizendo:

O tema da deficiência vem assegurado quando o direito à habilitação e reabilitação na vida social vem garantido como parte da Assistência Social, no artigo 203. [...]. Não bastasse o princípio do direito à inclusão, constante do artigo terceiro, da ideia de que todos têm direito à habilitação ou reabilitação (artigo 203, inciso IV), há presença forte da igualdade formal. Ou seja, ninguém poderá ser discriminado em virtude de sua deficiência. Não haveria necessidade de tal comando, pois a regra da igualdade já está presente no “caput” do artigo quinto. De toda forma, entendeu o constituinte de proteger específica e expressamente esse grupo vulnerável,

mesmo já tendo a igualdade sido garantida e explicitada em outro dispositivo.

O texto constitucional ressalta, por intencionalidade dos legisladores brasileiros, a citação direta das pessoas com deficiência como grupo expressa e formalmente igual em direitos aos demais grupos sociais, estes formados por pessoas consideradas sem deficiência. Tal ênfase do texto legal, por isso, não permite dúvidas acerca de que o conceito de pessoa com deficiência, já no ano 1988, trata-se de um conceito de reconhecimento da dignidade pessoal, do direito à inclusão e da rejeição a qualquer forma de discriminação.

Essa ênfase na afirmação da igualdade e da inclusão, não bastando o reiterado já presente no texto constitucional, ressurgiu ainda sob uma nova sintaxe no artigo 1º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, de 2015, que, ao delimitar o destino dessa lei – “assegurar e promover, em condições de igualdade” os direitos das pessoas com deficiência –, reforça também, textualmente, a autonomia das pessoas com deficiência e a sua necessidade de mais “inclusão social e cidadania”.

A noção de igualdade entre pessoas com e sem deficiência, somada à declaração de autonomia e inclusão, contribuem para uma conceituação menos individualizadora e mais socioambiental de pessoa com deficiência.

Segundo Omote (1994, p. 129), desde o final da década de 1950, os estudiosos têm refletido a partir de novos paradigmas acerca das pessoas com deficiência e, por isso, têm ampliado a sua pesquisa, saindo da delimitação fechada apenas do estudo do indivíduo e passando a observar também as questões psicossociais e as relações interpessoais. A partir desses novos estudos, então, a concepção social de pessoa com deficiência passou a dialogar intrinsecamente com o princípio jurídico da igualdade, além de reforçar o dever do Estado, da família e da sociedade de modo geral de atenuar as barreiras sociais que afligem as pessoas com deficiência e dificultam o seu exercício cidadão e o reconhecimento de sua dignidade enquanto pessoa humana.

Não por acaso, já no primeiro tópico do preâmbulo da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU (BRASIL, 2009), está disposto que: “Relembrando os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, que reconhecem a dignidade e o valor inerentes e os direitos iguais

e inalienáveis de todos os membros da família humana como o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo [...]”.

Ao valer-se da Carta de São Francisco, de 26 de junho de 1945, o documento sobre os direitos das pessoas com deficiência reconhece a inclusão e a acessibilidade como uma questão essencial de direitos humanos: “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe [...] cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez [...]”, essas são palavras consagradas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), artigo 25, de 10 de dezembro de 1948.

Por isso, é pelo reconhecimento de sua dignidade humana, de sua igualdade diante das demais pessoas, de sua necessidade de atenção social em conformidade com suas limitações, que a pessoa com deficiência, especialmente a partir do século XX e das instituições jurídicas progressistas e democráticas dessa época, passa a ser conceituada de acordo com a sua autonomia e a sua cidadania. Junto a isso, a sociedade como um todo, em decorrência do princípio da fraternidade e dos fundamentos que legitimam a instituição dos Estados Democráticos de Direito, passa então a ser responsabilizada pela promoção dos direitos, pela ampliação das práticas inclusivas e pela superação das suas próprias deficiências e injustiças.

Na procura por responder a esse projeto de sociedade humanista, fraterna e democrática é que a Constituição Federal do Brasil (1988) erigiu dispositivos garantidores como os Direitos Sociais, do artigo 7º, XXXI, que impõe, por exemplo, a “proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”.

Dialogando com essa inscrição constitucional, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) – respaldado pela Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – garante em seu artigo 40 que “É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo [...]”.

Ou seja, não apenas a igualdade formal – explícita no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal do Brasil: “Todos são iguais perante a lei [...]” –, mas também a igualdade material diz respeito à noção contemporânea que se tem de pessoa com deficiência e de sociedade democrática.

Por isso, no artigo 3º da Constituição Federal do Brasil, afirma-se como sendo objetivo fundamental do Estado brasileiro “erradicar a pobreza e a marginalização”.

Nesse sentido é que Segalla e Araujo (2012, p. 148) dizem: “O princípio da igualdade material, portanto, foi concretizado por tal providência. Já havia instrumentos dessa igualdade material assegurados no texto da Constituição de 1988. Podemos mencionar o salário mínimo existencial”, do artigo 203, como um exemplo. Isso pois obviamente não bastaria escrever e declarar que as pessoas com deficiência têm direito, necessidade e capacidade de inclusão social plena se, na vida prática, tais pessoas continuassem economicamente desassistidas e marginalizadas. O processo de inclusão, por isso, depende tanto de um discurso humanista garantidor quanto de uma intervenção empírica salarial para as pessoas com deficiência que sejam extremamente pobres.

Araujo (2011) indica que o combate à pobreza não apenas serve para a assistência de pessoas com deficiência, mas também para a prevenção de doenças que podem aumentar significativamente o grupo dessas pessoas: “Entre nós [no Brasil], o número elevado de pessoas com deficiência não tem a mesma causa dos países da Europa e dos Estados Unidos. Nosso índice assustador se deve aos acidentes de trânsito, à carência alimentar e à falta de condições de higiene” (ibid., p. 8).

Ou seja, enquanto a Europa, do século XX, viu o número de pessoas com deficiência subir por causa das guerras mundiais, no Brasil, ainda nos dias de hoje, o amplo grupo de pessoas com deficiência se deve, também, à alta desigualdade material existente, que acarreta diversos prejuízos na saúde pública brasileira, isso sem citar as novas doenças, como é o caso da atual epidemia de Zika vírus.

Por isso, a reflexão atual acerca das pessoas com deficiência não apenas aponta para as injustiças e deficiências da própria sociedade quando da assistência devida e não cumprida, mas aponta ainda para essa sociedade brasileira como sendo a própria causa de parte dos casos de pessoas com deficiência.

Conscientes disso, os legisladores brasileiros, após amplo debate com a sociedade civil organizada, documentaram no texto oficial do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), artigo 8º, o conceito de Estado e sociedade provedores junto ao conceito jurídico de pessoa com deficiência como cidadão prioritário quando da garantia e da efetivação dos seus direitos:

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal [...] e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

A prioridade garantida às pessoas com deficiência não contradiz o princípio humanista e constitucional da igualdade, mas pretende exatamente criar meios para a sua concretização, dando “tratamento igualitário aos iguais e tratamento diferenciado aos diferentes”, conforme resume Napolitano (2010, p. 100). Isto é, para promoção da justiça social e da inclusão, a sociedade democrática deve atender a cada um conforme as suas necessidades, a fim de que, então, todas as pessoas tenham a sua dignidade igualmente respeitada e os seus direitos fundamentais igualmente efetivados. A isonomia, enfim, mantém-se ainda como pilar de sustentação do Estado Democrático de Direito, conforme define D’Oliveira (2012), mesmo com o atendimento social prioritário para as pessoas com deficiência.

A proteção jurídica e a integração social da pessoa com deficiência como valor isonômico

A Constituição Federal do Brasil (1988) tem como um de seus valores substanciais a proteção e a integração das pessoas com deficiência e, por isso, o texto constitucional garante diversas regras protetivas específicas para essas pessoas. (NAPOLITANO, 2010).

Napolitano (2010) salienta que o direito à igualdade é o que dá fundamento institucional para a proteção e a integração das pessoas com defi-

ciência. Tal igualdade, enquanto princípio, tem dupla finalidade: a) dar parâmetros para quem cria as leis; b) dar parâmetros para quem aplica as leis. Ou seja, uma vez que o princípio da igualdade é o que deve nortear desde a criação até a aplicação das leis, então lei alguma pode ser nascedouro de privilégio ou mesmo de perseguição. Pelo contrário, a noção de sociedade igualitária e democrática deve regular as relações e implantar um tratamento igual para todas as pessoas, o que inclui as pessoas com deficiência.

Napolitano (2010), no entanto, reforça que a impossibilidade de se criar, a partir da base constitucional, privilégios ou perseguições não deve ser interpretada como impedimento formal para o tratamento jurídico-social que atenda aos cidadãos em conformidade com as suas necessidades particulares. Reforçando que tal atendimento conforme as necessidades de cada pessoa – da pessoa com deficiência, por exemplo – deve cumprir os requisitos básicos para que não viole o princípio da igualdade e, de modo geral, o sistema jurídico:

Parece ambígua a afirmação de que é proibido, mediante lei, criar privilégios e, ao mesmo tempo, afirma-se que a lei pode tratar diferentemente determinadas situações jurídicas. Sem dúvida, o princípio da igualdade impede o tratamento diferenciado às pessoas [...]. (ibid., p. 98-99).

Ou seja, o paradoxo aqui é apenas aparente. Pois, objetivamente, tanto não se deve criar privilégios dentre os cidadãos quanto não se deve omitir a atenção jurídica prioritária aos cidadãos mais necessitados.

Diante de tal constatação, Napolitano usa os três requisitos básicos organizados por Mello (1999) para justificar por que meios a lei, que tem como uma de suas funções principais exatamente dispensar tratamentos desiguais quando necessário, deve ser aplicada de modo diferenciado e, ainda assim, justo:

Para se admitir o tratamento desigual, alguns requisitos devem ser observados [...]: 1) o elemento tomado como fator de desigualdade; 2) a correlação lógica abstrata entre o fator elevado a critério de discriminação e o tratamento diferen-

ciado estabelecido pelo ordenamento jurídico; 3) a correspondência dessa correlação lógica com os valores estabelecidos no ordenamento jurídico constitucional (ibid., p. 12).

No caso específico das pessoas com deficiência, o primeiro requisito básico pode ser respondido como sendo a própria deficiência, uma deficiência intelectual grave, por exemplo, o elemento gerador da desigualdade; o segundo requisito pode ser respondido evidenciando a relação entre essa deficiência constatada na pessoa e a previsão legal, por exemplo, de que cabe ao Estado oferecer educação especial gratuita à pessoa; e o terceiro requisito pode ser respondido confirmando a coerência entre a assistência social dada de modo especial a essa pessoa com deficiência intelectual grave e o valor substancial de proteção e de integração da pessoa com deficiência, por exemplo, explícito no texto constitucional.

Sendo assim, os três requisitos devem ser observados de modo cumulativo para que a regra jurídica diferenciadora não possa ser considerada como não isonômica, ou seja, como desigualmente injusta e, por isso, inconstitucional.

Para exemplificar, Napolitano cita o próprio artigo 5º da Constituição Federal do Brasil, que ao mesmo tempo em que diz que todos são iguais perante a lei também estipula algumas regras que almejam diferenciar, proteger e integrar as pessoas com deficiência sem que, por isso, o artigo 5º deixe de ter uma coerência interna e esteja, todo ele, pautado pelo princípio da igualdade. A igualdade respeitada enquanto princípio e alcançada por meio de práticas diferenciadas não se aplica apenas na inclusão de pessoas com deficiência, mas também para as mulheres, por exemplo, quando recebem tratamento juridicamente diferenciado; também as crianças e os idosos, os negros, os indígenas, os extremamente pobres, etc.

Santos e Oliveira (2011), ao dissertarem sobre a universalidade dos direitos humanos e os direitos da pessoa com deficiência na Constituição Federal do Brasil (1988), afirmam que, apesar da grande evidência dada atualmente a esse debate acerca da inclusão social, já desde a época da Revolução Francesa (1789), a humanidade havia despertado para a reflexão acerca das necessidades de cada pessoa, o que inclui as pessoas com deficiência. Na Europa do século XVIII, inspirados pelos ideais revolucionários de Jean-Jacques Rousseau, os franceses marcaram a história ao promoverem a bandeira “Liberté,

Egalité, Fraternité” – Liberdade, Igualdade, Fraternidade –, e as consequências desse fato e desse discurso repercutem até hoje.

Por exemplo, após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o princípio da fraternidade voltou ao centro do debate na comunidade internacional. Por isso, liderados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e pelos Estados Unidos da América (EUA), os dirigentes das nações que emergiram no pós-guerra estabeleceram, durante a Conferência de Yalta, na Inglaterra (1945), o alicerce para um novo momento histórico, sob o ideal da união e da paz entre todos. Como fruto desse projeto e alinhados aos princípios universais da liberdade, da igualdade e da fraternidade, criou-se a Organização das Nações Unidas (ONU):

Esse movimento de universalidade do gênero humano atingiu as minorias, trazendo para a ONU a discussão da diversidade. Assim, nesse processo de reconhecimento do homem, a pessoa com necessidades especiais também passou a ser foco de discussão através de outras organizações, especialmente: ENABLE – Organização das Nações Unidas para Pessoas com Deficiência; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura; UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância; OMS – Organização Mundial da Saúde. Essas organizações contribuíram para a criação de diversos documentos com o intuito de promover condições para que as pessoas com necessidades especiais pudessem viver dignamente e exercer a cidadania. (SANTOS; OLIVEIRA, 2011, p. 434)

A discussão acerca do gênero humano e sua dignidade tem grande impulso histórico a partir da instituição da ONU, de modo especial com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

Então, em 1976, como consequência dessa reflexão humanista que vinha ocorrendo no mundo, foi comemorado o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, com o tema “A participação plena e a igualdade”, evento que contribuiu para a conscientização dos diversos países-membros da ONU sobre as necessidades e as potencialidades das pessoas com deficiência. “Essa

mobilização possibilitou retirar grande ensinamento: a imagem da pessoa com deficiência depende das atitudes sociais, que, por sua vez, são o principal obstáculo à realização dos objetivos da participação plena e da igualdade” (SANTOS; OLIVEIRA, 2011, p. 434).

Ou seja, o conceito de pessoa com deficiência a partir de uma crítica às limitações sociais é confirmado também nesse caso, e o Brasil, por ser signatário desse movimento mundial, obriga-se à garantia de tais direitos fundamentais. Santos e Oliveira (2011), trabalhando segundo o teórico Paulo Bonavides, caracterizam o Estado brasileiro como um Estado social e que, por isso, deve ser um Estado produtor de igualdade fatídica, isto é, além de o Brasil precisar evitar ser um obstáculo para as pessoas com deficiência, cabe ainda a ele obrigar prestações positivas, quando necessário, provendo todos os meios úteis para a concretização dos comandos normativos de isonomia em benefício das pessoas com deficiência.

Santos e Oliveira ressaltam, porém, que apesar de o texto constitucional brasileiro ter a preocupação de promover a igualdade e de citar diretamente as pessoas com deficiência, isso não significa que, de fato, as políticas públicas implantadas pelo Brasil já tenham chegado a todas as pessoas que necessitam de atenção especial. Isto é, o conceito jurídico de pessoa com deficiência já está posto, e a crítica às barreiras sociais é feita recorrentemente; no entanto, a prática política ainda é insatisfatória e pouco abrangente.

Como exemplo, é possível ver o caso específico da educação inclusiva e especial. Tal educação já é um direito consagrado, mas efetivamente ainda não universalizado.

O artigo 206 da Constituição Federal do Brasil garante a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, e o artigo 208 determina que é dever do Estado oferecer atendimento educacional especializado, preferencialmente nas escolas regulares, para os alunos com deficiência.

Refletindo o texto constitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, detalha o suporte legal para a inclusão do aluno com deficiência nas unidades escolares e determina que as redes de ensino garantam aos alunos com necessidades especiais o currículo, o método, os recursos e a organização específica em conformidade com as suas características. A LDB ainda assegura aos alunos que não conseguem concluir o ensino fundamental, em razão de alguma deficiência, a possibilidade de

um término específico em consonância com a sua realidade e limitação, tal como também cita o direito de aceleração dos estudos e do programa escolar para os alunos que apresentarem superdotação.

E há ainda o Decreto nº 3.298/99 que trata da política nacional de integração da pessoa com deficiência e que também aborda, diretamente, o tema da educação, definindo educação especial como sendo uma modalidade transversal, que deve se dar em todos os níveis e em todas as modalidades de ensino, com ênfase de ser complemento da educação regular. Ou seja, a educação especial não deve ser mais uma forma de marginalização, mas sim um auxílio para a educação inclusiva.

Para apresentar a efetivação dessas leis e desse novo conceito de pessoa com deficiência como capaz de participação e dona do direito à participação, Santos e Oliveira (2011, p. 436) apresentam dados concretos:

Como resultado dessas políticas, as estatísticas mostram que, no período de 1998 a 2006, conforme dados do Censo Escolar desse período, com relação à educação especial, ocorreu uma evolução nas matrículas, de 337.326 em 1998 para 700.624 em 2006, expressando um crescimento de 107%. No que se refere ao ingresso em classes comuns do ensino regular, verifica-se um crescimento de 640%, passando de 43.923 alunos em 1998 para 325.316 em 2006.

Fora o avanço significativo nas matrículas, também é desse período a criação do programa nacional de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC-NEP). Esse programa é uma proposta que tenta a realização da relação que há entre a Constituição Federal do Brasil, que no artigo 205 garante a qualificação para o trabalho, e a LDB/1996, que no artigo 1º, parágrafo segundo, afirma que a educação deve estar vinculada, além da prática social de modo amplo, diretamente ao mundo do trabalho.

Para atender a essa determinação legal e sob o conceito jurídico inclusivo de pessoa com deficiência é que a Secretaria de Educação Especial (SEESP) e a Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) organizaram, na cidade de Brasília (DF), no ano 2000, a oficina de trabalho intitulada *PNE – Uma ques-*

tão de inclusão, que teve ampla participação de representantes de estados brasileiros e de instituições que trabalham com alunos com deficiência, para debater, conscientizar e mobilizar a sociedade brasileira na direção da acessibilidade de pessoa com necessidades educacionais especiais nos projetos político-pedagógicos.

Como fruto dessa unidade, o programa TEC-NEP tem trabalhado em busca do seu objetivo primeiro: construir, Brasil afora, centros de referência de educação profissional para pessoa com deficiência. E essa reflexão acerca do preparo para o mundo do trabalho levou Santos e Oliveira (2011, p. 437) a salientarem o progresso dentro do conceito de pessoa com deficiência.

As discussões referentes ao preparo profissional e integração ao mundo do trabalho das pessoas com necessidades especiais verificam que para ocorrer o princípio da igualdade é necessário mudar o paradigma que atualmente norteia a relação da pessoa com deficiência na sociedade, o paradigma da integração, pois para se atingir a desejada igualdade esse ainda não é o paradigma ideal.

O paradigma da integração, pensado a partir de uma visão individualizadora das deficiências, já não responde bem à sociedade igualitária e democrática que as leis brasileiras e os direitos humanos impõem. O paradigma da inclusão social ou sociedade inclusiva é um avanço pautado por um conceito mais estrutural e complexo das deficiências.

Ou seja, se por um lado o paradigma da integração consiste na busca por adaptar as pessoas com deficiência aos sistemas sociais comuns e, nos casos em que as pessoas não conseguirem essa adaptação, aos sistemas especiais, por outro lado o paradigma da sociedade inclusiva trabalha pelas mudanças ambientais, institucionais, na tentativa de tornar a vida social, em sentido pleno, acessível para toda a diversidade humana existente, o que inclui as pessoas com deficiência.

A sociedade inclusiva está focada nas necessárias transformações estruturais, nas escolas, nas empresas privadas, na mídia, no trânsito, nos espaços de lazer, etc., pois do respeito à dignidade da pessoa humana, princípio máximo dos direitos fundamentais, emerge o respeito à autonomia de cada

indivíduo. Logo, por coerência a esse princípio, a sociedade inclusiva deve criar políticas públicas visando o aumento da liberdade das pessoas com deficiência, pois aumentar a liberdade é não apenas incluir essas pessoas, mas, essencialmente, é afirmar a sua humanidade.

Santos e Oliveira continuam, assim, a dissertar acerca da igualdade para as pessoas com deficiência e, por isso, citam a Convenção da Guatemala (1999), internalizada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, como um momento de confirmação jurídica de que toda e qualquer discriminação ou marginalização das pessoas com deficiência é, diretamente, uma agressão às liberdades humanas fundamentais.

No Brasil, as organizações voltadas para a busca dos direitos da pessoa com deficiência têm lutado para que o princípio da igualdade seja respeitado. Hoje, a pessoa com deficiência tem adquirido direitos nas mais diversas áreas, desde o direito a acompanhante em hospitais à reserva de assentos para o lazer (SANTOS; OLIVEIRA, 2011, p. 438).

Fora a saúde e o lazer, Santos e Oliveira dão o exemplo da obrigatoriedade que a lei impõe às empresas privadas de contratar e manter em seu quadro de funcionários um mínimo de profissionais com deficiência, aprimorando, assim, a inclusão no mercado de trabalho enquanto efetiva o princípio da igualdade.

Porém, apesar dessas garantias legais, a violação dos direitos das pessoas com deficiência é evidente na sociedade atual, conforme afirma Silva (2012):

Tendo em vista os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade, que muitas vezes são esquecidos ou simplesmente não compreendidas pela sociedade com relação aos portadores de deficiência, se faz necessário um estudo aprofundado, dando-se prioridade à violação de seus direitos, sua inclusão na sociedade e os benefícios por ela trazidos.

Silva (2012) complementa a noção jurídica contemporânea de pessoa com deficiência afirmando, inicialmente, que é escassa a doutrina que trata

diretamente dessa matéria, porém os especialistas Araujo (2003) e Gonçalves (2003) contribuem para lançar bases a essa discussão.

Definições teóricas acerca do conceito de pessoa com deficiência

Gonçalves (2003, p. 20) faz um importante levantamento de nomenclaturas, além das mais conhecidas e recorrentes, também das mais técnicas usadas no meio jurídico internacional. Por exemplo, a teoria tem feito uso de termos como “deficiente”, que é o mais usado, “indivíduo com capacidade limitada”, “inválido”, “pessoa portadora de necessidades especiais”, “excepcional”, “descapacitado”, “impedido”, “minorado”, “minusválido”, e ainda os termos recorrentes entre os juristas ingleses, “*disable person*”, “*handicapped person*”, “*unusual person*” e “*special person*”.

Silva (2012) afirma que algumas dessas expressões querem ressaltar a incapacidade; outras, a deficiência em si; outras, a pessoa. E tal como é o problema terminológico, assim também é o problema propriamente conceitual: é complexo, cheio de variáveis, submetido a momentos históricos e regiões geográficas diversas.

Ou seja, cada teórico tem liberdade para usar os termos e trabalhar segundo os conceitos que acredita serem mais adequados, ainda que a tendência contemporânea seja o uso da expressão “pessoa com deficiência”, e o conceito mais equiparável aos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade é o conceito que descentraliza a deficiência do indivíduo, defendendo uma transformação social em prol da inclusão de todos.

Especificamente no caso jurídico brasileiro, Silva fala de três momentos dentre os mais recentes. Por exemplo, a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, traz a palavra “excepcionais”: “educação de excepcionais” (artigo 175, parágrafo 4). E a Emenda Constitucional nº 12, de 1978, usa o termo mais comum, “deficiente”: “é assegurado aos deficientes à melhoria de sua condição social e econômica” (artigo único). Já na Constituição Federal do Brasil (1988), a expressão usada por 13 vezes é “portador(a) de deficiência”, algumas vezes o texto constitucional apresenta a expressão completa “pessoa portadora de deficiência”.

Silva (2012) diz que, antes de chegar à expressão atual “pessoa com deficiência”, a reflexão linguística pela busca por diminuição de estigmas e por mais inclusão propôs que em vez de “pessoas portadoras de deficiência”, usada na Constituição Federal, fosse empregada a expressão “pessoa portadora de necessidades especiais”, que é inspirada nos textos de língua inglesa. (LUNARD; COELHO, 2003, p. 476).

Partindo da observação feita por Araujo (2003), ao refletir sobre a expressão que emprega os termos “pessoa” e “deficiência”, Silva (2012) diz que essa expressão “traz como núcleo a palavra ‘pessoa’, e o termo ‘deficiência’ figura como um qualificativo, ou seja, valoriza-se a pessoa, e já a qualificação ‘deficiência’ apenas completa a ideia nuclear”.

Isto é, objetiva-se dar atenção à dignidade da pessoa humana das pessoas com deficiência e sua igualdade diante dos demais cidadãos. Importa, então, evitar na atualidade termos como “deficiente”, “especial”, “defeituoso”, etc., pois estes podem reforçar o conceito histórico da pessoa com deficiência como sendo menos humana ou mesmo desumana e, por isso, naturalmente excluída da normalidade. Ora, o uso da expressão “pessoa com deficiência”, por isso, não é uma mera opção estilística ou estética, mas é sinal de uma busca pela linguagem inclusiva e pelo discurso pautado nos princípios humanistas fundamentais.

Tal reflexão terminológica está intimamente vinculada à reflexão conceitual, por isso é que Silva (2012) afirma que “O conceito de ‘deficiente’ na forma esposada pela Constituição Federal, de 1988, não está no indivíduo, mas na sua capacidade de relacionamento social”; tal capacidade não depende, pois, unicamente da pessoa, mas prioritariamente depende do meio, do ambiente, da estrutura em volta da pessoa, essa estrutura que pode ser mais ou menos deficiente no que diz respeito à inclusão democrática de toda diversidade humana que compõe uma sociedade.

Segundo Araujo (2003), o que define uma pessoa como pessoa com deficiência não é a ausência de um de seus membros físicos e nem, tampouco, uma velocidade de raciocínio diferente ou uma visão ou audição reduzida. O que caracteriza a pessoa com deficiência é a dificuldade de participação plena na sociedade, em razão principalmente das deficiências da própria sociedade.

Nessa linha de raciocínio, entende-se o porquê de não se considerar como pessoa com deficiência, e portadora de direitos especiais, as pessoas

que tenham limitações leves decorrentes, por exemplo, de doenças ou acidentes que não tenham alterado significativamente o seu potencial de interação social. Ou seja, é diferente o tratamento jurídico dado a uma pessoa com paraplegia e a uma pessoa que não tenha parte de um dos seus dedos. Isto, pois, o que se avalia na conceituação jurídica de pessoa com deficiência prioritariamente são as consequências limitadoras decorrentes de uma determinada realidade que acomete a pessoa, se tal realidade não diminui a possibilidade de participação social plena, então ela não justifica uma atenção especial do Estado.

Aqui, novamente, o conceito contemporâneo de pessoa com deficiência está intimamente vinculado à situação social, de modo que o foco da definição não está em uma doença que um indivíduo tenha, mas está no grau de sociabilidade que o meio possibilita a esse indivíduo.

No entanto, Silva (2012) ressalta que a análise dessas limitações próprias de cada indivíduo, além da análise das causas da limitação, não são juridicamente simples, pois a Constituição Federal brasileira não disciplina o rol das causas específicas de deficiência e, sendo assim, a jurisprudência e debate público de modo geral têm precisado usar-se de classificações genéricas, como a adotada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que tratam apenas das realidades mais frequentes, como das deficiências mental, motora, auditiva, visual e múltipla.

Silva (2012) exemplifica essa visão panorâmica das deficiências apresentando dados de 2011, do Ministério da Saúde, com base na OMS:

O dimensionamento da problemática da deficiência no Brasil, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, é muito difícil em razão da inexistência quase total de dados e informações de abrangência nacional, produzidos sistematicamente, que retratem de forma atualizada a realidade do País nesta área. A Organização Mundial de Saúde estima que cerca de 10% da população de qualquer país em tempo de paz é portadora de algum tipo de deficiência, das quais: 5% é portadora de deficiência mental; 2% de deficiência física; 1,5% de deficiência auditiva; 0,5% de deficiência visual; e 1% de deficiência múltipla. Com base nesses percentuais,

estima-se que no Brasil existam 16 milhões de pessoas portadoras de deficiência.

Mas, de modo geral, os dados do Censo de 2010, pelo IBGE, apresentam 45,6 milhões de brasileiros que declaram ter algum tipo de deficiência, sendo que as mais comuns são: 18,8% de deficiência visual, 7% de deficiência motora, 5,1% auditiva, 1,4% mental ou intelectual. (LEAL; THOMÉ, 2012).

Ou seja, tais estatísticas são genéricas, e a definição de pessoa com deficiência, para aquisição dos direitos especiais previstos em lei, depende de uma análise específica para aferir o grau de interação social de cada pessoa.

Araujo (2003), por isso, dá exemplos mais concretos de realidades que podem diminuir acentuadamente o grau de interação social de uma pessoa com deficiência, como: os alcoólatras e demais drogados, os superdotados, as pessoas com HIV, com esclerose múltipla, com insuficiência renal crônica, etc. Todas essas situações são ao mesmo tempo físicas e sociais, e é do estudo dessa dialética, entre a doença e o convívio social, que se pode compreender as necessidades de atenção específica para as pessoas com tais deficiências.

Ao dissertar acerca do artigo 3º da Lei nº 7.853, de 1989, que versa sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Silva (2012) afirma:

Por outro lado, para além dos conceitos e categorias, é importante verificar o grau de deficiência, pois o grupo de pessoas portadoras de deficiência não se caracteriza por qualquer grau de deficiência. Há que se atentar para o grau, que envolve essa dificuldade de integração social. Ressalte-se a importância da “integração social”, eis que a proteção constitucional se restringe às pessoas que “apresentam um grau acentuado de dificuldade”, cuja verificação só poderá ser feita diante de um caso concreto.

Aprofunda-se, assim, a noção de que não é qualquer limitação decorrente de doença ou acidente que garante a aquisição de direitos especiais e que não é, também, por meio de estatísticas nacionais ou mundiais que se classifica o rol de situações ou grupos a quem o Estado deve atenção diferen-

ciada. O movimento jurídico atual vai em direção de atender expressa e unicamente as pessoas com deficiência que apresentam um grau inquestionável de dificuldade de participação social, pois isso justifica as ações afirmativas previstas em lei: cotas trabalhistas em empresas privadas, cotas para acesso ao ensino superior, adaptação física dos espaços para promoção da acessibilidade, salário mínimo para pessoas com deficiência pobres, etc., e tais ações só podem qualificadamente ser usufruídas após o estudo de caso de cada indivíduo que autodeclara-se como pessoa com deficiência.

Conclusão

Do que foi exposto, compreende-se, a partir dos especialistas expostos e da legislação analisada, que a noção jurídica de pessoa com deficiência, atualmente, tende para uma conceituação socioambiental e não mais estigmatizadora e segregador, como foi historicamente.

Em decorrência de tal definição pautada pelos direitos humanos, em especial pelo princípio da igualdade, vê-se que o paradigma da sociedade inclusiva aumenta a responsabilidade das instituições, inclusive do Estado, para efetivar mudanças realmente democráticas, no sentido de tornar tais instituições acolhedoras da diversidade natural do ser humano, o que inclui a realidade das pessoas com deficiência que apresentam um grau elevado de dificuldade de inserção social e, por isso mesmo, têm necessidade de um tratamento igualitário e personalizado.

Referências

ARAUJO, L. A. D. Um breve quadro da proteção constitucional das pessoas com deficiência no Brasil. Legislação basta? Uma tentativa de diagnóstico. **Revista Inclusiones**, v. 1. n. 3, p. 19-30, 2014.

_____. **A proteção constitucional das pessoas com deficiência**. Brasília: Corde, 2011. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/a-protecao-constitucional-das-pessoas-com-deficiencia_0.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2016.

_____. **Pessoa portadora de deficiência:** proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência. 3. ed. rev. ampl. e atual. Brasília: CORDE, 2003.

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Malheiros, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 19.841**, de 22 de outubro de 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. **Emenda Constitucional nº 1**, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Brasília, DF, 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 01 fev. 2016. Publicado no Diário Oficial em: 20 out. 1969.

_____. **Emenda Constitucional nº 12**, de 17 de outubro de 1978. Assegura aos Deficientes a melhoria de sua condição social e econômica. Brasília, DF, 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc12-78.htm>. Acesso em: 1 fev. 2016. Publicado no Diário Oficial em: 19 out. 1978.

_____. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 jan. 2016. Publicado no Diário Oficial da União em: 5 out. 1988.

_____. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016. Publicado no Diário Oficial em: 8 dez. 1993.

_____. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-

2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016. Publicado no Diário Oficial da União em: 26 ago. 2009.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed. rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaopessoascomdeficiencia.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 13 jan. 2016. Publicado no Diário Oficial da União em: 7 jul. 2015.

D'OLIVEIRA, M. C. B. Breve análise do princípio da isonomia. **Instituto Processus**, 2012. Disponível em: <http://institutoprocessus.com.br/2012/wp-content/uploads/2011/12/3_edicao1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

GONÇALVES, N. L. **Excepcionais**. In: ENCICLOPÉDIA Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 34.

LEAL, L. N.; THOMÉ, C. Brasil tem 45,6 milhões de deficientes. **Estadão**, 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-45-6-milhoes-de-deficientes,893424>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

LUNARDI, S. R. G.; COELHO, T. C. C. As incompatibilidades e incoerências da proteção constitucional da dignidade da pessoa humana e da Lei de Reserva de Mercado para Pessoas Portadoras de Deficiência. In: ARAUJO, L. A. D. (Coord.). **Direito da pessoa portadora de deficiência:** uma tarefa a ser completada. Bauru: EDITE, 2003. p. 469-492.

MELLO, C. A. B. de. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. São Paulo: Malheiros, 1999.

NAPOLITANO, C. J. Direito fundamental à proteção e à integração social da pessoa com deficiência à luz do texto constitucional. In: CAPELLINI, V.

L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. **Marcos históricos, conceituais, legais e éticos da educação inclusiva**. Bauru: Unesp, 2010.

OMOTE, S. Perspectivas para conceituação de deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 4, 1994. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista4numero1pdf/r4_art11.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2016.

ROCHA, C. L. A. **Direito de todos e para todos**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

SANTOS, Y. B. S.; OLIVEIRA, E. G. O princípio da igualdade e a pessoa com deficiência. **Revista de Ciências Humanas**, vol. 11. n. 2, p. 429-440, 2011. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo5evol11-2.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

SILVA, L. G. da. Portadores de deficiência, igualdade e inclusão social: a dignidade da pessoa humana. **Âmbito Jurídico**, 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11413>. Acesso em: 1 fev. 2016.

SEGALLA, J. I. S. F.; ARAUJO, L. A. D. A utilização do novo conceito de pessoa com deficiência: uma advertência necessária. **Revista Direitos Fundamentais & Justiça**, ano 6, n. 19, p. 145-159, 2012.

Sobre os autores e autoras

BETÂNIA VIEIRA DE SOUSA MENARDI

Graduanda do curso Comunicação Social com Habilitação em Radialismo, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Campus de Bauru-SP. Interessou-se pela cultura celta e, com o apoio da professora Maria Angélica Seabra Rodrigues Martins, pesquisou as questões de gênero e abordagem do papel da mulher em diferentes épocas, desde a sociedade celta até à mídia atual. Atualmente é bolsista do PIBIC/CNPq, desenvolvendo a pesquisa *O estilo filmico de Glauber Rocha e a literatura brasileira: estudo da mise-en-scène em Terra em Transe (1967) e o Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro (1969)*, sob orientação do docente Arlindo Rebechi Júnior.

CAROLINA SOARES MOLINA

Graduanda do curso de Comunicação Social com Habilitação em Radialismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Campus de Bauru-SP. Integrou os grupos de estudos MATAV (Mídia Acessível e Tradução Audiovisual) e GEPLLE (Grupo de Estudos em Linguística, Literatura e Educação). No GEPLLE, coordenado pela docente Maria Angélica Seabra Rodrigues Martins, teve contato com a cultura celta, pela qual se interessou, e buscou, como objeto de estudo, a representação e o papel da mulher em diferentes culturas e épocas

CLAUDIO BERTOLLI FILHO

Professor adjunto da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru) nos níveis de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado), nas áreas de Ciências e Humanas. Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), doutor em Ciência pela mesma instituição, livre-docente pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Tem experiência na área de Antropologia e Comunicação e Ensino de Ciências, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia e cultura, mídia e representação social da medicina, do corpo, das enfermidades, representação social e saúde pública.

ELI VAGNER F. RODRIGUES

Professor do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - Faac - da Unesp. Professor de Filosofia do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica da Faculdade de Ciências da UNESP. Bacharel, Mestre e Doutor em Filosofia pela UNICAMP. Coordenador do grupo de pesquisa “Estética e Crítica Cultural” da Unesp. Sua pesquisa concentra-se na área de Filosofia Contemporânea, com ênfase em História da Filosofia, Ética e Niilismo, ocupando-se dos temas: Niilismo como tema da filosofia e da cultura contemporânea, Filosofia e Niilismo na Literatura Contemporânea, com ênfase nas obras de Arthur Schopenhauer e Friedrich Nietzsche.

ÉRIKA MORAES

Docente vinculada ao Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Campus de Bauru-SP. Doutora e Mestre em Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, pelo Instituto de Estudos da Linguagem, IEL-Unicamp. É pesquisadora associada ao Centro de Pesquisa Fórmulas e Estereótipos: teoria e análise (FEsTA) sediado no IEL/Unicamp. Em sua tese de doutorado, estudou a representação discursiva da identidade feminina, com base na exacerbação do ethos da mulher em charges de humor. Na presente obra, retoma a temática do feminino associada à questão da sexualidade.

JOSÉ CARLOS MARQUES

Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Campus de Bauru-SP. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Líder do GECEF (Grupo de Estudos em Comunicação Esportiva e Futebol) e integrante do LUDENS (Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Futebol e Modalidades Lúdicas).

NOEMI CORREA BUENO

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Doutoranda em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Bauru-SP, e mestre em Comunicação Midiática também pela Unesp.

MARIA ANGÉLICA SEABRA RODRIGUES MARTINS

Docente do Departamento de Ciências Humanas da FAAC-Unesp-Bauru. Doutorou-se em Linguística e Língua Portuguesa e tornou-se mestre em Estudos Literários e Semiótica pela FCLAr-Unesp. Pesquisa o mito na literatura, em especial o universo celta e suas repercussões nas lendas e contos da Idade Média e da Literatura Infantil. Orientou e publicou diversos trabalhos na área de Letras, Pedagogia, Radialismo, Jornalismo e Relações Públicas, envolvendo a construção do discurso, a partir de suportes teórico e metodológicos da semiótica greimasiana, da literatura comparada e do ideário bakhtiniano sobre dialogismo e polifonia. É autora dos livros: *Aprender a pensar – um desafio para a produção textual* (2007); *Retórica e retoricidade: a construção do discurso persuasivo na mídia impressa e audiovisual* (2008); *Ética, educação e aprendizagem no Brasil* (2012). Também organizou os livros *Educação, mídia e cognição* (2010), *O mito e suas repercussões no cinema e na literatura* (2011), além deste último, em parceria com a professora Érika de Moraes, *A intertextualidade e a criação de novos clássicos na mídia, na literatura e seus reflexos na sociedade*.

MURIEL EMÍDIO P. AMARAL

Doutorando em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru), bolsista Capes/Unesp, mestre pela mesma instituição. Pesquisador sobre as relações de sexualidade e práticas midiáticas. Foi professor da Universidade Norte do Paraná (Unopar/Londrina) nos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Desenho Industrial (modalidade virtual). Integrante dos grupos MÍDIAisthesis, sobre cultura midiática e experiência estética, da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru), e Ledi (Laboratório de Estudos dos Domínios da Imagem), da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

THAIS GIMENES OLIVEIRA

Graduanda do curso de Comunicação Social, Habilitação em Radialismo, da FAAC, Unesp-Bauru. Fez parte do grupo de estudos sobre audiovisual da “Locomotiva”, Empresa Júnior de Rádio e TV da Unesp Bauru, orientada pela professora Loriza Lacerda. Interessou-se pela cultura celta durante o estudo do mito, em uma disciplina ministrada pela professora Maria Angélica Seabra Rodrigues Martins, o que a motivou a pesquisar as questões de gênero e a abordagem do papel da mulher em diferentes épocas, nos contos populares, abrangendo desde a sociedade celta na Antiguidade, até a mídia atual.

WELLINGTON ANSELMO MARTINS

Graduado em Filosofia, licenciatura-plena, pela Universidade do Sagrado Coração (USC), de Bauru-SP; mestrando em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Bauru-SP; bolsista de pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Contato: am.wellington@hotmail.com.

Sobre os organizadores

CLODOALDO MENEGUELLO CARDOSO

Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, graduação em Letras pela Universidade do Sagrado Coração-Bauru e Universidade de Marília, mestrado e doutorado em Educação pela Faculdade de Filosofia, Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Marília. É professor aposentado do Departamento de Ciências Humanas da FAAC, Unesp-Campus de Bauru. Como pesquisador associado ao LEI (Laboratório de Estudos sobre a Intolerância - FFLCH/USP), realizou o pós-doutorado em História Social. Atualmente desenvolve, enquanto professor voluntário, atividades de pesquisa e extensão na Unesp como: coordenador do OEDH (Observatório de Educação em Direitos Humanos), vice-presidente da Comissão de Ética da Unesp e co-editor da RIDH (Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos). É autor, dentre outros, do livro *Tolerância e seus limites*, da editora da Unesp.

LARISSA PELÚCIO

É professora de Antropologia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (campus de Bauru, Departamento de Ciências Humanas, FAAC), integra o quadro de docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na mesma instituição (campus de Marília). É também pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), tem desenvolvido pesquisas que abordam temas como gênero, sexualidade, saúde, mídias digitais a partir de diálogos com a teoria queer, as epistemologias feministas e os Saberes subalternos. É autora do livro *Abjeção e Desejo - uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids* e *Discursos Fora da Ordem* (Annablume), este último em parceria com Richard Miskolci. É também líder do grupo de pesquisa Transgressões: corpos, gêneros, sexualidades e mídias contemporâneas e vice-líder do Quereres - Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gênero e Sexualidade. A pesquisadora integra o comitê editorial da coleção *Annablume Queer*, é assessora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Atuou como coordenadora do módulo “Gênero” junto ao Programa de Educação a Distância Gênero e Diversidade na Escola (GDE - UFSCar e UNESP).

A PRESENTE COLETÂNEA REÚNE ARTIGOS DE pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas de estudos e pretende contribuir para a reflexão sobre os desafios contemporâneos no campo dos direitos humanos de grupos subalternizados ou excluídos. Os textos, produzidos para *XVII Jornada Multidisciplinar* do Departamento de Ciências Humanas, FAAC-Bauru, estão organizados em duas seções: “Diversidade e mídia” e “Questões de gênero, acessibilidade e direitos”, compondo uma preciosa amostra do que temos produzido no âmbito da Universidade Estadual Paulista (Unesp) para a troca e constante interlocução entre academia e sociedade.

